



resenha

de política exterior do brasil

número 15. outubro, novembro e dezembro de 1977

1. a visita do presidente da venezuela, carlos andrés pérez
2. brasil recebe léopold sédar senghor
3. silveira abre a primeira reunião preparatória do pacto amazônico
4. a viagem do chanceler brasileiro a trinidad e tobago
5. ministro do exterior da dinamarca em Brasília
6. a ix reunião de chanceleres dos países da bacia do prata
7. visita de vance dá seqüência ao memorando de entendimento
8. azeredo da silveira fala sobre a diplomacia do brasil no painel da câmara
9. acordo comercial fortalece relações com a libéria
10. forum de debates sobre o desenvolvimento da tecnologia nacional

ministério das relações exteriores

síntese

1. O Presidente Ernesto Geisel, no banquete oferecido ao Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, em Brasília, afirma que a luta pelo desenvolvimento encontra sérios obstáculos externos, "resultantes do desejo de países mais avançados conservarem estruturas de privilégio" e que, no empenho de atrair esses países para um diálogo propício à revisão de tais estruturas, Brasil e Venezuela encontram coincidências de posições nos planos mais vastos da cooperação internacional. Geisel declara que, "no plano estritamente bilateral, muito ainda podemos fazer para trazer o intercâmbio de toda ordem, entre nossos países, a níveis compatíveis com as dimensões e possibilidades das respectivas economias". O Presidente venezuelano, em resposta, diz que sua visita serve para assentar as bases para a recíproca e concreta convivência entre os dois países e entre a comunidade latino-americana. "O Brasil é a nação sul-americana fundamental e chave na ação integradora da região", salienta Pérez, reconhecendo o esforço realizado pelo Brasil para conseguir um desenvolvimento independente a serviço do povo brasileiro e da integração latino-americana através "dessa iniciativa feliz do Pacto Amazônico". Durante a cerimônia de assinatura de atos entre os dois países, o Presidente Geisel destaca que a visita de Pérez tem um significado político muito mais amplo do que os textos firmados e que Brasil e Venezuela estão decididos a implantar mecanismos eficazes de consulta e cooperação para os principais

aspectos de suas relações, enquanto que o Presidente venezuelano, na mesma solenidade, observa que os dois Governos demonstraram que se "abrem aos dois países amplos e claros horizontes para o entendimento, para a cooperação e para o progresso". No Congresso Nacional, Carlos Andrés Pérez revela que Brasil e Venezuela dispõem de uma força negociadora em suas posições, pois "há muito mais o que nos una do que nos separe e somente nos mantendo unidos poderemos combater a desigual distribuição da riqueza atual".

No Supremo Tribunal Federal, o Presidente Pérez acentua que os dois países coincidem sobre a política de integração e desenvolvimento e comungam com os grandes postulados da civilização ocidental, inspirados no respeito à liberdade e à dignidade do ser humano. Páginas 7, 119, 135 e 141.

2. "Não há segredo nem milagre no extraordinário impulso de progresso ocorrido em nosso país nos últimos anos. Ele é resultado da conjugação judiciosa do espírito racional com uma atitude autenticamente brasileira de achar que a realização e o florescimento do ser humano são o objetivo e a medida de todo desenvolvimento." A afirmação é do Presidente Ernesto Geisel, ao recepcionar, em Brasília, o Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor. O Brasil, segundo o Presidente Geisel, "propugna por soluções de entendimento, de preferência ao método de confrontação. Consideramos o diálogo

bilateral, regional e multilateral como a maneira mais eficaz para alcançar uma cooperação mutuamente benéfica.” O Presidente senegalês ressalta que o Brasil é um “cadinho de raças, de civilizações e religiões; situa-se no cruzar dos caminhos do mundo total, fazendo do Brasil, verdadeiramente, um mundo novo, que reúne em seu seio, mais desenvolvidos pois vivem em simbiose, os traços peculiares de todas as raças e de todas as civilizações”.

Página 37.

3. Na abertura da Primeira Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, explica os motivos que levaram o Governo brasileiro à proposição do Pacto Amazônico: “Moveu-nos, naquele momento, a percepção de que as transformações que se operam na Amazônia e os contatos internacionais por elas gerados justificavam, e exigiam mesmo, o reconhecimento de direito do que ocorria de fato: a existência, na área, de um processo de cooperação em nível regional.” Silveira registra a unânime receptividade e o vivo interesse com que foi acolhida a sugestão brasileira no anteprojeto do Tratado e assinala que, “por mais diversas que sejam as origens e os objetivos dessas manifestações, um balanço sintético permite, desde já, chegar a uma notável conclusão: nem uma só voz se levantou, até agora, para negar que a colaboração entre os países da Amazônia é um imperativo histórico exigido pela consciência dos povos da região”. Segundo Azeredo da Silveira, o principal objetivo do Tratado proposto pelo Brasil é a instituição de um “mecanismo permanente que regularize os contactos entre os Governos da região, eliminando o caráter episódico e descontínuo que os tem prejudicado no passado”. Páginas 53 e 136.

4. Em Port-of-Spain, onde estive no mês de outubro, o Chanceler Azeredo

da Silveira assinala que Brasil e Trinidad e Tobago apresentam uma ampla gama de coincidência em suas posições, sejam de princípio, sejam de natureza operacional. “Compartilhamos arraigada determinação de obter, para nossos povos, as melhores oportunidades de desenvolvimento global. Repartindo a crença de que a cooperação internacional, fundada em conceitos operativos de interdependência, é essencial para promover esse resultado, aderimos, ambos, de forma incondicional, aos princípios que consideramos cardeais para as relações internacionais, do respeito mútuo, da não-intervenção, do repúdio à utilização da força nas relações com outros Estados e do direito à auto-determinação”, declara Silveira no almoço que lhe foi oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Trinidad e Tobago, John Donaldson. Página 61.

5. Harmonia entre o crescimento dos setores externo e interno, entre a industrialização e o progresso da agricultura, entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social — esta a razão fundamental para o extraordinário ritmo de crescimento que se observa no Brasil, nos últimos anos, segundo transmite o Chanceler Azeredo da Silveira ao seu colega dinamarquês, Knud Borge Andersen, que visitou Brasília em outubro. Na opinião de Silveira as relações Brasil-Dinamarca têm se beneficiado do caráter aberto da economia brasileira, expandindo o comércio, “embora muito ainda se possa fazer para ampliá-lo, diversificá-lo e, na medida do possível, torná-lo mais equilibrado”. O Chanceler Knud Borge Andersen pondera que a Dinamarca é tradicionalmente a favor do livre comércio e da concorrência internacional livre, recordando que o Brasil e o seu país estão cooperando em vários campos e organizações internacionais. Frisa também que “o elevado grau de industrialização no

Brasil permite-lhe assumir uma posição de liderança no diálogo entre os países industrializados e em desenvolvimento com relação à nova ordem econômica mundial". Página 69.

6. Ao inaugurar os trabalhos da IX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, em Assunção, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, enfatiza a importância da cooperação regional e sublinha que o Governo brasileiro, fiel aos princípios de respeito aos pactos internacionais, continuará a apoiar aquele sistema, que "atende perfeitamente aos interesses dos Estados participantes". O Chanceler brasileiro adianta que o quadro institucional existente entre os países que participam da Bacia do Prata tem se mostrado apto para canalizar e moldar esses propósitos de cooperação e assevera que, "no futuro, estaremos encontrando novos desafios, buscando novas fórmulas para ampliar a cooperação regional. — e o desejo brasileiro é de que se conserve o mesmo clima amplo de compreensão e de progresso que já nos garantiu tantos sucessos".
Página 75.

7. Lembrando que o Memorando de Entendimento destina-se a facilitar os contatos entre o Brasil e os Estados Unidos, com vistas a explorar as possibilidades de harmonização dos interesses nacionais dos dois países, o Chanceler Azeredo da Silveira, ao recepcionar em Brasília o Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, observa que esse documento "reflete a convicção de ambos os Governos de que é através da busca da compreensão dos pontos de vista soberanos dos Estados que se pode conduzir construtivamente o processo de interdependência das nações, para o benefício de todas". Silveira acrescenta que, sendo "um país pacífico e orgulhoso de sua nacionalidade", o Brasil, por vocação histórica e preceito constitucional, favorece soluções negociadas para os

conflitos internacionais; vive em harmonia com todos os seus vizinhos; despreza as ambições de preponderância com o mesmo vigor com que as rejeita da parte de outros países; estranha qualquer propósito de expansionismo ou de hegemonia, pois "a preocupação dominante da Nação é com o seu desenvolvimento, integrado e harmônico, na medida do possível em cooperação com as demais nações, em desenvolvimento ou desenvolvidas, às quais presta o Brasil a sua solidariedade e das quais espera o mesmo tratamento". O Secretário de Estado norte-americano afirma que suas discussões com as autoridades brasileiras "tiveram lugar sob a égide do Memorando de Entendimento", documento que "estabeleceu um mecanismo consultivo para a busca de nossos objetivos comuns e para o exame de áreas de cooperação; falamos a respeito de uma ampla gama de questões, e esse diálogo terá prosseguimento". Página 79.

8. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, ao encerrar o Segundo Painel de Assuntos Internacionais da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, acentua que o pleno reconhecimento da presença internacional do Brasil esbarra em uma rede de tradições diplomáticas e de interesses estabelecidos. "As grandes decisões, que afetam o destino da comunidade como um todo, continuam a ser tomadas por um clube fechado de países, refratários à admissão de novas nações, que, como o Brasil, possam alterar suas situações de privilégio, nem sempre autorizadas pelas circunstâncias de poder real", diz Silveira, acrescentando que, nesse quadro, a política externa do Governo do Presidente Geisel se preocupou, desde os primeiros momentos, em valorizar a presença internacional do Brasil, em aproveitar suas virtualidades políticas e em ampliar, por meios econômicos e políticos, o grau de sua autonomia na atuação externa. Página 85.

a visita do presidente da venezuela, carlos andrés pérez

A reafirmação de uma velha amizade. Assim poderia ser definida a viagem que o Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, fez ao Brasil, de 16 a 20 de novembro de 1977, durante a qual — nas 84 horas que aqui permaneceu, divididas entre Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro — manteve intensos contatos com as autoridades brasileiras, federais e estaduais, universidades e, especialmente, com empresários.

Em termos práticos, a visita de Pérez resultou na assinatura de cinco acordos — mas sua presença em Brasília pode ser vista mais com o sentido político de reaproximação entre dois países que já mantêm 147 anos de cordiais relações diplomáticas. Conforme o próprio Presidente Ernesto Geisel, a vinda do Primeiro-Mandatário venezuelano elimina distorções no relacionamento Brasil-Venezuela e demonstra a “refletida maturidade” dos dois países, que se empenham em atrair as nações mais desenvolvidas para um diálogo propício à revisão das “estruturas de privilégio”.

Depois de uma escala técnica em Manaus, o Presidente Carlos Andrés Pérez desembarcou em Brasília às 18 horas de 16 de novembro, acompanhado de altas autoridades do Governo venezuelano, entre as quais

os Ministros das Relações Exteriores, Simón Alberto Consalvi; de Energia e Minas, Valentin Hernandez Acosta; do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Arnoldo José Gabaldon; de Assuntos Científicos, Tecnológicos e Culturais, José Luis Salcedo Bastardo; o Ministro de Estado, Assessor da Presidência para Assuntos Econômicos Internacionais, Manuel Pérez Guerrero; o Ministro de Estado, Presidente do Fundo de Inversões da Venezuela, Hector Hurtado; o presidente do Banco Central da Venezuela, Benito Raul Losada; o presidente da Corporação Venezuelana de Guayana, Argenis Gamboa; o presidente, interino, da Petroleos de Venezuela C. A., Julio Cesar Arreaza; o presidente do Instituto de Comércio Exterior, Reinaldo Figueredo Planchart; o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, Pedro Obregon; além de empresários e representantes do Congresso Nacional venezuelano.

Na Base Aérea de Brasília, Pérez foi recebido pelo Presidente Ernesto Geisel e apresentado ao Vice-Presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos, ao Núncio Apostólico, Monsenhor Carmine Rocco, e a todos os Ministros de Estado brasileiros. Imediatamente após a chegada do Chefe de Estado venezuelano, os Presidentes Ernesto

Geisel e Carlos Andrés Pérez mantiveram uma reunião reservada, no gabinete de Azeredo da Silveira. No dia seguinte, 17 de novembro, pela manhã, o Presidente Pérez participou, juntamente com Geisel, no Palácio do Planalto, da solenidade de assinatura, pelos Chanceleres Azeredo da Silveira e Simón Alberto Consalvi, de cinco acordos entre o Brasil e a Venezuela: o Convênio de Amizade e Cooperação, o Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em matéria sanitária para o meio tropical, o Acordo de Assistência Recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência, as trocas de Notas sobre intercâmbio bancário e sobre a entrada em vigor do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, que foi assinado, no dia 16, pelos presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), José Dion de Melo Teles, e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Venezuela (CONICIT), Pedro Obregon. Estes documentos foram assinados depois de uma reunião de trabalho entre os dois Presidentes, à qual compareceram também os Ministros de Estado brasileiros Antonio F. Azeredo da Silveira, Golbery do Couto e Silva, Maurício Rangel Reis, Mário Henrique Simonsen, João Paulo dos Reis Velloso, Shigeaki Ueki, Ângelo Calmon de Sá e Hugo Andrade Abreu, além de representantes de empresas estatais brasileiras, como a Companhia Vale do Rio Doce e Petrobrás.

Durante esse encontro, realizou-se também uma pequena solenidade em que o Presidente Ernesto Geisel entregou ao seu colega venezuelano o Grã-Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e recebeu dele o Grã-Colar da Ordem do Libertador Simón Bolívar. Também foi efetuada a troca de presentes entre os dois Presidentes, tendo Pérez ofertado a Geisel uma escultura do artista plástico venezuelano Jesus Soto e um vaso metálico ornamental e recebido do Chefe de Estado brasileiro uma cigarreira de prata, um retrato Presidencial oficial e um colar de ouro, com pedras brasileiras, para ser entregue à Senhora Pérez.

Do Palácio do Planalto, o Presidente Carlos Andrés Pérez seguiu para o Congresso Na-

cional, reunido em sessão solene conjunta, onde foi saudado pelo Senador Lázaro Barbosa e pelo Deputado Flávio Marcílio. Em seguida, Pérez foi ao Supremo Tribunal Federal, tendo sido saudado pelo Ministro Djaci Falcão, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, no Hotel Nacional, e foi homenageado pelo Presidente Ernesto Geisel com um almoço no Clube Naval de Brasília. Logo após, embarcou para São Paulo, onde, às 18,30 horas, foi recebido pelo Governador Paulo Egydio Martins, que lhe ofereceu, à noite, um jantar e uma recepção no Palácio dos Bandeirantes. Após a recepção, o Presidente venezuelano percorreu as instalações da Bienal de São Paulo, em visita que terminou já na madrugada do dia seguinte.

Na Capital paulista, dia 18, o Presidente Pérez fez uma visita à **Brasil Export 77**, acompanhado do Governador Paulo Egydio e dos Ministros da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, e das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Ele esteve também no Monumento do Ipiranga, recebeu diretores de empresas jornalísticas de São Paulo e um grupo de reitores e estudantes universitários paulistas e participou de um almoço que lhe foi oferecido, no Jôquei Clube, pelas Federações da Indústria e do Comércio de São Paulo e pela Associação de Comércio e Indústria Brasileiro-Venezuelana. De São Paulo, Pérez embarcou para o Rio de Janeiro, onde foi recepcionado pelo Governador Floriano Peixoto Faria Lima, que também lhe ofereceu um jantar e uma recepção, no Palácio Laranjeiras. No Rio de Janeiro, no dia 19, o Presidente venezuelano recebeu os diretores dos órgãos de imprensa carioca, visitou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as instalações do Palácio Itamaraty, e participou de um almoço que lhe foi oferecido por um grupo de empresários. Nesse mesmo dia, o Ministério das Relações Exteriores divulgou, em Brasília, um Comunicado de imprensa com os itens principais dos entendimentos mantidos pelo Presidente da Venezuela com as autoridades governamentais brasileiras. Pérez embarcou para Caracas no dia 20, às 5,15 horas, tendo, ao deixar o território brasileiro, enviado mensagem de agradecimento ao Presidente Ernesto Geisel.

geisel aos venezuelanos: todos nós professamos a ideologia democrática

Entrevista do Presidente
Geisel à Televisão
Venezuelana,
transmitida em 15 de
novembro de 1977.

Pergunta — Senhor Presidente, o Brasil é chamado de “o colosso do sul”, “o País-continente” e de muitas outras coisas que descrevem seu tamanho e seu crescimento industrial. Como descreveria Vossa Excelência o Brasil de hoje, o país que Vossa Excelência está presidindo, ao se encerrar o ano de 1977?

Resposta — Eu não considero que o Brasil seja um colosso. É sem dúvida, um país de grande extensão territorial; nós temos mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. É também um país que já tem um grande contingente de população: somos cerca de 110 milhões de brasileiros. Mas, absolutamente, não somos um colosso. Nós somos um país que procura se desenvolver, se adaptar aos tempos modernos, realizando esse desenvolvimento de uma maneira integrada. Nós procuramos nos desenvolver economicamente, ao mesmo tempo em que buscamos o desenvolvimento social; conjugado com esses dois desenvolvimentos, procuramos o melhor desenvolvimento político. Achamos que esses três aspectos — econômico, social e político — têm que

caminhar juntos. Não se pode imaginar um grande desenvolvimento político se o desenvolvimento social não acompanha esta marcha. Esta é a tarefa que o Governo tem em vista, levando em conta as diferentes áreas, e os diferentes problemas que o país tem. Temos uma região Sul e Sudeste bastante desenvolvida, com boa agricultura, industrializada. Temos uma área problema, que é o Nordeste, onde as condições de clima são desfavoráveis, porque é uma região sujeita, periodicamente, a secas. Temos o Centro-Oeste, que é muito fértil e que está em vias de desenvolvimento, em grande parte em decorrência da mudança da Capital para Brasília. E, finalmente, temos a extensa área da Amazônia, que agora está começando a ser desbravada. A nossa preocupação é neste conjunto, melhorar as condições locais, de modo a diminuir as diferenças que existem entre as diferentes regiões, e dessa forma assegurar uma melhor integração do país.

Pergunta — Qual é o problema mais sério que seu país tem ou terá de enfrentar no futuro imediato, devido ao desenvolvimento

industrial dos últimos anos? O crescimento é problema ou solução para o Brasil?

Resposta — O crescimento, sem dúvida, é um objetivo que todos nós temos. E sempre queremos crescer mais; mais, no sentido econômico e no sentido social. É claro que o crescimento é um problema, porque necessita de recursos e cada vez que nós nos desenvolvemos queremos mais. Isto é próprio da natureza humana. Se não fosse assim, a humanidade não teria progredido tanto quanto progrediu nesse último século. Mas os problemas que surgem, eu acredito que com tenacidade e trabalho se consiga resolver. Os dois problemas mais difíceis com que nos defrontamos, e que às vezes são antagônicos, são o do balanço de pagamento, em que nós procuramos melhorar, sobretudo, as condições comerciais, de modo a obter um melhor equilíbrio e, de outro lado, o problema da inflação. A inflação é um mal crônico no Brasil e, às vezes, ela aumenta, outras vezes diminui e a terapêutica que nós aplicamos nem sempre é eficiente. Às vezes, corremos o risco de que o remédio não dê resultado e outras vezes de que com o remédio nós matemos o doente. Então nos preocupamos em combater a inflação, mas sem que isso nos traga desemprego ou recessão. Eu poderia dizer que os dois problemas mais difíceis, presentemente, são esses.

Pergunta — **Por que motivo crê Vossa Excelência que nem a Venezuela nem o Brasil tenham intercambiado visitas presidenciais em sua ampla história de países vizinhos?**

Resposta — Somos países vizinhos, somos países irmãos, mas, infelizmente, a geografia foi desfavorável, no passado, a uma maior aproximação. Veja que o Brasil é um país voltado, em grande parte, para o Oceano Atlântico e a Venezuela se orienta mais para o Caribe e para o Atlântico Norte, nas suas vinculações com a América Central e mesmo com os Estados Unidos e o Canadá. São direções diferentes. Temos uma grande fronteira comum mas numa região onde por muito tempo a civilização não penetrou. Vale dizer, as nossas fronteiras ainda hoje são quase que inteiramente fronteiras mortas. Entretanto, com o desenvolvimento que o mundo experimentou, sobretudo quanto a

transportes e comunicações, nós vamos nos aproximando cada vez mais, e essa separação do passado tende, por todos os motivos, a desaparecer, seja pelo enlace ao longo das fronteiras, seja pelo enlace aéreo e mesmo o marítimo. Isto fez com que, no passado, os Presidentes não se encontrassem. Eu tenho a lembrança de que o primeiro encontro se realizou em 1973 entre o Presidente Médici e o Presidente Caldera, na localidade de Santa Elena, próximo às fronteiras entre os dois países, e agora vamos ter uma nova oportunidade de encontro, com a visita auspiciosa do Presidente Pérez aqui ao Brasil.

Pergunta — **Nosso continente tem diversos sistemas políticos, mas, sem embargo, parece ser agora que estamos nos aproximando mais do que nunca, apesar de nossas diferenças. Crê Vossa Excelência, Senhor Presidente, que dentro de um futuro imediato os nossos sistemas políticos serão mais parecidos ou serão ainda mais diversos?**

Resposta — Eu acredito que todos nós professamos a ideologia da democracia. Todos nós procuramos ser países democráticos e, nesse sentido, eu imagino que os países da América se aproximem. É claro que cada um deles conservará as suas características próprias. Essas democracias terão nuances, formas diferentes de expressão, modalidades diversas na sua execução, correspondendo à índole, à tradição, aos costumes dos respectivos povos. A longo prazo, evidentemente, a tendência será sempre para uma maior semelhança.

Pergunta — **De onde surgiu a idéia de desenvolvimento da Amazônia e o que espera o Brasil que se alcance se o Pacto Amazônico se tornar realidade?**

Resposta — A região Amazônica é compartilhada por vários países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, que participam da região, e as próprias Guianas e em grande parte o Brasil; o Brasil tem a maior parte da Bacia mas todos esses outros países também participam e aí há problemas comuns, há problemas de conservação ecológica, há problema de exploração racional, problemas de transportes, de comunicações

etc. O Brasil acha que, dada a comunidade desses problemas, é interessante nós nos unirmos na procura e no encaminhamento de soluções pela cooperação, pela conjugação de esforços; em vez da ação isolada de cada um, nós poderemos, em prazo muito menor, influir adequadamente para que os problemas da área se resolvam e que a região deixe de ser uma região passiva como é hoje em dia, na sua grande parte, e passe a proporcionar recursos e meios para o desenvolvimento humano, além do desenvolvimento dos nossos próprios países. Por outro lado, nós achamos que é preferível que nós, que integramos a Bacia, cuidemos desses problemas ao invés de outros países.

Pergunta — O que crê Vossa Excelência resultará da visita do Presidente Pérez ao seu país?

Resposta — Eu já disse há pouco que eu considero esta visita altamente auspiciosa. De um lado, pela personalidade do Presidente Pérez, de outro lado pela significação que a Venezuela tem, não só no quadro da América do Sul ou da América Latina, mas no quadro mundial. O Brasil é um país gran-

de e a Venezuela o é também, e é um país de grande expressão econômica. Eu acho que a vinda do Presidente Pérez e as conversações que ele terá aqui conosco representarão uma nova etapa em nosso relacionamento, permitindo que se abra uma porta pela qual possamos transitar e produzir e realizar, conversar e conjugar melhor os nossos interesses com os interesses da Venezuela e da própria América Latina. Imagino que esta visita não trará de imediato nem um resultado concreto que se possa apresentar especulativamente aos nossos países, mas será um início, e um início que vai produzir frutos muito grandes no futuro.

Concluindo com esta resposta, eu desejo aproveitar a oportunidade para, através da televisão venezuelana, transmitir ao povo da Venezuela as nossas maiores simpatias, os nossos sentimentos de fraternidade e manifestar a esperança de que, com esse início de entrelaçamento mais positivo entre os nossos países, nós nos tornemos, cada vez, mais conhecidos uns dos outros, mais irmãos, mais amigos e com capacidade de trabalharmos em conjunto em benefício geral.

Entrevista do
Ministro de Estado
das Relações Exteriores,

Antonio F. Azeredo
da Silveira, à Televisão
Venezuelana, transmitida

em 14 de novembro de 1977.

silveira explica política externa brasileira à tv da venezuela

Pergunta — Senhor Ministro, ao mudarem os governos, ao mudarem as atitudes no Brasil, o Itamaraty sempre mantém um rumo fixo. O Senhor, que tem experiência diplomática desde o ano de 1943, a que atribui este rumo permanente e fixo do Brasil?

Resposta — Você não tem nada que agradecer. Sou eu que lhe agradeço pela oportunidade que me dá de falar por intermédio da televisão venezuelana a esse povo amigo. Considero que brasileiros e venezuelanos

são muito parecidos, inclusive do ponto de vista racial. Creio que somos países mestiços. E de mestiçagem muito semelhante.

Quanto à sua pergunta, eu lhe diria uma coisa que talvez pareça uma contradição, mas não é. Creio que a maior característica do Itamaraty é reconhecer que a melhor tradição é saber renovar-se. Acredito que, em cada período histórico do Brasil, o Itamaraty tem procurado ser o intérprete do momento nacional e, através disso, eviden-

temente, em cada período, contribuiu com algo que se cristalizou como interesse mais permanente do país. Mas nós não nos petrificamos. Cristalizamos aquilo que correspondeu ao interesse nacional da mesma maneira que, por exemplo, no período de Rio-Branco, o Itamaraty foi o mecanismo de diálogo direto da estruturação definitiva das fronteiras nacionais, o que era, então, muito importante. Isto porque, atuando sempre dentro dos princípios jurídicos, o Brasil jamais teve uma disputa importante ou algo que pudesse se aproximar de uma disputa bélica por suas fronteiras, e sempre chegou a soluções através de sua diplomacia. Esta foi a grande tradição que nos legou Rio-Branco: trabalhar pela estruturação definitiva do Brasil. Mas não teria sentido que, hoje, disséssemos as mesmas coisas. Hoje, o Itamaraty é um grande instrumento do desenvolvimento brasileiro. E é esta a nossa diretriz, a de que o Itamaraty seja o instrumento desse desenvolvimento, de um desenvolvimento que deve ser integrado como lhe disse o Presidente, com maiores detalhes. * E mais do que isso, deve ser também um desenvolvimento fraterno com seus vizinhos. Nós temos uma condição muito especial na América do Sul, da qual nem todos nos damos conta. Somos países vizinhos, mas cercados por dois oceanos, comprimidos uns contra os outros e creio que nos cabe transformar essa compressão em pontos de acordos que sejam equitativos. Os acordos que não são equitativos não se sustentam e desaparecem. Não creio que se possa pretender fazer acordos que beneficiem somente uma das partes, quer se trate de um acordo bilateral ou multilateral. Acredito que os acordos devam ser equânimes e equitativos. E creio que nós, países da América do Sul, que somos tão ligados e, por assim dizer, comprimidos por esses dois grandes oceanos, devemos dar o exemplo para a América e para o mundo de nossa capacidade de cooperação.

Pergunta — E quanto à capacidade de cooperação que o Senhor Ministro faz menção, que se espera no Itamaraty do Pacto Amazônico?

Resposta — Cremos que o Pacto Amazônico tem uma virtude muito especial. Em primeiro lugar é uma grande aventura regional. Nada pode ser mais atraente que considerar o desenvolvimento da Região Amazônica. Além disso, esse desenvolvimento não pode ser feito de forma egoísta. Deve ser feito de forma cooperativa, porque todos os países, que têm suas regiões amazônicas, têm problemas comuns. E porque não trocar experiências, porque não fazer com que tudo se torne mais dinâmico através de coordenação das estradas, das telecomunicações, da defesa ecológica, das experiências no solo. Não é uma integração econômica, um pacto que se limita a facilitar a integração econômica. Mas lhe digo que as integrações físicas preparam as infra-estruturas para a economia de escala. E tenho certeza de que nisto que vamos iniciar entre nós — uma espécie de Clube Amazônico — nada será imposto a nenhum país, porque nós, mesmo nas proposições que fizemos, declaramos que pretendíamos que o processo funcionasse à base de votos unânimes. Como consequência de um “clube” de defesa de uma região e de integração física, nascem as estruturas que constituem a infra-estrutura das economias de escala. E isto, na minha opinião, será uma grande vantagem, pois, quando se trata de comércio diretamente, tem-se imediatamente a presença dos países industrializados, já que qualquer integração econômica e comercial entre nossos países envolve, naturalmente, o interesse dos grandes países. Mas quando tratamos de fazer uma integração física, que se transforma em um fator econômico extraordinário, os outros países industrializados, que têm um poder de decisão enorme, não encontram desculpa para intrometer-se nesse processo. Estou certo de que o processo vai ser muito proveitoso. Será, sem dúvida, um processo de longo alcance e vamos ter de trabalhar muito. Creio, também, que nossas regiões amazônicas começam a ser uma realidade. É pois o momento. O momento de agir e não foi ele criado artificialmente. É consequência do próprio desenvolvimento em que todos estamos empenhados, cada qual a nível nacional, a nível continental e,

* Referência à entrevista de Walter Martinez com o Presidente Geisel, divulgada no dia 15/11.

principalmente, a nível latino-americano e sul-americano.

Pergunta — Quando o Senhor Ministro faz referência à economia de escala o problema não seria o mesmo com relação ao Pacto Andino?

Resposta — Não, creio que o Pacto Andino busca a economia de escala muito mais precisamente do que o Pacto Amazônico. No Pacto Amazônico busca-se preparar uma infra-estrutura, que então, geraria as economias de escala. O Pacto se funda no espírito de defesa e desenvolvimento da região, através do intercâmbio de informações, da coordenação de planos de transferência de experiências de um país para o outro, e de todas as formas de cooperação, mas não visaria diretamente a integração econômica e aduaneira como busca o Pacto Andino. Somos muito favoráveis ao Pacto Andino. Quando estive de visita a Lima, falei ao Pacto Andino, inclusive para dizer que o Brasil teria o maior interesse em ter acordos e entendimentos com o Pacto Andino. Aceitamos esta realidade como uma necessidade dos países que criaram o Pacto Andino. E, neste momento, estamos exatamente, como consequência disto, negociando a criação de uma Comissão Mista Pacto Andino-Brasil. Acreditamos que os países que criaram o Pacto Andino o fizeram para propiciar seu próprio desenvolvimento e inclusive para conseguir uma certa especialização, de maneira a criar esta grande economia de escala. Apoiamos este movimento e queremos entender-nos com o Pacto Andino. Não temos nenhuma pretensão de achar que isto não seria proveitoso. Tudo faremos para integrar nossos esforços aos outros esforços de integração, da América Central e todos os outros planos regionais, sejam eles econômicos e comerciais de cooperação, sejam planos de integração física, e inclusive em relação a atividades econômicas que um, dois, três ou quatro países possam fazer entre eles. Devemos criar no sentido integracionista. Não podemos estar atados a fórmulas que sejam meramente comerciais, como é o caso da ALALC, que teve uma finalidade muito importante, mas que deve ser dinamizada, porque tal etapa já se acabou. Tem-se que buscar outros caminhos.

Pergunta — Qual é a posição do Brasil em relação à saída do mar pela Bolívia?

Resposta — Devo ser muito claro sobre isto. Não acreditamos que seja um problema dentro do qual devemos atuar. Não temos o direito de influir dentro de uma negociação que está sendo levada a cabo por três países amigos, mas o que desejamos é que as três partes envolvidas diretamente na questão encontrem uma solução. E acreditamos que isto se dará. Cremos que respeitamos as posições nacionais. Não desejamos de nenhuma maneira que se diga que algo foi feito com a influência brasileira. Confiamos no critério e na capacidade de decisão dos três países, aos quais somos muito ligados, como você sabe.

Pergunta — Mesmo estando Brasil e Venezuela tão juntos, tem havido ausência de contato direto entre os seus primeiros mandatários, exceto em 1973, parecendo haver um vazio que não está de acordo com a política integracionista que ambos os Governos procuram. A que atribui o Senhor esta ausência de contatos?

Resposta — Estou convencido de que, e lhe digo com toda a sinceridade, não somente este vazio, mas este relativo silêncio não era danoso somente para a Venezuela e o Brasil, mas para toda a América Latina. Eu creio no destino venezuelano. Creio que a Venezuela será cada vez mais um país atuante nos problemas não só latino-americanos, nos quais ela sempre teve grande influência, mas dentro da América do Sul, no qual a Venezuela está inserida como nós. Eu creio que este relativo silêncio foi negativo não só para as relações bilaterais como também para as relações de todos. E digo de todo o continente americano, digo da América Latina e digo mesmo da América do Sul, que é onde nós nos encontramos mais próximos. Há várias interpretações e uma que é muito lógica e natural: a de que somente agora estamos dinamizando nossas fronteiras do Norte da América do Sul. O movimento tem, pois, razão de ser neste momento. Mas acredito também que, além disso, todo o continente, nosso subcontinente, ainda sofre um pouco o efeito das tradições coloniais. Neste sentido, todos nós tínhamos nossas “setas” dirigidas para fora.

Estes verticalismos, de uma certa maneira, eram o signo da dependência de então. Agora nós teremos que inverter este movimento. E fazer com que as setas se dirijam para dentro do Continente. Nós teremos cada vez mais de nos suprimos, no quadro dos países latino-americanos, porque se não chegarmos ao fundo dessa política realmente nunca faremos uma integração efetiva. Antigamente era muito mais sério o problema. Basta dizer, por exemplo, que, no passado, para podermos nos comunicar com a Venezuela, tinha que ser através dos Estados Unidos, através da Europa ou através de outro país. Agora não. Agora nós, nos setores das telecomunicações e comunicações aéreas, já nos comunicamos diretamente. Mas é um fenômeno muito recente. Durante séculos, nós passamos por várias metrópoles e temos que eliminar isto. E creio que isto também é um fato muito importante que corresponde talvez à nossa maturidade atual. Somos ocidentais sem dúvida, todos nós. Mas não temos alinhamentos automáticos.

Pergunta — Qual é a posição do Brasil em relação aos direitos humanos na África do Sul?

Resposta — Somos inteiramente contra qualquer forma de racismo. O Brasil repudia a política do **apartheid**. E não podia deixar de ser desta maneira. Se o próprio povo brasileiro é mestiço, como uma política nacional brasileira podia ter qualquer forma de compromisso com a discriminação racial, que é uma ofensa à humanidade como um todo? Apoiamos portanto, os africanos na sua política de repúdio ao **apartheid**. Não temos essa atitude apenas como um gesto de solidariedade aos africanos, embora tal gesto seja muito importante, mas porque essa atitude é uma expressão da alma nacional brasileira. Nisto nos parecemos muito com a Venezuela.

Pergunta — O que diz sobre a crítica que a imprensa venezuelana faz ao Brasil?

Resposta — Suponho que se trata de algo natural. Sempre fui a favor da liberdade de crítica. Creio que a crítica faz o seu próprio processo de decantação. Não acredito que, evitando a crítica, se chegue a um resultado

satisfatório. Ao contrário, penso que é justamente porque venezuelanos e brasileiros nos temos criticado um pouco mais ultimamente, é que estamos descobrindo as verdades e estamos nos entendendo. Digo-lhe isso com toda a sinceridade. Não se trata de uma amabilidade. É o que penso com toda a sinceridade. Creio que o fato de discutirmos nossos problemas faz com que eles se tornem mais claros, porque não há nenhuma base para disputas. Venezuela e Brasil nunca tiveram problemas em sua vida nacional. E não seria nada de extraordinário ter um problema, porque podemos ter problemas com países amigos. Não seria esse o caso da Venezuela e Brasil? Não — e isto é uma coisa muito positiva. Se houve, de parte à parte, em algum momento, alguma suspeita, é melhor que se fale dela, porque aí as coisas serão esclarecidas.

Pergunta — Como é que o Senhor explica a mudança de ciclagem de Itaipu?

Resposta — O Tratado que criou a Binacional Itaipu não fixou uma regra clara a esse respeito. Evidentemente, o Paraguai sempre teve o direito de fixar sua ciclagem. Jamais exercemos pressão para que o Paraguai mudasse de ciclagem, e qualquer informação diferente não é verdadeira. Mas, dentro das hipóteses que nos haviam sido apresentadas pelo Paraguai, também havia esta hipótese de mudança de ciclagem. Nós negociamos constantemente, nestes últimos meses, sobre este assunto. Nós tivemos contatos. Trocamos informações técnicas com toda sinceridade. Com fraternal sinceridade. E depois que o Paraguai nos apresentou, afinal, duas alternativas, escolhemos a que é a mais natural: que cada um conserve sua ciclagem e que o Brasil compre a energia produzida pelo Paraguai a 50 ciclos, que a traga em corrente contínua e que seja transformada na fonte de recebimento. Esta solução tem uma grande vantagem. Chegamos à conclusão, através de estudos técnicos, de que há uma tal economia de transporte de energia pela corrente contínua, que o processo resulta mais econômico. Se dispomos de um processo mais econômico de trazer-mos eletricidade e, ao mesmo tempo, reconhecemos o direito do Paraguai de decidir como deseja, a solução encontrada foi, sem

dúvida, a melhor para o Governo brasileiro. Não podíamos incorrer em erros históricos de acreditar que uma decisão circunstancial é mais importante que a imagem permanente de uma decisão. O Brasil se apresou porque o Brasil sempre quis demonstrar como respeita os direitos dos outros Estados. Não somos "anti" nada. Mas sabemos resistir a pressões e não queremos fazer com nenhum país latino-americano aquilo que não admitiríamos que se fizesse conosco. Assim, estamos contentes com a solução. Naturalmente que há setores, e isto é próprio de um país onde a opinião se expressa livremente, que aceitam ou não aceitam as soluções. Mas — repito — o Governo está contente com a solução encontrada. Vamos prosseguir com a obra e, mais que isso, vamos prosseguir com os planos de cooperação com o Paraguai.

Pergunta — O que dizer sobre a venda de serviços brasileiros, na área de construção de represas, à Venezuela?

Resposta — Sabemos por experiência que poucos países têm tecnologia de represa de grande porte. Tecnologia de represa há muitas, mas de grande porte só há nos Estados Unidos, Canadá, União Soviética, no Brasil e na África possivelmente, porque as dimensões em outras áreas são de pouca monta. E nós, que pagamos caríssimo por essa tecnologia no passado e que hoje a dominamos, temos o maior prazer de dividi-la com os

países latino-americanos. Não há segredo. Trata-se somente de adquirir uma certa experiência. Estamos muito contentes e somos gratos pela confiança e pelo reconhecimento de nossa capacidade por parte dos venezuelanos, porque foi feita uma concorrência honesta e séria, estando o Brasil em condições de cumprir o seu compromisso. Para terminar desejaria dizer que a visita do Presidente Pérez, além do que representa para as relações entre o Brasil e a Venezuela na América Latina e na América do Sul, vai servir também de testemunho para que os venezuelanos sintam o carinho com que são recebidos os seus homens no Brasil. Acredito que se trata de uma experiência válida e concreta. Creio que o Presidente e sua comitiva vão sentir o calor do povo brasileiro, a maneira com que ele encara o povo venezuelano. Não temos complexos nem frustrações. O brasileiro desfruta muito do progresso de seu país. É uma maneira de ser como qualquer outra. Creio que os venezuelanos também são assim. Nas vezes em que fui à Venezuela foi o que senti: é um país que se transforma rapidamente. Conheci a capital venezuelana quando ainda era muito jovem e lá voltei várias vezes e cada vez que voltava via uma cidade nova. Caracas hoje não é a cidade que conheci na minha juventude. Assim, este encontro de mãos que se realizará em Brasília, entre brasileiros e venezuelanos, apesar de todas as implicações políticas, será o retrato do carinho e do afeto que existe no Brasil pelo povo venezuelano.

Discurso do Presidente
Ernesto Geisel, no Palácio
Itamaraty de Brasília,

em 16 de novembro de 1977, durante o banquete oferecido ao Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez; e tradução não-oficial da resposta do Chefe de Estado venezuelano.

entre brasil e venezuela, idêntico espírito de cooperação

PRESIDENTE BRASILEIRO

Senhor Presidente

Pela primeira vez, Brasília acolhe um Chefe de Estado da Venezuela. Sua presença, nesta cidade voltada para o futuro, enche-nos de

satisfação. Atesta a amizade que existe entre nossos dois povos. É, também, estou certo, augúrio de um relacionamento mais estreito entre os dois países.

Não obstante a extensão da fronteira comum, a importância dos interesses regionais de que compartilhamos e a coincidência em

tantas de nossas posições no campo da política internacional, o relacionamento entre o Brasil e a Venezuela, por muito tempo, esteve marcado por distorções características das relações entre países em desenvolvimento, excessivamente dependentes de suas vinculações a países desenvolvidos. É mérito nosso, da Venezuela e do Brasil, havermos sido dos primeiros e dos mais ativos países a propugnar por um reordenamento econômico internacional que diminua essas distorções. Por outro lado, a reflexão sobre a própria experiência fez-nos ver que o subdesenvolvimento não é o resultado de determinismos étnicos, climáticos ou culturais, encontrando-se suas causas, ao contrário, em forças e condicionantes bem identificadas, algumas internas, outras internacionais, sobre as quais o homem pode e deve exercer controle.

Não resta dúvida de que o primeiro e mais importante fator de mobilização para o desenvolvimento é o esforço nacional. A recente evolução de nossos dois países demonstra quanto pode realizar uma Nação, motivada por ideais nobres de progresso, num clima de paz e de justiça.

luta pelo desenvolvimento encontra obstáculos externos

Mas, se é indiscutível a prioridade do esforço interno, não menos certo é que a luta pelo desenvolvimento encontra, freqüentemente, sérios obstáculos externos, resultantes do desejo de países mais avançados conservarem estruturas de privilégio. No empenho de atrair esses países para um diálogo propício à revisão de tais estruturas, encontramos crescentes coincidências entre nossos dois Governos.

Atitudes, como essas, de refletida maturidade no plano econômico, são o resultado de uma clara consciência das responsabilidades que ambos os países fomos chamados a assumir também no plano político, no cenário mundial. A herança do subdesenvolvimento, que tende a orientar os vínculos econômicos no sentido de dependências verticais, não deixa menores distorções na forma de encarar os relacionamentos poli-

ticos. E, assim, julgou-se por muito tempo que, pelo menos no plano internacional, os interesses políticos dos países em desenvolvimento devessem simplesmente enquadrar-se nas concepções estratégicas mais amplas dos países de maior poder. No entanto, sob o influxo dos mesmos ideais de respeito à individualidade soberana dos países que impulsionam o desenvolvimento econômico, reconhece-se, hoje, e de maneira mais ampla, o direito de cada um à autêntica expressão política nacional no plano mundial, livre de ingerência e livre de imposições.

Nossos países, em razão de suas potencialidades e do grau de desenvolvimento que já atingiram, passaram a ter uma crescente participação na vida internacional. Essa evolução, aceitamo-la com senso de responsabilidade. Pois bem sabemos que ela nos cria obrigações novas, tanto no plano universal, como no regional e no bilateral.

Não obstante a vizinhança que nos une, as características de crescimento histórico, a que me referi de início, fizeram com que nossos interesses comuns maiores se manifestassem a partir de coincidências nos planos mais vastos da cooperação internacional.

Já mencionei as posições que nos aproximaram no diálogo político e econômico entre o Sul e o Norte. Desejo agora referir-me às coincidências no plano regional. Creio que a ambos os Governos nos animam propósitos semelhantes quanto à natureza do relacionamento latino-americano e ao papel de nossos países nessa comunidade.

ser latino-americano é um estado de espírito

Para o Brasil, ser latino-americano é, mais do que uma circunstância geográfica, um estado de espírito. O sentimento que lhe corresponde é mais genuíno do que a retórica, sobre o mesmo elaborada, poderia deixar supor. E, se, assim, genuíno é o sentimento de comunidade, mais autêntica é a preocupação de que ele floresça ao in-

fluxo de ideais de fraternidade, de igualdade soberana e de não-ingerência nos assuntos dos outros países. **A cooperação e o respeito mútuo são a inspiração de nossa convivência com os vizinhos do continente e, estamos certos, a chave para que esse relacionamento prospere de modo a trazer, a todos, o progresso e a paz que entendemos só serem definitivos se solidários. Dentro dessa ótica, não cabem aspirações hegemônicas nem ambições de preponderância entre as nações do continente.** Vossa Excelência já o disse muito bem e é com satisfação que recorro suas palavras no sentido de ressaltar a compreensão que tem o Governo da Venezuela de que ao Brasil anima idêntico espírito de não aceitar e de não desejar hegemonias.

Em nossa ação externa no continente, guiamos-nos pela fidelidade irrestrita ao ideal pacifista do povo brasileiro e a seu espírito de cooperação, de conciliação e de amizade com os povos todos da América. Sentimentos esses que encontram a mais perfeita correspondência nos ideais da unidade com que sonhou o maior dos compatriotas de Vossa Excelência, o libertador Bolívar, grande entre os grandes na admiração e afeto de todos nós.

Tal é o espírito que tem animado tantas iniciativas venezuelanas em busca de uma integração maior dos países latino-americanos. A criação do SELA é uma dessas iniciativas, à qual o Governo brasileiro vem emprestando apoio e participação. Sentido igual têm iniciativas como a que tomamos no âmbito sub-regional, quando propusemos a conclusão de um Pacto Amazônico. O caráter sub-regional não lhe diminui a importância para toda a América Latina. É que o exercício a que nos propomos, é o de colaboração para preservação e exploração de recursos que nos são comuns, garantindo, ao mesmo tempo, através dessa cooperação, o pleno aproveitamento de uma área sobre a qual podem debruçar-se interesses estranhos aos países da região.

harmonização e conjugação de interesses latino-americanos

Em ambos os casos, do SELA e do Pacto Amazônico, o que realmente se busca, em

graus diferentes embora, é a harmonização e conjugação de interesses no âmbito da América Latina.

Senhor Presidente,

Através da cooperação multilateral, de caráter universal ou regional, aprendemos a nos conhecer melhor. Agora, as iniciativas que pretendemos tomar em conjunto no plano sub-regional ainda mais nos aproximarão entre outras razões pelo simples fato de que a floresta amazônica, que nos separa, será, dominada pelo homem, um traço de união.

No plano estritamente bilateral, muito ainda podemos fazer para trazer o intercâmbio de toda ordem, entre nossos países, a níveis compatíveis com as dimensões e possibilidades das respectivas economias. Nosso comércio pode ser ampliado e diversificado, pois substancial é a complementaridade entre nossas pautas de exportação. Ricas são as possibilidades que existem para a prestação recíproca de serviços e para um intenso intercâmbio tecnológico. Esperamos ver espraçada essa cooperação também a outros setores, nos campos científico, técnico e cultural.

A viagem de Vossa Excelência ao Brasil é um estímulo para que as atenções de ambos os países, tanto no setor oficial quanto privado, se voltem para a identificação dos muitos caminhos que aguardam o trabalho fecundo de nossa cooperação.

Com esse convite à ação, quero pedir a todos os presentes que se unam a mim no brinde que levanto pelo constante êxito e felicidade pessoal de Vossa Excelência Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez, assim como pela prosperidade crescente do valeroso e fraterno povo venezuelano.

PRESIDENTE VENEZUELANO

Pela primeira vez, o Chefe de Estado da Venezuela visita o Brasil. O histórico passo deste encontro de duas pátrias, com nossa presença em Brasília, haverá de constituir um fato histórico que terá repercussões de

extraordinária significação para as duas nações, para os propósitos comuns e compromisso inextinguível da integração latino-americana. Haveremos de assentar as bases para a recíproca e concreta convivência do Brasil e da Venezuela, e da Venezuela e do Brasil, e da nossa comunidade latino-americana.

Não é explicável, e não nos deteremos em comentários que nada afirmativos poderiam resultar, que a relação entre Venezuela e o Brasil não haja superado o plano exclusivamente diplomático. Dois mil quilômetros de fronteira comum não foram, até o presente, motivo suficiente para que nossas relações se afixassem numa ativa e criadora cooperação. Os contatos entre nossos países não foram diferentes do que podemos ter com os países mais distantes da terra.

Dizê-lo com esta franqueza, envolve um propósito que vai além de uma retificação. Convida-nos à ação para responder ao compromisso histórico inarredável, que já não pode esperar mais tempo.

Brasil é país-chave para integração da América Latina

Por isso, recebemos com entusiasmo a iniciativa da República do Brasil, sob seu ilustre Mandatário, ao convidar-nos para a discussão de um tratado sobre a região amazônica, que estará destinado a modificar definitivamente, a médio e a longo prazo, este mútuo isolamento que, sem dúvida, prejudicou o avanço de nossas nações e os programas de integração. Os povos de origem hispânica, entre eles a Venezuela, constituímos uma metade que não alcançarão seus grandes objetivos sem a outra metade ibérica de origem portuguesa. O Brasil é a nação sul-americana fundamental e chave na ação integradora da região. Qualquer de nossas nações que volte sua atenção e sua preocupação para a integração latino-americana terá que encontrar-se, "em cada esquina", com o Brasil. Proclamar essa verdade não é expressão de impotência e muito menos alusão hostil ao evidente significado latino-americano desta grande nação.

Os mitos inventados pela imaginação ou criados pelos interesses, que pretenderam

ver no Brasil e na Argentina os extremos de uma bi-polaridade para o predomínio, já cedem lugar à racionalidade e às experiências de nosso continente. O Brasil tem consciência da realidade que nos leva pela mão ao reconhecimento da interdependência e do ineludível imperativo da integração latino-americana. Não cabem pretensões hegemônicas nem ambições de prepotência entre as nações da América Latina. Nós reconhecemos mutuamente o direito e a individualidade das instituições nacionais sem ingerências estranhas ou imposições de qualquer índole.

A Amazônia é um marco multilateral que permite, por uma parte, coordenar planos em escala latino-americana e, por outra, contribuir para a prosperidade e o bem-estar de cada uma das nações que a integramos.

Gratíssimo é e será o tempo que passarmos no Brasil. Apesar da diferença de idiomas que, aliás, não consegue impedir a comunicação entre nossas gentes, o Brasil e a Venezuela são povos idênticos que avançam numa dimensão humana que cada dia os unirá mais e mais. A amizade sem reservas da Venezuela pela República do Brasil se afirmará agora sobre tangíveis realidades que vamos construir com nossa vontade de fazer. São muitos os campos em que o diálogo que iniciamos encontrará férteis espaços para o coordenado esforço que permitirá o aproveitamento cabal de nossas amplas possibilidades de intercâmbio, de comunicações e de complementação, estimulados no dever de dar base à unidade da América Latina e ao progresso e bem-estar de nossos povos.

A circunstância de que existam diversas fórmulas políticas e outras características diferenciadas entre nossos povos não podem suscitar divergências nem distanciamentos. Se há diferenças na maneira de conceber e resolver situações peculiares, uma é a orientação fundamental de nossas metas e objetivos nos quais não podem predominar fatores de discórdia, que não existem na realidade, quando os caminhos nos hão de levar a um mesmo destino firmemente arraigado numa solidariedade indestrutível.

Brasil e Venezuela concordam em aderir ao pluralismo ideológico

Há um mandato histórico que nos corresponde realizar, aos latino-americanos desta geração. Minha visita traz o objetivo de afirmar este propósito. Brasil e Venezuela temos coincidido nos foros internacionais, mantido posições comuns entre os países do Terceiro Mundo para a criação de uma nova ordem econômica internacional e, além disso, temos estado de acordo em aderir ao pluralismo ideológico, como princípio que regule a convivência entre nossos Estados e torne possível o grande desafio da integração que é o fim que nos propomos os povos do Brasil e da Venezuela.

Subscrevemos os documentos fundamentais que orientam as grandes lutas da humanidade, contra toda atitude ou conduta discriminatória ou as que pretendam violentar o respeito e a dignidade humana ou a vontade soberana dos povos. Decidimos defender a soberania econômica e proteger os recursos naturais, pondo-os a serviço de nossos povos, da integração latino-americana e da humanidade inteira.

Reclamamos nosso direito de participar sem discriminação de natureza alguma nos avanços da ciência. E nos incumbe uma participação nos esforços para a paz do mundo.

O controle da energia nuclear, que requeremos para o progresso de nossos povos e rejeitamos como instrumento para ação bélica, e a limitação de armamentos, são áreas na ação internacional nas quais devemos identificar pontos de vista e conseguir que a América Latina exerça um papel que impeça que a sorte de nossas pátrias seja decidida pelas grandes potências que dividiram o mundo em blocos.

Temos falado em um mesmo tom e com uma só voz para expressar preocupações comuns pela sorte da América Latina. Assim é que o Panamá, quando reivindicou a sua plena soberania sobre o território da República, encontrou-nos unidos ao Brasil, à Venezuela e a todos os povos da América Latina para expressar a mais ativa solidariedade. A Conferência sobre o Direito do Mar, para defen-

der nossos recursos marinhos e submarinos, e o mar como patrimônio comum da humanidade, encontrou a mesma voz solidária das pátrias latino-americanas. A integração do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), com a participação do Brasil, se constitui em uma nova esperança para a integração e dará maiores oportunidades para a racional utilização dos recursos naturais, econômicos e tecnológicos. Somos sinceros partidários do fortalecimento da Organização dos Estados Americanos, acreditamos na necessidade de uma cooperação, a mais estreita possível, entre as duas Américas. **O mesmo esforço vimos cumprindo dentro do Terceiro Mundo, para que se estabeleça uma nova ordem econômica internacional, que se traduza em justa divisão internacional do trabalho que se fundamente na equivalência e na equidade das relações de intercâmbio entre os países desenvolvidos e as nações em desenvolvimento. O diálogo Norte-Sul, onde nos correspondeu a honra de ser porta-vozes dos países em desenvolvimento, temos buscado afanosamente as fórmulas que façam possível a justiça internacional.**

Todas as matérias em que se põs à prova a solidariedade latino-americana, encontraram-nos juntos, Brasil e Venezuela.

A solução definitiva da mediterraneidade da Bolívia interessa à comunidade latino-americana. Em Lima, a 9 de dezembro de 1974, data sesquicentenária da Batalha de Ayacucho, assim o proclamamos a Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Panamá, Peru e Venezuela.

pacto amazônico, uma iniciativa feliz

A Venezuela reconhece o extraordinário e afortunado esforço realizado pelo Brasil para conseguir um desenvolvimento independente a serviço do povo brasileiro e da integração latino-americana. É agora peremptória nossa obrigação de coordenar a ação do Pacto Andino, que abre possibilidades para o fortalecimento da ALALC, contribuindo também para a realização dessa iniciativa feliz do Pacto Amazônico e para a unidade de ação da América Latina.

A globalidade de muitos problemas da região nos faz pensar na contribuição que poderiam prestar os comitês de ação do SELA como instrumentos ágeis e pragmáticos. Mas, para isso, são necessários a participação e o apoio dos países mais importantes da região, que têm obrigações ineludíveis para com os mais débeis ainda em processo de desenvolvimento. Criaram-se vários comitês da maior importância para todos os nossos países. Como o de fertilizantes, o de complementos alimentícios, para atender os problemas nutricionais que afetam em todo o continente as nossas crianças. **A presença do Brasil se faz indispensável. Confio em que poderemos contar com a contribuição oportuna e eficaz de seu país para assegurar o êxito dos comitês que mais provoquem seu interesse. A criação de empresas multinacionais é uma necessidade ajustada às realidades de nosso tempo e à aspiração legítima de uma união de nosso continente, como expressa a própria iniciativa de seu país ao nos propor o Pacto Amazônico.**

Como Vossa Excelência assinalou com inequívoca precisão, se o esforço interno é insubstituível nossa luta pelo desenvolvimento encontra sérios obstáculos externos nos países industrializados, que pretendem conservar privilégios. Atingir o equilíbrio entre as prioridades nacionais e a satisfação de interesses que estimulem a presença de fatores modernos e avançados para o aproveitamento eficiente das riquezas básicas, poderia conseguir-se melhor, estabelecendo-se um regime comum para a região. Se não buscarmos e lograrmos a convergência nesse sentido, corremos o risco de beneficiar aqueles que fomentam nossas divergências ou delas se aproveitam.

Senhor Presidente,

Do que façamos hoje, depende que a América Latina empreenda, pela rota de ação e da constância, da confiança e do esforço, a realização de seu grande destino. O século XXI nos espera com um compromisso ineludível com as novas gerações da grande pátria latino-americana. Essas perspectivas certas me moveram a aceitar com entusiasmo o seu convite para vir dialogar sobre questões tão substanciais que merecem direta e pessoal consideração. Nosso diálogo inicial e as cordiais e estimulantes palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar, confirmam-me que haveremos de chegar à estipulação de convênios e acordos que respondam às expectativas que cada um de nossos povos tem esperado dos demais. Esses entendimentos, aos quais chegaremos com autêntico espírito de compreensão, serão de franca e ampla cooperação. Vim a Brasília com prazer. Senti que estava cumprindo um velho compromisso de meu país com uma dívida que nossos povos nos compelem a saldar.

Devo dizer com sincera satisfação que compartilhamos otimismo e confiança pela evolução política, econômica e social do fraterno povo brasileiro. Sobre essa confiança e sobre os objetivos comuns que nos unem, ir-se-á afirmando o porvir do Brasil e da Venezuela, e de nossa identidade com os demais povos latino-americanos.

Saúdo, em nome da Venezuela, esta aurora do Mundo Novo que, em verdade, haveremos de forjar no Novo Mundo.

acordos não esgotam oportunidades

Discursos dos Presidentes Ernesto Geisel e Carlos Andrés Pérez,
no Palácio do Planalto, em Brasília, em 17 de novembro
de 1977, durante a solenidade de assinatura

de cooperação

de atos entre o Brasil e a Venezuela.

ERNESTO GEISEL

Senhor Presidente,

A cerimônia que acabamos de presenciar traduz o resultado de um processo de negociação que revela a harmonia com que podem ser conjugados os interesses de nossos dois países.

Antes de tudo, porém, este ato se insere na programação de uma visita, cujo significado político é muito mais amplo do que os textos firmados, por mais relevantes que sejam estes.

O sentido maior é, com efeito, o de reafirmar que o Brasil e Venezuela estão decididos a implantar mecanismos eficazes de consulta e cooperação para os principais aspectos de suas relações.

Dentre tais instrumentos, cabe merecido destaque ao Convênio de Amizade e Cooperação, moldura flexível para o desenvolvimento das relações brasileiro-venezuelanas, o qual cria a Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana que terá a missão de dar conteúdo efetivo aos projetos de cooperação.

Os demais atos assinados esta manhã constituem amostra expressiva dos terrenos que se abrem a essa colaboração e dos princípios que inspiram a ação internacional dos dois países.

O Acordo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Brasil, e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, da Venezuela, testemunha a convicção que nos anima a respeito do papel essencial da ciência e da tecnologia no esforço de promoção do progresso e como meio de reforçar os vínculos entre nações em desenvol-

vimento que lutam com problemas e situações semelhantes.

A mesma idéia de explorar o potencial de emergência nascido de experiências comuns conduziu à celebração do Acordo Sanitário, o qual se fundamenta na identidade dos condicionamentos ecológicos partilhados pelas duas Nações e no desejo de proporcionar, mediante a união de esforços, condições de maior bem-estar para as populações das zonas fronteiriças.

Igual sensibilidade aos aspectos sociais da colaboração internacional encontra-se consagrada no Acordo sobre Drogas, que busca soluções cooperativas para um problema que crescentemente está preocupando nossas comunidades.

Desejo, por fim, dar realce ao Acordo sobre Sucursais Bancárias, que permitirá criar mecanismos financeiros e de crédito para estímulo ao intercâmbio econômico e comercial brasileiro-venezuelano.

potencial econômico amplia oportunidades de cooperação

Estes acordos longe estão de esgotar as oportunidades criadas à cooperação entre o Brasil e a Venezuela pelas dimensões e potencial das duas economias e pelas áreas de coincidência que se manifestam, com frequência cada vez maior, em nossa crescente participação na vida internacional.

Eles representam, tão somente, o ponto de partida de um esforço que deve ser perseverante para que se dê expressão real à convicção de ambos os Governos quanto à necessidade de criação de maiores vínculos operativos entre as Nações em desenvolvimento da América Latina.

É com esse espírito, Senhor Presidente, que podemos esperar venham, os princípios gerais que inspiram os dois Governos, a traduzir-se em projetos efetivos de aproximação e cooperação entre nossos dois povos irmãos.

CARLOS ANDRÉS PÉREZ

Senhor Presidente,

Senti, nesta manhã, uma profunda satisfação, ao ver concretizadas, com esses Acordos que foram firmados por nossos dois Chanceleres, as aspirações muito sentidas do Brasil e da Venezuela. Demonstramos, nesta manhã, que se abrem aos dois países amplos e claros horizontes para o entendimento, para a cooperação e para o progresso.

O Tratado de Amizade e Cooperação é um marco adequado, dentro do qual se poderão, no futuro, realizar convênios de grande significação para o progresso e para afirmar a amizade do Brasil e da Venezuela. O Tratado sobre Cooperação Científica, em primeiro lugar, prestou uma oportunidade aos dois países para afirmar de novo a soberania que reclamamos para o conhecimento científico dos nossos países: o direito que temos de ter acesso amplo a todos os âmbitos da tecnologia do mundo. Nossa resposta a toda atitude discriminatória frente à transferência de tecnologia é, ao mesmo tempo, nossa convicção de que, unindo nossos esforços à inteligência dos latino-americanos, poderá também oferecer ao mundo novos conhecimentos tecnológicos. O Acordo de Cooperação Sanitária nos está dizendo, segundo suas próprias palavras, que não pode continuar mantendo a mesma situação do passado; que, frente aos problemas do mundo, frente às circunstâncias econômicas, sociais e sanitárias de nossos

povos, as fronteiras devem abrir-se para o entendimento e a cooperação; as fronteiras devem abrir-se, igualmente, para afirmar o êxito que logramos em cada um de nossos países.

A saúde não se pode parcelar e, se não fizermos o mínimo esforço no Brasil e Venezuela, como países limítrofes, unilateralmente nossos países não darão os frutos que desse esforço esperamos. E que este empenho se repita na economia e se repita em todos os setores de progresso de nossos povos.

harmonia criadora em benefício dos dois países

Como disse, Senhor Presidente, o Brasil e Venezuela demonstram nesta oportunidade, ao longo das conversações mantidas por nossos assessores, como podemos, dentro de um diálogo permanente, nos aproximarmos, identificar pontos de vista e criar uma harmonia criadora em benefício dos dois países.

A Venezuela integra o Pacto Andino, dentro do qual estão comprometidas cinco nações, quatro delas limítrofes com o Brasil, para realizar um trabalho conjunto para fortalecer nossas economias; mas este pacto não é excludente, nem é hostil a todos os acordos que poderemos subscrever com os países latino-americanos. Pelo contrário, acreditamos que esses Acordos que subscrevemos nos aproximam mais de uma conversação multilateral entre o Brasil e os países do Pacto Andino, para que na cooperação continuemos progressivamente ampliando horizontes da integração latino-americana.

Só me resta dizer, Senhor Presidente, que a satisfação com que aceitei o seu convite e a alegria com que meus olhos viram esta cidade-monumento, que é Brasília, fortaleceram no meu espírito uma fé segura nas grandes possibilidades de cooperação, de entendimento e de trabalho conjunto entre Brasil e Venezuela.

pérez no congresso nacional:

Tradução
não-oficial
do discurso

muito mais nos une do que nos separa

do Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, no Congresso Nacional, em Brasília, em 17 de novembro de 1977.

Com palavra fraterna e otimista, a Venezuela comparece hoje ante a Nação brasileira, com inquebrantáveis propósitos de fraternidade latino-americana. Comigo vem a emoção do meu povo com sua clara amizade pelo povo brasileiro. Trago uma mensagem de confraternidade e de fé no grande destino da América Latina.

Abrigo a segura confiança de que este dia será anotado na história de nossos países com transcendente significação. Não se trata de registrar nos anais de nossas pátrias a entrevista entre os Presidentes do Brasil e da Venezuela e minha presença no Congresso e no Supremo Tribunal Federal. Tampouco o fato extremamente insólito de que é a primeira vez que um Presidente da Venezuela visita a República Federativa do Brasil. Trata-se de uma imprescindível reificação. O Brasil e a Venezuela não podem continuar perdidos na distância, sufocados e vencidos por sua geografia.

Não temos sido fiéis aos ensinamentos da história, à experiência que nos deixou a lição de nossos libertadores. O ensinamento mais diáfano de nossa história, e dos forjadores de nossa nacionalidade, é o da nossa unidade. A justiça, a liberdade, a democracia e o desenvolvimento, devemos querê-los para a comunidade latino-americana à qual pertencemos. Assim nasceu nossa pátria, com clara vocação de americanidade. Para isso viemos ao Brasil. Para dar nossa contribuição necessária nesta hora de definições que unifiquem os países latino-americanos, para tornar possível uma esperança tão velha como a independência e tão necessária quanto ela: a integração.

Nos 147 anos do nosso trato diplomático e político, a contar da data em que Simón Bolívar, Presidente da Confederação Grã-Colombiana recebeu, em Bogotá, o primeiro

Embaixador do Brasil, é a primeira vez que um Chefe de Estado da Venezuela tem a ocasião de vir a dizer de viva voz nosso compromisso de unidade. Para reconhecer, sem eufemismos cúmplices da tarefa incumprida, que temos diante de nós uma responsabilidade longamente adiada e até agora tratada com insuficiente atenção. Com toda a decisão devemos afrontar a criação de um sistema de segurança política e de uma unidade econômica que não seja o dócil reflexo do calculado interesse dos grandes centros de poder do mundo. Sem hostilidade contra ninguém, na busca indispensável da autenticidade de nossa independência na ordem política e econômica, e como afirmação para fortalecer e defender nosso ser nacional.

uma só perspectiva econômica, cultural e política

Somos povos com variações e acentos distintos, mas com uma só perspectiva econômica, cultural e política. Nosso destino é a unidade e não a separação.

A este conceito devemos retornar. Trazemo-lo em nossa história. A geografia não nos pode derrotar. Devemos reconhecer que os latino-americanos não assumimos a plenitude da responsabilidade de nossa hora. Muralhas de desconfiança e de receio foram interpostas entre nós. É preciso confessá-lo, para que, em franco diálogo, reabramos com sinceridade e determinação de agir, os caminhos que tornem possível o grande destino da América Latina. Como na passagem bíblica, temos sido estátuas de sal que olhamos sempre ao passado que levantou muros de incompreensão entre nossas pátrias. **Se fizéssemos um balanço dos mal-entendidos, das desconfianças e das querelas que en-**

frentaram ou confundiram os países da comunidade latino-americana, sentiríamos vergonha de como nos deixamos conduzir por comportamentos e atitudes divorciadas de nossa responsabilidade histórica. Atar-nos a esses erros do passado, não focar com visão e mentalidade contemporânea as realidades de nosso tempo e os objetivos de nossas políticas para a liberação econômica, é a causa de todos os nossos problemas, porque não fomos capazes de assumir a liderança que nos corresponde no mundo de hoje.

Somos nós venezuelanos um povo com vocação universal, como o aprendemos de Francisco de Miranda e de Simón Bolívar. Empenhamo-nos em compreender o distinto e o distante, o diverso e o plural, seja próprio ou alheio. Desejamos e procuramos soluções para os problemas de nossos países emoldurados no âmbito latino-americano. Aspiramos a entender aos demais povos e a ser compreendidos por eles. Daí nosso interesse em respeitar opiniões ou posições alheias, o que corresponde a nosso direito de ser ouvidos e respeitados.

Eu agradeço, em nome do meu povo a honra que me foi dispensada em usar a tribuna do Congresso do Brasil, expressão da soberania popular, para dirigir-me a todo o seu povo e expressar em diáfana e fraterna palavra nossas aspirações de mútua compreensão e nossa solidariedade com suas grandes lutas para alcançar a grandeza desta pátria que tanto a merece.

Quero dizer com simplicidade republicana que me sinto à vontade nesta Casa de um povo da América Latina. Sinto neste momento, com intensa emoção, a comum responsabilidade que nos convoca a todos os povos latino-americanos.

Não basta afirmar nossa decisão de travar unidos a batalha para criar uma ordem econômica justa e equilibrada com todas as nações da terra. É necessário que dirijamos igualmente nossos esforços para definir uma ordem interna em nossas sociedades. Uma ordem interna mais democrática.

a experiência democrática venezuelana

Vivemos uma hora na América Latina que nos obriga a definir-nos, a encontrarmos-nos conosco mesmos. Na Venezuela, cumprimos, durante os últimos anos, uma experiência democrática que não pretendemos exportar, nem apresentar como um modelo. Com seus defeitos e com seus acertos, queremos que seja examinada. Como um modo de vida para assegurar o progresso em liberdade.

Propusemo-nos desenvolver as forças interiores do povo sobre bases éticas, com um código de conduta de impecável respeito aos demais países. Não rechaçamos as críticas que se façam ao nosso sistema, porque acreditamos que a crítica abre a possibilidade para corrigir rumos ou superar erros. A grandeza da democracia, em nossa opinião, consiste na capacidade de aceitar a controvérsia que se fundamente na liberdade de consciência, que torna o homem dono de si mesmo e assegura e abre o caminho à liberdade de pensamento.

Concebemos a democracia como um modo de vida, adequado às peculiaridades de cada povo. Sua força e sua dignidade consistem na defesa do homem, na exaltação do homem, na valorização do homem. Porque não há democracia sem cidadãos e o cidadão é o homem livre que não somente tem acesso aos bens materiais, mas também aos bens espirituais.

Aceitamos a convivência e a participação com povos e Governos que definam outras doutrinas, outras atitudes ante o homem e ante a vida. Assim como no nosso país aceitamos essa mesma pluralidade, afirmada sobre uma ordem ética que garanta uma sociedade aberta, que afirma que não há destino humano sem discussão e sem divergência. Nosso Congresso é a expressão do pluralismo da democracia venezuelana.

Hoje, neste augusto recinto do Congresso do Brasil, senti a emoção de ouvir a voz dos Partidos políticos do Governo e da Oposição, identificados no mesmo propósito de dizer-nos que o Brasil é uno, indivisível,

disposto a contribuir para a integração latino-americana e lavar seu futuro em liberdade.

O Libertador Simón Bolívar, a partir da ilha caribenha da Jamaica, nos albores da independência latino-americana, deixou-nos ouvir sua eloqüente palavra integracionista:

“É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo... Eu desejo, mais que qualquer um, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas, que por sua liberdade e glória...”

E ao invocar este testemunho, o faço com meu pensamento e minha devoção posta nos valores históricos desta ilustre nação brasileira. No precursor Joaquim José da Silva Xavier, mártir da liberdade, o imortal Tiradentes. Sinto-me honrado ao mencionar na galeria de régias figuras para a construção de uma pátria com identidade própria, aberta a toda a comunidade continental, a esses homens leais e genuínos para a fraternidade e a colaboração: a José Bonifácio de Andrada e Silva, o construtor, ao Barão do Rio Branco, aos juristas Joaquim Nabuco, Afrânio de Melo Franco, e a Manuel de Oliveira Lima. Expressões da inteligência deste grande país que transcende a nossa América total e que por identidade de convicções são valores para a unidade formidável que nos agrupe a todos.

Brasil é indispensável para a integração latino-americana

Disse com reiterada veemência já em minha pátria e em tribunas de outras pátrias irmãs, que o Brasil é indispensável para a integração latino-americana. A metade de fala espanhola se consolida e se identifica para se encontrar com a outra de língua portuguesa e os novos povos que no Caribe assinalam o final do vergonhoso colonialismo na terra latino-americana.

Cada povo tem um passado intransferível. Um ser e um caráter aos quais não renuncia e nem deve renunciar se quer afirmar sua

identidade e não dissolver-se em um conjunto humilhante. Na personalidade de cada um dos povos da América há uma razão comum, poderosa precisamente neste caso, e esse é o antecedente e o presente de uma lição integradora.

Vim a reconfortar nossa esperança e nossa fé nesta imensa nação, grande em sua geografia, grande em seu esforço, grande no papel que lhe cabe cumprir para a integração latino-americana. Estamos diante deste colossal desafio das novas realidades que o mundo nos impõe e que está ao alcance de nossa vontade, se é que estamos à altura do grande destino latino-americano. Somos vítimas do totalitarismo econômico que impiedosamente desencadearam sobre nós os países industrializados. Não falamos com tom hostil que nos leve à controvérsia sem destino. Acreditamos na complementaridade entre todas as nações do mundo, fundamentada na interdependência dos povos, entendida como laço de cooperação e solidariedade mútuas.

Não faltaram boas intenções no mundo industrializado. Recordemos que em 1960, sob sua iniciativa e com sua aprovação, as Nações Unidas proclamaram o primeiro decênio do desenvolvimento; e na década que se iniciava em 1970, o segundo decênio, para cobrir a crescente brecha entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Está para finalizar o segundo decênio. Os resultados não podem ser mais inquietantes. Enquanto uma quarta parte do mundo terá para 1980 uma renda média **per capita** superior aos quatro mil dólares, as outras três quartas partes só chegarão em média ao insignificante total de 300 dólares, dez anos depois, em 1990, segundo foi assinalado pelo Presidente do Banco Mundial, senhor MacNamara, na UNCTAD III.

O Brasil e a Venezuela tiveram oportunidade de juntar seus esforços como países participantes da conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional, o diálogo Norte-Sul. E, embora tenha produzido apenas resultados limitados, permitiu formular nossas propostas aos países industrializados, apreciar suas reações e chegar à conclusão de que dispomos de uma força negociadora em

nossa posição solidária. Como dissemos, há muito mais o que nos une do que nos separe e somente nos mantendo unidos poderemos combater a desigual distribuição da riqueza atual e a desigual produção do potencial produtivo da riqueza futura.

A América Latina, inteira e unida, cabe manter com firmeza essa rota que nos levou à solidariedade do Terceiro Mundo, consolidado no curso do diálogo e que se demonstrou essencial para obter uma disposição receptiva da parte dos países industrializados.

impedir formas mais sutis de domínio

Hoje em dia, a maior parte dos recursos naturais está sob o controle dos nossos países e nós estamos preocupados em desenvolver a tecnologia em nossas próprias instituições, mas ainda nos falta muito por fazer e a colaboração entre nós pode ser ou é indispensável e necessária para impedir outras formas mais sutis de domínio.

Em breve terão que traduzir-se em fatos concretos as declarações e os compromissos ajustados em Paris, entre os quais se destaca o estabelecimento do fundo comum para a estabilização dos preços das matérias-primas. Confiamos em que os países industrializados se adaptem à obrigação contraída na conferência negociadora que atualmente se celebra em Genebra. Com essa decisão afirmativa, beneficiar-se-ão todos os países, produtores e consumidores. E assim se dá interpretação justa ao conceito da interdependência que deve prevalecer nas relações globais.

Nem os Senhores nem eu esqueceremos esse dia. Convoca-nos a nobre decisão de nos unirmos. "A Nação de Repúblicas", de que nos falou Simón Bolívar, está ao nosso alcance. **Individualmente, nenhum país da América Latina, nem este grande, vigoroso e poderoso Brasil, conseguiria a força para enfrentar as realidades da ação internacional. A criação de grandes unidades econômicas é a realidade de nosso**

mundo. A unidade latino-americana reivindica assim um modo de ser, de ver e de sentir. É responsabilidade de todos a construção da nova ordem econômica internacional que exige e compromete a combinação de força e ação.

Quero testemunhar nossa admiração por esta admirável e fraterna Nação. Grande em sua geografia, grande em seu esforço construtor e grande em seu futuro irradiador de possibilidades certas para a integração latino-americana. Ponto geográfico da maior porção da imensa Amazônia, riqueza de prospecção imprevisível para a América Latina e fonte de uma audaz e portentosa experiência de integração, que vamos ensaiar os países que dela fazemos parte, para contribuir à integração latino-americana que já encontra seus caminhos iniciados nos seguros êxitos do Pacto Andino, do Mercado Comum Centro-Americano, e da Comunidade do Caribe, nos esquemas que se divisam para a implementação do "Tratado da Bacia do Prata" e nos objetivos do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), que foi fruto do unânime acordo na histórica reunião do Panamá.

Familiarizados com o mar, com a montanha, com planícies e com a selva, compreendemos com amplitude e profundidade a grandeza e a dimensão máxima da possibilidade latino-americana. Entendemos cada povo com sua virtude, sua força e sua coragem para lavar o destino coletivo sobre nossa geografia latino-americana.

Quero trazer à lembrança do povo brasileiro os dias da façanha heróica, quando Francisco de Miranda, em 1806, projetava uma expedição libertadora "grande e bem combinada" que zarparia de Liverpool para o Brasil. Na proclamação que havia preparado e pronunciaria ao desembarcar em terra brasileira, se adiantava ao grito do Ipiranga: "Que nossa divisa seja: Liberdade ou Morte. Brasileiros: somos proprietários hereditários do solo e não devemos permitir que o terror de ser tratados como rebeldes influa nem por um momento em nossos espíritos".

É grato recordar que nosso Miranda havia pensado nesta imensa nação como o centro possível da libertação latino-americana.

O Brasil é toda uma epopéia da vontade e da inteligência do homem americano. A seus pensadores e a seus políticos, a seus homens de empresa, aos iluminados de todos os tempos que desafiaram a natureza, que produziram os infinitos milagres que compõem a proeza plena de força e de encanto que é o Brasil, a homenagem de nossa rendida admiração. A todos quantos, em tempos diferentes, são os autores desta Nação, vivo ensinamento de otimismo para a humanidade, a Venezuela apresenta-lhes seu respeito e sua homenagem.

A Nação brasileira, lar acolhedor para os homens do mundo, aberta a todos os cru-

zamentos, para uma homogeneização de fatores humanos e culturais dissemelhantes, trago a saudação de nossa Venezuela, irmão em mestiçagem e no orgulho de ser o que somos, povo de dimensão ecumênica, identificado na convivência de sua gente alegre, trabalhadora, digna e boa.

Brasileiros, permitam-me que desta Tribuna da soberania popular faça minhas as palavras de Simón Bolívar, há 147 anos, porque continuam sendo a irrevogável decisão dos venezuelanos:

“Para sempre a mais perfeita amizade entre nossas nações, vizinhas e irmãs.”

integração e desenvolvimento, pontos comuns entre brasil e venezuela

Tradução não-oficial do discurso
do Presidente da Venezuela,
Carlos Andrés Pérez, em

17 de novembro
de 1977, durante
sessão solene

do Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

O preâmbulo da Constituição da Venezuela, onde se definem a filosofia e as metas supremas de nossa pátria, nos manda: cooperar com as demais nações e, de modo especial, com as Repúblicas irmãs do continente, dentro dos objetivos da comunidade internacional, com base no respeito recíproco da soberania, da autodeterminação dos povos, da garantia universal dos direitos individuais e sociais da pessoa humana, e no repúdio à guerra, à conquista e ao predomínio econômico como instrumento de política internacional”.

Minha presença neste recinto solene da Justiça brasileira inspirou-me a repetir esses postulados, que são comuns a nossas pátrias e correspondem a cruciais preocupações do nosso tempo.

A América Latina, no avanço positivo a seu grande destino, veio formando instituições jurídicas próprias, que ainda são objeto de contínuas transformações para alcançar a institucionalização do Estado de Direito, que se fundamenta nos valores essenciais que sustentam os conceitos básicos da civilização cristã ocidental e nos princípios da democracia representativa e do pluralismo ideológico.

No plano internacional, também nos identificamos com os objetivos globais do mundo democrático. Ambos os nossos países fazem parte de todos os organismos hemisféricos, desde a Organização dos Estados Americanos, e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, até as instituições propriamente latino-americanas, como a

Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e demais instituições, sejam elas de ordem jurídica, econômica ou social, hemisféricas ou sub-regionais. Na ordem mundial, participamos da Organização das Nações Unidas e assinamos desde a Carta da Organização até suas declarações fundamentais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras, pelas quais nos comprometemos a revalorizar e defender a natureza e o ambiente ecológico, para assegurar a sobrevivência do homem na terra.

Ambos os nossos países coincidem sobre a política de integração e desenvolvimento. Nossos povos comungam com os grandes postulados da civilização ocidental, que se inspiram e se realizam no respeito à liberdade e à dignidade do ser humano. Todas essas realidades geográficas, sociais, econômicas e políticas, constituem a essência da união e do destino comum de nossas pátrias.

Minha conversa inicial com o Senhor Presidente Geisel, a visita e as palavras que acabo de pronunciar no plenário das duas Câmaras Legislativas reunidas no Congresso, e esta sessão solene com que me honra o Supremo Tribunal da Federação Brasileira, constituem uma valiosa trilogia de oportunidades para dizer a esta imensa pátria-irmã o quanto são sinceros a simpatia e o afeto da Venezuela pelo Brasil, quanto o necessitamos num plano dinâmico, ativo, de cooperação autêntica, na vanguarda da integração latino-americana; e como estamos dispostos, sem reservas nem suspeitas, liberados de um passado de denegações, para o intercâmbio crescente e mutuamente proveitoso, que contribua para o progresso de nossas pátrias dentro do contexto latino-americano.

progresso do brasil interessa à américa latina

O progresso do Brasil — afirmo-o sem rodeios — é de interesse para uma América Latina sem cuja estruturação como grande unidade econômica, tampouco o Brasil poderia encontrar seu caminho para a grandeza integral. Desde meus tempos de jovem estudante, senti pelo Brasil uma simpatia especial, fruto de uma admiração por sua imensa geografia, por sua portentosa Amazônia e pelo esforço incomparável de seus pioneiros. Os ensinamentos da História, minhas experiências políticas de combatente pela democracia e pela unidade da comunidade latino-americana deram solidez, forma e objetivos a esse fascínio que, nos meus tempos de juventude, senti pelo Brasil.

Ordem e Progresso, diz a sua bandeira. Lema para toda a América Latina. Ordem dentro do Direito e da Justiça. Progresso para o bem-estar de todos. Na bandeira, seu verde esmeralda é um símbolo da Amazônia, patrimônio ecológico e reserva substancial da humanidade a serviço dos povos que a compartilhamos. No firmamento com suas constelações, com as estrelas da fé, da constância e das virtudes inumeráveis de uma grande nação, destaca, num losango de luz solar e de ouro, o lema que tudo abrange: Ordem e Progresso. Um povo em ação, que irá, progressivamente, superando obstáculos, abrindo caminhos, orientando os rumos na busca dos grandes objetivos da Justiça e da Liberdade. E, somente no Estado de Direito se faz possível a felicidade do ser humano, firmemente assentada nos princípios imanentes e eternos da segurança, da legalidade e da legalidade.

são paulo e rio de janeiro recebem o presidente carlos andrés pérez

Discurso do presidente da Associação de Comércio e Indústria Brasileiro-Venezuelana, Wilson Quintella, em 18 de novembro de 1977, durante almoço oferecido ao Presidente da Venezuela, no Jockey Clube de São Paulo; tradução não-oficial da resposta de Carlos Andrés Pérez; e discurso do Governador do Rio de Janeiro, Floriano Peixoto Faria Lima, no mesmo dia, durante o jantar oferecido ao Presidente venezuelano, no Palácio Laranjeiras.

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Excelentíssimo Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez,

Excelentíssimo Senhor Governador Paulo Egydio Martins,

Ilustres autoridades venezuelanas,

Ilustres autoridades brasileiras presentes,

Meus Senhores,

Em nome da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, da Associação Comercial de São Paulo e da Associação de Comércio e Indústria Brasileiro-Venezuelana, entidades representativas do empresariado paulista, temos a elevada honra de saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez, ao ensejo de sua visita a este Estado.

Estamos todos nós, brasileiros, conscientes de que a viagem de Vossa Excelência, acompanhado de quase todos os seus principais colaboradores, inaugura um novo e auspicioso capítulo no relacionamento Brasil-Venezuela.

Já sentimos a relevância e o significado de sua visita e acreditamos que, dada a multiplicidade de interesses comuns e a amplitude dos entendimentos que se processam, será de resultados efetivamente positivos para nossos países.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, por certo já percebeu a grande satisfação e receptividade dos brasileiros à sua presença em nosso país, assim como o empenho de trabalharmos juntos e a admiração e carinho do nosso povo para com o povo venezuelano, tão bem expressos pelos gestos e atitudes de Sua Excelência o Presidente Ernesto Geisel.

empresários estão preparados e dispostos

Em verdade, as expressões "países amigos" e "países irmãos" aplicam-se plenamente ao relacionamento Brasil-Venezuela, e o processo de interação nos encontra a nós, empresários, preparados e dispostos, com muita honra e orgulho, para desempenhar nosso papel e contribuir com o melhor de nosso esforço para a sua aceleração e desenvolvimento.

A Associação de Empresas Brasileiras e Venezuelanas, estas efetivas e atuantes como determinou Vossa Excelência, para a realização de empreendimentos de grande porte, o fluxo de bens e serviços e a convivência de milhares de pessoas de ambos os países contribuirão, estamos certos, para comprovar a viabilidade de uma integração cada vez mais íntima e mutuamente compensadora.

Quanto mais nos conhecermos no trabalho do dia a dia, mais aprenderemos a nos estimar, admirar e respeitar, porque a melhor maneira de conhecer o homem é através de seu trabalho, convivendo com ele.

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez: os empresários de São Paulo, aqui represen-

tados na presença sempre amiga e estimuladora do Governador Paulo Egydio Martins, agradecem a distinção conferida por seu comparecimento a este encontro e manifestam a certeza de que esta nova fase de cooperação entre Brasil e Venezuela, marcada claramente pelo estímulo e iniciativa pessoal de Vossa Excelência, será registrada de forma inequívoca na história de nossos países.

Muito obrigado.

RESPOSTA DO PRESIDENTE DA VENEZUELA

Devo iniciar minhas palavras agradecendo com sinceridade venezuelana a presença do Senhor Governador do Estado de São Paulo que me honrou com suas gentilezas e atenções, e desta ilustre representação das forças vivas desta pujante região brasileira e latino-americana, que é o Estado de São Paulo.

Esta gratidão expresso em meu nome e no nome dos compatriotas que me acompanham nesta histórica visita e primeira viagem de um Chefe de Estado da Venezuela à República Federativa do Brasil. A importância que demos a esta visita se pode estimar exatamente por aqueles que me acompanham, formando a comitiva que trouxe da Venezuela.

Aqui se encontram os representantes mais qualificados do setor industrial e comercial venezuelano, os editores e diretores dos meios de comunicação social da Capital da República e dos mais importantes do interior da Venezuela, o presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Produção, que agrupa todos os ramos da indústria, do comércio e da agricultura; o presidente da Confederação de Trabalhadores da Venezuela, que agrupa a imensa maioria dos sindicatos das cidades e do campo.

Estão também os diretores das empresas estatais básicas, fundamentalmente, petró-

leo, ferro, alumínio e eletricidade. Seis ministros de economia também fazem parte desta delegação, e representantes do Congresso Nacional, dos dois partidos fundamentais que constituem o sólido embasamento da democracia venezuelana: o Partido Ação Democrática, que está no Governo, e o Partido Social-Cristão, que é o primeiro partido da oposição, e com o qual compartilhamos a responsabilidade do Governo da República. Por um acordo que não está na Constituição, nem nas leis, nem nos regulamentos do Congresso, mas que está na vontade incontida do povo de manter solidamente garantida a democracia venezuelana, o Presidente da República e o Presidente do Congresso, quer dizer, o Presidente do Senado, pertencem ao Partido do Governo, a Ação Democrática.

E o Presidente da Câmara dos Deputados pertence ao partido Social-Cristão, COPEI, o segundo partido em importância em meu País. Se o partido Social-Cristão estivesse no governo, o Presidente do Congresso seria do Partido Social-Cristão e o Presidente da Câmara dos Deputados seria do Partido Ação Democrática. Desta maneira estabelecemos em nosso País que a Oposição e o Governo são, ambos, responsáveis pela estabilidade das nossas instituições democráticas.

Faço estas reflexões porque nos encontramos entre compatriotas latino-americanos e não devemos falar somente dos negócios, mas devemos falar também dos assuntos institucionais, essenciais e fundamentais para que se consolidem pátrias donas de seu grande destino e para que assim possamos formar, com nosso esforço, a grande pátria latino-americana. E a integração do esforço é a integração da vontade de todos os homens e de todas as mulheres desta importante região.

Da delegação venezuelana fazem parte, ainda, o presidente do Banco Central, o presidente do Instituto de Comércio Exterior, e um grupo de líderes de empresas agrícolas venezuelanas que estão representando hoje um papel ascendente na estruturação da nova e vigorosa economia venezuelana. Aliás, estamos aprendendo a lição do Brasil, a lição de São Paulo, que tem na agricul-

tura o fator essencial, a base fundamental de um processo harmônico e firme de desenvolvimento de um país. São Paulo é um exemplo que cobre de orgulho e de esperança.

Quando vemos esta pujante e extraordinária cidade, pensamos no que é hoje sua indústria e talvez se possa cometer o equívoco de crer que aqui nasceu São Paulo. São Paulo nasceu no campo, nasceu do esforço do homem do campo. A pujança territorial do Brasil, apesar de seu esforço industrial, segue firmemente consolidada sobre o campo brasileiro, sobre a agricultura brasileira. As exportações do Brasil, em que pese esta plêiade de industriais que aqui se encontram reunidos para honrar-nos, também têm na agricultura o primeiro plano de importância. Esses são feitos exemplares que nos deram, a nós venezuelanos, para estimular nossa vontade, nossa irrevogável decisão de seguir adiante para contribuir com o Brasil e com todas as outras pátrias irmãs para a construção do nosso processo integracionista.

américa latina, a força estruturadora de um mundo de justiça

Esta manhã visitei a exposição industrial **Brasil Export**. Esta dinâmica e vigorosa imprensa paulista me perguntou que impressão havia me causado a exposição que acabava de ver. Respondi que não havia me causado impressão: que havia me emocionado, porque aqui está a presença e a segurança de que a América Latina será uma grande força estruturadora de um movimento mundial, de um mundo de justiça e equidade, onde uma nova ordem econômica internacional dê valor, dê significação ao esforço do homem do mundo em desenvolvimento, às matérias-primas e aos produtos básicos que produzimos e que também demonstraremos que somos capazes de criar a economia e de entrar na competição do comércio mundial com os esforços de nossos cientistas e nossos técnicos e com a contribuição da indústria latino-americana, como esta, que vi esta manhã.

No discurso que pronunciou o Senhor Presidente Ernesto Geisel por ocasião do ban-

quete que me ofereceu na Residência Presidencial, em Brasília, ele disse estas palavras que eu quero repetir com plena expressão de solidariedade:

“A reflexão sobre a própria experiência fez-nos ver que o subdesenvolvimento não é o resultado de determinismos étnicos, climáticos ou culturais, encontrando-se suas causas, ao contrário, em forças e condicionantes bem identificadas, algumas internas, outras internacionais, sobre as quais o homem pode e deve exercer controle.”

São Paulo é o exemplo extraordinário e um estímulo imponderável para a comunidade latino-americana e todos os países de nossas zonas tropicais, para derrotar tantas especulações pessimistas de uma Sociologia mentirosa e, de certa forma, racista, que nos condenava à inferioridade e ao atraso perpétuo.

Esta vigorosa cidade brasileira confirma nossa fé. Para cá devem vir aqueles que duvidam dos efeitos benéficos da mestiçagem e de como o homem, em circunstância adequada, neste caso formosa, bela, de luz, de mar e de selva, de rios e bosques, onde a natureza exhibe no calor e na cor toda a sua potência, é capaz de produzir o fruto esplêndido de uma cooperação estreita de sangue, cultura e tecnologia, para produzir um resultado que não inveja o progresso e à ostentação arquitetônica de nenhuma grande urbe do mundo.

Ainda no ar, na minha chegada ontem à tarde, e ontem à noite, num passeio pela cidade, desfrutei de um espetáculo assombroso e reconfortante. Toca-se o pulso, sente-se o palpitar de uma sociedade desperta, que cresce, progride, e o faz com alegria e fé no grande destino humano, sem discriminações nem privilégios.

Aproveito esta oportunidade gratíssima para retribuir, com justiça, um elogio que recebemos para o nosso Simón Bolívar, o homem que fez repúblicas, que criou pátrias e que deu lições de desprendimento à humanidade. José Veríssimo, ilustre escritor brasileiro, chamou o insuperável Libertador de “Professor de energias”. Eu creio que, se

Bolívar merece o título de "Professor de energias", cabe bem a esta São Paulo o nome de "Capital de energia", oficina, usina, fábrica, laboratório inextinguível da capacidade e da vontade do homem latino-americano. Mestiço e orgulhoso de ser o que é.

são paulo, espelho para a américa latina

São Paulo é um espelho para onde deveríamos correr todos os povos da América Latina para vermos como somos e saber do que somos capazes quando se juntam esforços e vontades. É a expressão da América integral, da América virgem, do Norte e do Sul. Com a Europa através de comunidades como a Itália, Portugal, Espanha e todos os seus povos, o Oriente Médio, a África vizinha e fraterna, e a Ásia, na notável contribuição e presença do Japão.

Senti-me na obrigação de render a São Paulo, em nome da Venezuela e de todos meus compatriotas latino-americanos, a homenagem que merece. Quero recordar que o meu país foi pioneiro e líder de um sentimento de pátria continental. Servidor conseqüente da unidade militante da América Latina. Meu país se caracterizou por uma vocação integracionista que teve em Francisco de Miranda o precursor glorioso. Foi o primeiro mameluco com dimensão universal. Participou de três grandes sucessos do mundo no seu tempo: a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a emancipação da América Latina. Ele projetou, em 1806, uma expedição libertadora do Brasil, que seria o ponto de partida para a emancipação americana. E esse coração sem fronteiras de Miranda, o homem continente, sem ciúmes nem receios, nem exclusões, se apresenta hoje em meu coração venezuelano como a homenagem que devo render a São Paulo e ofereço, se a cidade aceita, a construção de sua estátua para perpetuar, neste primeiro contato, nossa admiração pela cidade, seu povo, seu campo e seus agricultores, neste homem que, com sua vocação redentora, pensou ontem fazer o que hoje é a lição que irradia São Paulo: unidade e ação.

DISCURSO DO GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO

Senhor Presidente,

É com a maior alegria e grande honra que o Estado do Rio de Janeiro recebe a visita de Vossa Excelência. Este acontecimento histórico reveste-se de particular significado, já que consolida um passado de laços tão estreitos e bases tão construtivas entre as duas nações amigas.

Desejo ressaltar, nesta hora, que não é apenas a *fronteira comum que une dois países*, duas nações, dois povos. Muito mais que este detalhe menor, há que se considerar os princípios básicos que norteiam o pensamento e a índole dos seus cidadãos e que forjam, em última análise, o perfil das nacionalidades.

Ao saudar o insígne governante da nação vizinha, não posso deixar de lembrar aos meus concidadãos que uma Democracia só se consolida e se afirma através da História, quando é tutelada por líderes do quilate de Francisco Miranda, Simón Bolívar, Andrés Bello, Simón Rodríguez ou Antonio Sucre.

São homens desta têmpera que imprimem, através do desenrolar dos tempos, pelo seu idealismo democrático, o contorno de uma nação forte e soberana, capaz de manter sua auto-determinação e buscar, com os povos irmãos, a necessária e imprescindível integração.

Senhor Presidente, temos hoje no Rio de Janeiro acompanhado Vossa Excelência, o seu Ministro de Estado para Assuntos Científicos, Tecnológicos e Culturais, o eminente filósofo e literato Professor Salcedo-Bastardo. Destacou seu ilustre colaborador no livro **Visão e Revisão de Bolívar**, que "as qualidades morais do Libertador são a nobreza de espírito e a perseverança". Estas são qualidades que somente se encontram em grandes estadistas. Posso afirmar com ênfase, feliz é o povo que tem líderes desta natureza, que instilam em seus descendentes essas virtudes fundamentais.

venezuelanos e brasileiros partilham a aspiração comum de bem-estar

Partilhamos, venezuelanos e brasileiros, a aspiração comum do bem-estar social e perseguimos, sem descanso, a meta de realização plena do homem.

É altamente gratificante para o homem público constatar que, em decorrência de um planejamento fundamentado, foram convenientemente caracterizados e hierarquizados os objetivos que proporcionam a paz e a justiça social. Vossa Excelência, como notável político, soube, com maestria, identificar os objetivos permanentes da grande Nação venezuelana e, agora, recebe, não somente os aplausos de seus concidadãos, mas o respeito e admiração dos seus irmãos do Rio de Janeiro.

Coincidentemente, chegaremos ao fim de nossos mandatos em março de 1979. Vossa Excelência, como Primeiro Mandatário de um moderno e pujante País; e nós outros

como Governador do novo Estado do Rio de Janeiro, honrado com a oportunidade de hospedá-lo.

Estarei, dentro de 16 meses, findando a difícil mas empolgante tarefa, política e administrativamente pioneira no Brasil, de fundir duas Unidades Federativas, meta que hoje já sentimos em via de plena consolidação.

Praza aos céus que, em decorrência desse trabalho sem desfalecimento, resultem condições para uma maior e mais efetiva aproximação entre nossos povos. Aproximação que não deve ficar circunscrita ao terreno das intenções, mas que se afirme nos campos cultural, econômico e social, como desejaram os nossos maiores, Bolívar e José Bonifácio.

Dentro desse espírito, pedimos, portanto, a todos que ergam suas taças para brindar à saúde de Sua Excelência o Senhor Presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, e ao bem-estar do povo venezuelano. *

comunicado de imprensa brasileiro-venezuelano

Comunicado de Imprensa Brasil-Venezuela, assinado em Brasília, em 19 de novembro de 1977, pelos Presidentes Ernesto Geisel e Carlos Andrés Pérez.

A convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, o Presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, realizou visita oficial ao Brasil, entre os dias 16 e 20 de novembro de 1977.

2. Em Brasília, os dois Chefes de Estado mantiveram amplas e amistosas conversações sobre diversos aspectos da atualidade internacional, de interesse para os dois países e analisaram, com particular atenção, a situação da América Latina e as relações entre o Brasil e a Venezuela.

3. O Presidente da Venezuela foi recebido, em sessão solene conjunta, pelo Congresso Nacional, bem como, em sessão solene pelo Supremo Tribunal Federal.

4. Durante sua estada oficial, o Presidente Pérez visitou os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos quais foi recebido, respectivamente, pelos Governadores Paulo Egydio Martins e Floriano Peixoto Faria Lima, e manteve contatos com setores empresariais e com personalidades representativas das coletividades locais e dos órgãos de comunicação social.

* O Presidente Carlos Andrés Pérez respondeu de improviso ao discurso do Governador Faria Lima.

os instrumentos assinados durante a visita de Pérez

5. Por ocasião da visita, foram assinados os seguintes instrumentos:

a) Convênio de Amizade e Cooperação, no qual o Brasil e a Venezuela se puseram de acordo para instaurar e aperfeiçoar mecanismos de entendimento e cooperação sobre assuntos de interesse comum nos planos bilateral, regional e multilateral. Para tal fim serão usados os canais diplomáticos existentes e, além destes, foi estabelecida a Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana;

b) Acordo de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, que atenda aos objetivos de ambos os Governos de iniciar programas bilaterais para lograr a eficaz repressão ao tráfico ilícito de drogas, mediante uma cooperação articulada e mutuamente conveniente;

c) Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria Sanitária para o Meio Tropical, destinado a promover maior coordenação entre os serviços de saúde entre os dois países;

d) Troca de Notas que estabelece a entrada em vigor do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, no campo da Ciência e Tecnologia, subscrito pelos presidentes dos Conselhos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de ambos os países, o qual fixa as bases de cooperação nesta matéria;

e) Troca de Notas que estabelece o quadro operacional, para o funcionamento de sucursais bancárias em um e outro país, orientadas no sentido de estimular o intercâmbio comercial e financeiro entre os dois países.

cooperação no campo industrial

6. Em suas conversações os dois Presidentes:

a) Tendo presente os benefícios recíprocos que poderão resultar de uma estreita colaboração na execução de seus planos de

expansão industrial, concordaram quanto à conveniência de estimular os investimentos de um país no outro, e entre os dois países da região, tanto do setor público, como do setor privado. Além disso, ressaltaram, de maneira especial, no campo da cooperação industrial, as possibilidades existentes para o intercâmbio técnico e a celebração de contratos de venda e iniciativas conjuntas em diversos setores, tais como: petrolífero, petroquímico, siderúrgico, automotriz, mineral, indústria naval e aeronáutica, polpa e papel e produtos agrícolas.

b) O Presidente do Brasil manifestou sua intenção de ampliar as compras de petróleo cru e seus derivados à Venezuela e, por sua vez, o Presidente venezuelano manifestou sua disposição de aumentar as compras de produtos agrícolas e industriais brasileiros.

c) Convieram em que os Ministros de Minas e Energia do Brasil e da Venezuela celebrarão reuniões, para tratar de temas de interesse comum de suas áreas respectivas.

d) Verificaram, com satisfação, os contatos proveitosos que se mantêm entre entidades e empresários dos dois países e ressaltaram sua importância como fator de estímulo ao incremento do intercâmbio comercial bilateral. Nesse sentido, coincidiram em prestar o apoio de seus Governos ao intercâmbio de missões comerciais e em facilitar a mútua participação em feiras e exposições que se organizem na Venezuela e no Brasil.

e) Tendo em conta a situação do Brasil e da Venezuela como integrantes da Amazônia, reconheceram os dois Presidentes que existem possibilidades de cooperação regional para o seu desenvolvimento, dentro do respeito aos compromissos internacionais vigentes dos dois países, particularmente o Pacto Andino para a Venezuela. Nesse sentido, o Governo da Venezuela, aceitando o convite do Governo brasileiro, expressa sua decisão de participar da reunião que, sobre esta matéria, se realizará em Brasília, em 28 de novembro de 1977.

f) Conscientes de que a comunidade internacional, em particular os países em desenvolvimento, continuam sofrendo as con-

seqüências de um sistema econômico injusto e não-equitativo, e da falta de um verdadeiro progresso com vistas a reestruturação das relações econômicas internacionais, reiteraram a vontade comum de seus Governos de conjugar esforços para o pronto estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, baseada na equidade, igualdade soberana, interdependência, interesse comum e cooperação entre todos os Estados.

g) Conscientes de que é inaceitável conceber a expansão da economia mundial exclusivamente baseada no aumento das inter-relações econômicas entre os países desenvolvidos, expressaram o interesse de seus Governos na reformulação da estrutura do comércio internacional para que ofereça um marco adequado que assegure um tratamento diferenciado e mais favorável para as exportações dos países em desenvolvimento. Manifestaram igualmente sua preocupação com as medidas discriminatórias adotadas por países desenvolvidos e com o ressurgimento do protecionismo os quais restringem o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos.

reestruturar o comércio internacional

h) Ratificaram a necessidade de empreender os mais amplos esforços para reestruturar o comércio internacional dos produtos de base, a fim de obter preços justos e remuneradores para as exportações dos países em desenvolvimento e aumentar seu grau de processamento interno. Nesse sentido, reiteraram seu apoio ao Programa Integrado de Produtos de Base, em particular ao Fundo Comum como instrumento fundamental para alcançar esses objetivos.

i) Reafirmaram a importância fundamental do processo de integração da América Latina para o fortalecimento da solidariedade e cooperação entre todos os Estados da região, e reiteraram a decisão de seus Governos de prestar o máximo apoio para que se revitalize a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

j) Reafirmam o compromisso do Brasil e da Venezuela de contribuir para o fortalecimento, ainda maior, da unidade e da solidariedade do Grupo dos 77, com cujas aspirações e propósitos estão plenamente identificados. Nesse sentido, comprometem-se a propiciar e a apoiar as ações de cooperação entre países em desenvolvimento, para defesa de seus interesses e o fortalecimento da auto-confiança individual e coletiva que lhes permita uma participação justa e equitativa nos benefícios da economia mundial.

k) Reconheceram a valiosa contribuição para o processo de uma maior aproximação latino-americana os seguintes esquemas de integração sub-regional: Mercado Comum Centro-Americano, Acordo de Cartagena, Tratado da Bacia do Prata e a Comunidade do Caribe. Manifestaram em especial seu desejo de explorar as amplas possibilidades de cooperação que existem entre o Pacto Andino e o Brasil.

l) Expressaram seu apoio aos objetivos do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), como instrumento flexível para complementar e fortalecer a coordenação e a cooperação, bem como aumentar a capacidade de ação conjunta da região no âmbito internacional. Nesse sentido, convieram em estimular a participação de seus respectivos países nos mecanismos operativos do Sistema.

m) Condenaram firmemente o terrorismo, suas implicações internacionais e os atos que, como os seqüestros de pessoas e aeronaves, a captura de reféns, os assaltos, atentam contra a segurança individual e a integridade do ser humano. Concordaram em apoiar as medidas que a comunidade internacional adote na busca de soluções coletivas para o problema.

n) Expressaram sua satisfação pela assinatura do novo Tratado do Canal do Panamá, entre os Governos da República do Panamá e dos Estados Unidos da América o qual reconhece ao Panamá a soberania sobre a totalidade de seu território nacional. Manifestaram sua satisfação pela acolhida favorável que o Tratado vem merecendo em todo o Continente e coincidiram na esperan-

ça de que em breve se possa lograr a culminação do processo.

o) Destacaram a importância de que a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar conclua com a adoção de instrumentos que atendam as aspirações e protejam os direitos e interesses dos países em desenvolvimento sobre os recursos existentes no mar, incluindo os que se encontram fora dos limites da jurisdição nacional.

7. Os dois Presidentes ressaltaram que as conversas que mantiveram e os convênios assinados representam marco da mais alta significação para as relações entre o Brasil e Venezuela. O encontro assinala um mo-

mento em que se caracteriza definitivamente a existência dos mais fortes laços de amizade entre os dois países. Os acordos assinados servirão como instrumento eficaz para a aproximação e certamente trarão altos benefícios para os povos do Brasil e da Venezuela.

8. Ao término de sua permanência em Brasília, o Presidente Carlos Andrés Pérez agradeceu ao Presidente Ernesto Geisel a hospitalidade amistosa que lhe dispensaram, a ele e a sua comitiva, o povo e o Governo e lhes formulou um cordial convite para visitar proximamente a Venezuela, que foi aceito com especial satisfação.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 119, os Acordos entre o Brasil e a Venezuela; na seção **Comunicados e Notas**, página 135, a nota do Itamaraty à imprensa sobre a visita do Presidente Carlos Andrés Pérez ao Brasil; e na seção **Mensagens**, página 141, o telegrama do Presidente venezuelano ao Presidente Ernesto Geisel.

brasil recebe léopold sédar senghor

Um clima de amizade e entendimento marcou a visita do Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, a Brasília, no mês de novembro de 1977. Ele chegou no dia 4, acompanhado de autoridades daquele país, entre elas o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Assane Seck, e o Ministro do Desenvolvimento Industrial e Meio Ambiente, Louis Alexandrenne, e foi recebido na Base Aérea de Brasília pelo Presidente Ernesto Geisel, pelo Vice-Presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos, pelo Núncio Apostólico, Monsenhor Carmine Rocco, pelos Ministros de Estado brasileiros, pelo Governador do Distrito Federal, Elmo Serejo Farias, além de outras personalidades governamentais.

Após as solenidades de praxe na Base Aérea, Senghor manteve um encontro com o Presidente Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, do qual participaram os Chanceleres Azeredo da Silveira e Assane Seck, oportunidade em que o Presidente senegalês entregou ao Primeiro-Mandatário brasileiro a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Leão. No Itamaraty, Léopold Sédar Senghor foi homenageado com um almoço oferecido

pelo Presidente Geisel e, logo em seguida, fez uma visita protocolar ao Congresso Nacional, onde foi saudado pelo Senador Osires Teixeira e pelo Deputado Olivir Gabardo, e ao Supremo Tribunal Federal, sendo saudado pelo Ministro Cordeiro Guerra — cujos discursos ressaltaram a importância daquele representante senegalês como poeta e como Presidente de um país que mantém acesa a chama de libertação e progresso da África.

A noite desse mesmo dia, em solenidade que contou com a presença do Presidente Ernesto Geisel, Léopold Senghor participou da inauguração da nova sede da Embaixada do Senegal no Brasil, razão principal de sua vinda a Brasília. No dia seguinte, ele visitou cidades históricas de Minas Gerais, tendo sido recebido em Belo Horizonte pelo Governador Aureliano Chaves. Retornou a Brasília no dia 6 de novembro e, no dia seguinte, embarcou com destino a Caracas. Ao final da visita, Geisel e Senghor assinaram um Comunicado Conjunto de imprensa relatando os principais pontos dos entendimentos do Chefe de Estado senegalês em Brasília.

geisel a senghor:

Discurso do Presidente Ernesto Geisel, durante almoço oferecido ao Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 4 de novembro de 1977; e tradução não-oficial do discurso pronunciado pelo Primeiro-

Mandatário do Senegal na mesma ocasião.

diálogo

contribui para a cooperação

PRESIDENTE DO BRASIL

Senhor Presidente,

A visita oficial que ora nos faz é motivo de grande satisfação para o povo e o Governo do Brasil. Vossa Excelência representa um país que, por muitas razões, sentimos ligado ao nosso. Sabemos que sentimentos recíprocos existem no Senegal com relação ao Brasil e muito particularmente os tem Vossa Excelência, cujo interesse por nosso país tantas vezes já foi demonstrado.

Há treze anos Vossa Excelência fazia em Brasília o elogio de duas marcantes características brasileiras: a "gentileza" que constitui um traço permanente do modo de ser do homem do Brasil; e o método de nosso desenvolvimento, criação oportuna do engenho e do realismo do nosso povo.

O que Vossa Excelência chamou de "gentileza", e que outros terão chamado por outros nomes, é o reflexo exterior de uma atitude bem brasileira, que consiste em procurar simpatizar com o interlocutor, bus-

cando, assim, uma compreensão que supere os antagonismos e as contradições. Essa qualidade pertence ao conjunto de sentimentos positivos que faz do brasileiro, o homem pacífico, o homem cordial.

Um mesmo amálgama de sentimentos positivos permitiu aos brasileiros elaborar um modelo muito próprio de desenvolvimento econômico e social que, aos poucos, começa a ser melhor compreendido e apreciado. Não há segredo nem milagre no extraordinário impulso de progresso ocorrido em nosso país nos últimos anos. Ele é o resultado da conjugação judiciosa do espírito racional com uma atitude autenticamente brasileira de achar que a realização e o florescimento do ser humano são o objetivo e a medida de todo desenvolvimento.

preocupação espontânea e natural no homem brasileiro

Com efeito, Senhor Presidente, o impulso maior que galvaniza o país para o esforço de desenvolvimento, retiramo-lo, não da

emulação de sociedades mais prósperas, mas do desejo profundo de criar uma sociedade justa e feliz. Donde, a preocupação constante com os aspectos sociais e culturais de nosso desenvolvimento, uma preocupação espontânea e natural no homem brasileiro.

Nada disso pode ser estranho a Vossa Excelência. Encruzilhada de rotas, de raças e de culturas, como Vossa Excelência mesmo já definiu o seu país, o Senegal tem, em muitos aspectos, uma experiência parecida com a do Brasil. Por essa razão, é natural que encontremos afinidades entre nossas respectivas maneiras de encarar muitos dos principais problemas do mundo contemporâneo.

A política exterior do Brasil, como a do Senegal, fundamenta-se em objetivos de paz, de cooperação, de harmonia e diálogo.

Propugna o Brasil por soluções de entendimento, de preferência ao método de confrontação. Consideramos o diálogo bilateral, regional e multilateral como a maneira mais eficaz para alcançar uma cooperação mutuamente benéfica. Isso não nos esmorece, porém, na condenação de quanto seja artificial para a conservação de privilégios que a História está relegando à obsolescência ou que firam a consciência civilizada. Apoiamos os povos que expressam a aspiração legítima de se verem livres de jugos coloniais e tudo fazemos ao nosso alcance para que as práticas e os sistemas que favorecem o racismo sejam abandonadas.

Essa atitude, estendêmo-la à cooperação econômica internacional, esteio fundamental da ordem universal. Não consideramos que as categorizações conceituais criadas para o debate das questões econômicas mundiais devam justificar a cristalização de privilégios nem ensejar radicalizações que acirrem os conflitos de interesses entre as Nações. Ao contrário, devem elas servir de instrumentos para a solução das diferenças e não para a consolidação de distinções arbitrárias. A vocação humanista do Brasil não se compatibiliza com uma visão do mundo dividido em zonas discriminatórias

de prosperidade. Daí, nossa aspiração por uma ordem econômica internacional mais justa.

Senhor Presidente,

Também como o Senegal, o Brasil aspira e luta por um mundo em que os homens não sejam discriminados em razão de sua cor, de sua raça, de seu nível de desenvolvimento econômico, de suas legítimas convicções, religiosas, filosóficas ou políticas. Essa concepção universalista, ecumênica, do sentimento de fraternidade humana corresponde, a meu ver, ao que se pode considerar de melhor no sistema de valores do mundo ocidental, sob o influxo do qual nossos dois países se formaram:

uma importante contribuição para a paz

O Brasil, temos repetido, acredita na riqueza e variedade dos valores desse mundo e, por isso, se recusa a aceitar definições que lhes restrinjam o conceito. Acreditamos poder dar, com o nosso estilo de vida, uma contribuição positiva para o aprimoramento desses valores e para a universalização do espírito de diálogo e do sentimento de fraternidade. Acreditamos, também, que, assim fazendo, estamos dando importante contribuição para a paz.

Senhor Presidente,

O Senegal, herdeiro de duas ricas tradições culturais — a africana e a européia — tem condições muito peculiares para desempenhar o fecundo papel de universalização dos mais profundos sentimentos humanistas, comuns a ambas. Vossa Excelência, melhor do que ninguém, tem lutado por esse ideal. São esses, os votos que formulamos para que, no benefício de toda a humanidade, tal objetivo, a todos, seja dado alcançar.

Peço aos presentes ergam comigo suas taças para brindar à saúde do Presidente da República do Senegal e à amizade entre os Povos do Brasil e do Senegal.

PRESIDENTE DO SENEGAL

Senhor Presidente,

As palavras tão amáveis que Vossa Excelência acaba de pronunciar me comoveram profundamente. Desejaria agradecer-lhe em nome de minha mulher, da minha comitiva e em meu próprio.

Quando venho ao Brasil, é sempre com o mesmo prazer que descubro suas riquezas: tanto as riquezas culturais quanto as riquezas econômicas. Não me deterei nessas últimas, que são bem conhecidas; nem nas vastas dimensões de seu território nem na variedade de seus imensos recursos agrícolas, minerais, energéticos. Nesse campo, algumas outras grandes potências, em pequeno número é verdade, podem se rivalizar com o Brasil. Mas não na área cultural. É aí que, às contribuições ibéricas, enxertadas no tronco ameríndio, vieram se acrescentar as contribuições norte-européias, asiáticas, mas sobretudo negro-africanas. Essas contribuíram ao desabrochar de uma sociedade multirracial que é, por esse fato, o exemplo vivo de todas as virtudes vinculadas à mestiçagem biológica. A essa mestiçagem que, na alvorada da História e criando a História, fizera a grandeza das civilizações mediterrâneas.

Seu país é, com efeito, um cadinho de raças, civilizações e religiões. Situa-se no cruzar dos caminhos do mundo total, fazendo do Brasil, verdadeiramente, um mundo novo, que reúne em seu seio, mais desenvolvidos pois vivem em simbiose, os traços peculiares de todas as raças e de todas as civilizações. Prefigura, desde hoje, o que será a civilização pan-humana do século XXI.

É nessa prospecção que, desde minha visita oficial de 1964, começaram nossos dois países a desenvolver sua cooperação bilateral. É assim que, desde essa data, assinamos um Acordo Cultural, um Acordo Comercial e um Acordo de Cooperação Econômica e Técnica. Nossa cooperação sempre foi boa no campo cultural e está renascendo desde a independência dos cinco territórios de

língua portuguesa na África. No que se refere à cooperação técnica e comercial, a reunião da Comissão mista senegalo-brasileira, no ano passado, deu-lhe novo impulso.

nova ordem cultural antes da nova ordem econômica

Desejo que minha visita de hoje nos permita dinamizar essa cooperação. A conjuntura é propícia, já que atualmente o grande problema, nas Nações Unidas, é a instauração da nova ordem econômica mundial. Mas, é a própria evidência — e vocês brasileiros estão bem colocados para sabê-lo — não haverá nova ordem econômica se não instaurarmos antes, se não ao mesmo tempo, uma nova ordem cultural: essa mesma que estão desenvolvendo aqui, onde as diversas contribuições culturais — a européia, a asiática, a africana — são iguais, não de igualdade matemática, mas complementar, digo necessária.

Nosso encontro de hoje está marcado, não somente por essa conjuntura internacional, mas pela inauguração da nova Embaixada do Senegal em Brasília.

Esse monumento, realizado segundo uma arquitetura de inspiração brasileira e profundamente impregnado pelas linhas mestras da Arte negro-africana, é bem a mais significativa expressão de nossa cooperação. Seus paralelismos assimétricos, seus espaços e contornos, sua abertura sobre magnífico espelho de água, seus corredores e passeios, sua decoração e seu equipamento, fazem dele, com efeito, na rica coleção de obras-primas da arquitetura brasileira, uma obra da qual nossos dois países têm amplos motivos para dela tirar orgulho.

Reflete um modo de sentir e viver. Traduz um gênio: o gênio brasileiro em sua autenticidade. Anuncia, em seu impulso para o espaço, o sonho de nossos dois povos, ambos resolvidos a representar um papel do

maior relevo no advento da Civilização do Universal.

Senhor Presidente,

Se eu tivesse que lembrar as múltiplas razões de nosso apego à terra brasileira, passaria em revista o conjunto das ações que Vossa Excelência não cessa de fazer, desde sua posse na suprema magistratura de seu país, para abri-lo ao mundo e, mais especialmente à África.

Vizinhos, tornamos-nos irmãos, nessa fraternidade dos povos, que é a marca dos novos tempos: do século XX.

É com essa convicção que convido a todos, minhas Senhoras e meus Senhores, a beber à saúde de Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil, da Senhora Ernesto Geisel, a quem apresento minhas respeitadas homenagens, à cooperação amiga entre nossos dois países, à Paz.

Discursos do Senador Osires Teixeira, do Deputado Olivir Gabardo e do Ministro Cordeiro Guerra, em 4 de novembro de 1977, durante as solenidades em que o Congresso Nacional, em sessão solene conjunta, e o Supremo Tribunal Federal prestaram homenagem ao Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, que respondeu de improviso em ambas as ocasiões.

congresso nacional e stf homenageiam o presidente léopold sédar senghor

OSIRES TEIXEIRA

Cabe-me a elevada honraria de saudar, neste instante, em nome do Senado Federal, a República do Senegal, na pessoa de um dos seus mais eminentes filhos, cuja obra política a África inteira conhece, sobretudo pela tarefa de emancipação do seu País. Sua obra literária todavia o transforma, por certo, num cidadão do mundo, desde que a poesia é e será, sempre, a única língua universal; o verdadeiro Esperanto da imaginação criadora do homem.

Sustentam alguns geógrafos, que, há alguns milhões de anos, antes que uma convulsão telúrica abrisse a enorme fenda do Atlântico, a África e a América constituíam um só continente, quando a costa de Dakar se geminava a terras brasileiras.

Mas uma proximidade histórica também nos une quando no dealbar do Século XVI, as caravelas portuguesas, depois de contornado o continente africano e identificado o litoral brasileiro, nos uniram em sua missão de "ampliar a fé e o Império".

Por uma terceira vez nos encontramos quando o Brasil se aliou às potências democráticas contra o eixo nipo-nazi-fascista e a nossa Força Aérea, a gloriosa FAB, estabeleceu, entre Dakar e Natal, o famoso "Corredor da Vitória", cobrindo o Atlântico Sul e garantindo o abastecimento das tropas democráticas.

Podemos dizer, desde então, que o grande oceano nos tem servido como um traço de união e agradecemos ao nosso patrício Santos Dumont haja criado a aviação, porque foi ela, neste século, nos seus caminhos condoreiros, a estrada luminosa dos

nossos reencontros com a África mais próxima, aquela que tem em Dakar o grande promontório a indicar os caminhos atlânticos do Brasil.

Se o Senegal, cujas praias lembram as planuras nordestinas, ostenta, como o Brasil, a mesma prodigalidade de luz e de azul, de mar amplo e firmamento claro, ali se encontra o ponto mais próximo dos nossos caminhos europeus, onde fomos, igualmente brasileiros e senegaleses, buscar os traços culturais da língua e da religião, ou as instituições jurídicas, ou as escolas literárias, ou os remanescentes da arte helênica, romana ou renascentista, para caldeá-los com as inspirações ameríndias e a tropicalidade africana, na sua jovem e generosa negritude.

senegal e brasil, juntos na caminhada para o futuro

Se juntos percorremos os dolorosos caminhos coloniais, em que o índio era expulso para o recesso do cerrado ou para as sombreadas matas da Amazônia, o negro, como um novo Anteu erradicado, construía as nossas primeiras riquezas, nas minas de ouro, nas catas de diamantes, nos canaviais, na lavoura do algodão, do cacau e do café. Hoje juntos continuamos: América e África, Senegal e Brasil, na caminhada para o futuro, num mundo só, em que a liberdade seja o reverso da medalha da fraternidade.

Vemos que os nossos países já selaram encontros na história, certo que na nossa formação étnica não nos faltou o generoso sangue africano; mas também não é a primeira vez que Léopold Sédar Senghor, cujo nome as maiores enciclopédias do mundo registram, desde 1960 visita o Brasil, em caráter oficial e na qualidade de Chefe de Estado do Senegal.

Quando surgiram, em 1945, em Paris, os "Cantos da Sombra", a crítica literária já consagrava aquele que viria, três anos depois, com as **Hosties noires** e com uma antologia poética africana que teria, como prefácio, uma das mais belas peças literárias de Sartre, o **Orfeu Negro**, que inspiraria, no

Brasil, uma das nossas mais densas peças teatrais.

Os **Cantos para Naett**, de 1949, **Etiópicas**, em 1956, **Noturnos**, de 1961, mostram, na maturidade, a mesma inspiração da juventude; a poesia nascida nas planuras ensolaradas, nas margens do grande rio, na fímbria do litoral, cantando as belezas do continente novo, da raça jovem, as alegrias e as esperanças, bem mais do que as reminiscências nostálgicas das dominações insuportáveis.

Também a obra em prosa do grande poeta, que tanto enobrece a língua de Racine na segurança da forma e na fidelidade às fontes, enriqueceria a literatura mundial, com **Negritude et Humanisme**, em 1964 e **Caminho Africano do Socialismo**, em 1971, o famoso **Nation et voie africaine du Socialisme**.

Senhores:

Cumpr-me, por imperativo do protocolo, apresentar-vos o homenageado.

Na verdade, seria dispensável, em se tratando de uma figura de tamanha nomeada internacional tido pacificamente como dos mais eminentes vultos do continente africano, o mais conhecido dos seus intelectuais, o mais famoso dos seus estadistas.

O Presidente Senghor, nascido em Joal, fez o liceato em Dakar e logo se transferiu para Paris, onde ingressou na Faculdade de Letras do Liceu **Louis-le-Grand**, obtendo o título de Professor de Gramática, que lecionou, entre 1935 e 1944, no Liceu Marcelin Berthelot, de Paris, exercendo também o magistério, em 1948, na **Ecole Nationale de la France d'outre mer**.

O ingresso do Presidente Senghor na vida pública ocorre ao eleger-se Deputado à Assembléia Constituinte, em 1945 e 1946, quando foi eleito pelo Senegal para a Assembléia Nacional, cargo que ocupou até 1959. Participou do Gabinete de Edgard Faure, como Secretário de Estado da Presidência do Governo, de fevereiro de 1955 a janeiro de 1956, nomeado, em 1958, membro do Comitê Consultivo Constitucional e, no ano seguinte, Presidente da Assembléia Federal do Mali e Senador da Comunidade pelo Senegal. Ainda em julho daquele ano

era designado ministro conselheiro do Governo da República francesa e, em 1960, elegia-se Presidente do Senegal, condição em que veio visitar o Brasil, logo depois.

Abandonando, em 1948, o Partido Socialista, foi fundador do Partido Federalista Africano, chefiando sua ala progressista. Foi um dos redatores da Constituição da IV República, não apenas pelos seus conhecimentos jurídicos, mas, sobretudo, porque escreve com perfeição a língua de Chateaubriand, como um francês autêntico.

Não há como separar, nesta eminente figura da África negra, o estadista do poeta, que a uma e outra missões serve a imaginação criadora, até porque a palavra **poesis**, entre os gregos, inicialmente significava uma participação emotiva na busca da verdade. A poesia é, ao mesmo tempo um saber, um fazer e um dizer. Sobretudo um poder pluridimensional.

Quando a humanidade quer identificar os seus gênios, vai procurá-los entre os poetas: Homero ou Virgílio, Dante ou Goethe, Shakespeare ou Camões, Milton ou Tagore. Eles é que vêm os sinais dos novos tempos, descobrem as antecipações do futuro, sintetizam uma forma de conhecimento que transcende à ciência e à filosofia. Dizem mesmo que a poesia pura é tão rara como o momento místico, seu parente mais próximo. Pois o nosso estadista, o Chefe de Estado que homenageamos, antes de enfrentar novas missões criadoras, na condução da sua Pátria, já vivera, como ainda relembra e vive, esses momentos sublimes da criação poética, em que o homem dialoga com os anjos, rompe o véu do eterno, debruça-se na "balastrada do céu", como a **Damozel** de Ruskin, não para chorar, como a jovem exilada, senão para viver antecipações de um mundo novo, na plenitude da emoção criadora.

pérola da negritude

Falemos, agora, da sua Pátria, essa pérola da negritude, engastada nas praias mais ocidentais da África, quase fronteira às nossas

praias mais orientais, onde os baobás gigantescos apontando para o céu azul, simbolizam a confiança no futuro dos homens da terra.

Separando-se, a 20 de agosto de 1960, da Federação Mali, surge a República do Senegal. Promulgada em cinco dias a Constituição, Léopold Sédar Senghor seria escolhido, por um colégio eleitoral composto do Parlamento e representantes regionais e municipais, o primeiro Presidente do Senegal. Essa separação e essa seleção foram interpretadas, na época, como fatos da maior transcendência: um triunfo das forças moderadas do continente africano; uma derrota dos extremistas e ultrafricanistas, revelando, ademais, uma grande maturidade política, configurada no desejo de conservar e fazer mais evidentes os perfis de cada nacionalidade africana. Tão grande ficou o prestígio de Senghor, que seu partido nas eleições regionais e municipais daquele ano obteve 110 mil votos dos 115 mil depositados nas urnas.

A 11 de setembro de 1960 a França reconhecia a Independência do Senegal, que ingressaria, no dia 28 deste mês, na Organização das Nações Unidas, com o voto do Brasil.

A República do Senegal, com cerca de duzentos mil quilômetros quadrados e mais de cinco milhões de habitantes, vários grupos étnicos africanos, minorias bérbere e européia, fala oficialmente o francês, embora a difusão do sudanês, língua dos jalofo, que representam mais de vinte por cento da população. A religião dominante é a muçulmana, enquanto um quinto do povo pratica os cultos animistas tradicionais, havendo cerca de 180 mil católicos, com 200 sacerdotes, 116 irmãos auxiliares e 500 freiras.

O regime presidencialista foi adotado pela Constituição de 1963 e a Assembléia Nacional é formada por 100 Deputados, dividindo-se a República em sete regiões e dezenas de municípios.

Assim é o Senegal, quando completa dezessete anos de Independência. Uma nação pacífica, exemplo para toda a África, não des-

vinculada das suas tradições europeias, que, no entanto, adaptou aos seus costumes, à sua vocação multirracial, aos fundamentos da sua africanidade, que o estadista Senghor, fiel aos sonhos do poeta e à sua formação gaulesa, pretende transformar numa permanente construção nacional e num fecundo exemplo internacional.

Ao saudar o Presidente Léopold Sédar Senghor, vemos, na sua presença nesta Casa, a própria nação senegalesa, na plenitude da sua autonomia, na autodeterminação de Estado independente, fiel às suas tradições, voltada para o futuro, unida ao continente africano e integrada na comunidade internacional, construindo, livremente, os seus destinos.

Gostaríamos que o Presidente Senghor levasse ao seu País não apenas a profunda amizade do povo brasileiro, nossa admiração e nossos votos de completa realização da sua grandeza, mas a todo o Continente africano, que o admira e respeita como um dos seus mais nobres filhos, a extensão do nosso respeito e os nossos votos pela paz mundial.

Diga à África, **Monsieur le Président**, que o Brasil lhe agradece pelo sangue que mandou para caldear a nossa raça e com ela se compromissa para o engrandecimento da democracia universal.

OLIVIR GABARDO

Também “nós não cremos em dogmatismo, nem em dicotomias, nem nos racismos, nem nos sectarismos”, cremos, porém, nos valores do humanismo, na cultura, na democracia e na liberdade.

Cremos, igualmente, que se foram essenciais em nossa formação histórica, política, racial e cultural, os valores da latinidade, a que vos referistes, no Capitólio de Roma, em outubro de 1962, também o foram aqueles da negritude e da africanidade, a partir

do Século XVI, quando as mesmas caravelas lusitanas, com a cruz de malta içada em seus mastaréis, cruzavam de Dakar ao Recife e Salvador, trazendo-nos o **sudanês** e o **malgaxe**; os **fulas** para o pastoreio do gado; os **jalofas** para a indústria açucareira; os **dojolas** e os **mandingas** para as duras tarefas da derrubada das matas e o assentamento da nossa agricultura tropical.

Fazíamos, então, parte do mesmo Império lusitano e por isso a vossa gente aqui veio, e ainda viria quando os franceses ocuparam vossa pátria, sem desistir, no entanto, de encher os porões dos navios negreiros para a aventura das Américas.

Assim, nossas culturas e nossas gentes não estão ligadas, apenas, pelos traços da latinidade, ou daquela fé que moveu o africano Agostinho, estudante de Cartago e bispo de Hipona, à luta contra o maniqueísmo: ligamos a irmandade do sangue, de Henrique Dias, na expulsão dos holandeses; de Marçílio Dias, na única das nossas guerras de fronteira; de Machado de Assis, o grande romancista e poeta; de José do Patrocínio, o tribuno abolicionista; do criminalista Antônio Rebouças, Conselheiro do Império.

Em duas visitas anteriores a este País, Senhor Presidente Senghor, conhecestes, decerto, homens de talento e de cultura, que não escondiam o seu sangue africano; e decerto vistes, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia, alguma amostra do que ficou, em nosso folclore, dessa africanidade de quatro séculos de imigração forçada; na “Cambinda Brilhante” dos Maracatus; nos **candomblés** baianos ou no samba que se alastrou em todo o País.

Nos batuques e atabaques, nos pandeiros e nas cuícas do nosso Carnaval, desfila a África Negra, ao lado do colorido ameríndio, enquanto uns poucos brancos, e muitos mestiços — mulatos, mamelucos, caboclos, cafusos — exibem essa multiétnia brasileira em que o vosso continente, redoidado de poesia e requeimado de sol, também se reflete nos cantos de Orfeu e nas contemplações de Narciso.

uma presença de quatro séculos

Não apenas em nossos ritmos e em nossa culinária, mas em nossa vocação lúdica, tanto quanto em nosso dominante melanismo, a África está presente, na ancestralidade de quatro séculos, no leite generoso da mãe-preta, na cana-de-açúcar e no cacau, no punho dos lenhadores e no estoicismo dos mateiros. Quando a nossa maior riqueza era o café, disse um poeta que os seus frutos maduros eram “glóbulos vermelhos do negro escravizado”. Construíram, assim, com seu sacrifício, a pátria dos nossos dias.

Poderia haver maior colaboração de um povo, na formação de uma nacionalidade, que essa da doação da própria liberdade? Ou do seio farto das nutrizes para alimentar a pátria nascente, que, no entanto, receberia primeiro a própria liberdade, para levar quase setenta anos a reconhecê-la, também, aos descendentes da generosa gente que lhe alentou o berço?

Assim, Senhor Presidente Senghor, antes que Vossa Excelência, um dos maiores humanistas da nova África, liberta de grilhões e de tutelas, afirmasse o humanismo da **negritude**, aquela gente de pele negra, que nos veio do promontório mais ocidental do continente africano, já se caldeava, aqui, com índios e portugueses, integrando os valores da latinidade, misturados, decerto, pela torrente anímica que nos trouxe o sangue africano.

Saudamos, em Vossa Excelência, o humanista, nascido na intercessão de dois mundos, na tangente de duas civilizações, frequentando, ao mesmo tempo, Averno e Aristóteles, Santo Agostinho e João XXIII, a bela e rica inventiva árabe, a ciência européia e a criatividade telúrica do mundo africano. E é justamente na revelação desse humanismo, tão intuído quanto tenazmente procurado, que se encontram o poeta e o estadista, o homem dos grandes sonhos da imaginação criadora e o realista prático que transforma as visões do continente negro, do arabismo e da negritude, unindo Meca e Roma, Dakar e Paris, o animismo e o cristianismo, fundindo todos os etnocentrismos num antropocentrismo abrangente e universal.

Em um dos importantes estudos de Vossa Excelência sobre a estética africana, ficou evidenciado que “o negro identifica o ser à vida e sua metafísica é uma ontologia essencial”; sua arte é engajada à vida e não um produto da pura contemplação; a beleza sempre uma promessa de felicidade.

Senhores Congressistas:

Quando o sociólogo e estadista Senghor define a afirmação da negritude como “uma pedra angular para a edificação da Civilização Universal, obra comum de todas as raças, de todas as civilizações diferentes”, não há porque duvidar da sua palavra. Porque o poeta ratifica a afirmação do filósofo, desvelando o seu sincretismo, sua vocação para unir numa só peça o mosaico das crenças, como se o seu pan-africanismo tivesse haurido inspirações em velhos sonhos europeus, traduzidos, mais recentemente, no ecumenismo de João XXIII que é, como Santo Agostinho, um dos autores de sua preferência.

E lembra o nosso ilustre homenageado, que o cristianismo, sem a presença do bispo de Hipona, talvez fosse apenas construção ética hierática e sólida, como os monumentos jurídicos de Roma; não se teria, no entanto, permeabilizado pelo retorno às fontes semíticas, com a união da razão discursiva e da razão intuitiva, na simbiose que o maior adversário do maniqueísmo traduziria na frase: “Crê para compreender e compreende para crer”.

Em uma das suas conferências sobre **Négritude et Arabité**, afirma o nosso homenageado ser preciso que permaneçamos nós mesmos numa parte; e, na outra partamos na direção do outro. O conselho não serve somente aos árabes, aos eternos beduínos; ele se presta a todos os homens, a todas as nações, a todas as religiões, pois essa aspiração unitária da vontade é que centraliza e comanda a nossa mesma universalidade, mostrando, como Aristóteles via, o “homem como a medida de todas as coisas”, não, porém o metro isolado ou nas mãos do Demiurgo, mas integrado na essência universal, que a humanidade pereniza em sua existência.

Senhores Congressistas:

Estamos diante de um homem que um dia deixou a adolescência em Dakar, para passar a juventude na Universidade de Paris, ensinando francês, grego e latim, escrevendo poemas e ensaios literários, o primeiro africano a conquistar o título de Professor Agregado na Sorbonne.

Que não difundia apenas a cultura africana em Paris, mas atraído à política, também estava ao lado dos **partisans**, sob o comando de De Gaulle, na luta da resistência contra a ocupação nazista e depois se engajava na Secção Francesa da Internacional Operária elegendo-se deputado do Senegal à Assembléia Nacional Francesa, para ingressar, depois, no "Grupo Parlamentar Socialista".

Em 1948, Senghor se desliga da SFIO (**Section Française de L'Internationale Ouvrière**) para fundar o primeiro partido socialista africano, o "Bloco Democrático Senegalês", vitorioso no pleito de 1951, e cria, como membro da esquerda minoritária, o "Congresso dos Povos contra o Imperialismo".

Durante a IV República francesa, é Secretário de Estado na Presidência do Conselho e Ministro Conselheiro, de 1959 a 1960, presidindo, também a Assembléia Federal do Mali.

Finalmente, obtida pacificamente a Independência do Senegal, elege-se Presidente da República a 5 de setembro de 1960, sendo logo depois designado, pela OUA, Presidente do "Comitê de Sábios", encarregado de encontrar uma solução para o conflito árabe-israelense.

um oásis nas conturbações do continente

O Senegal, esse país encantador, com cerca de cinco milhões de habitantes, várias etnias, falando oficialmente o francês, enquanto a maioria da população domina as línguas nativas, oficialmente lecionando o português, em seus colégios, por determinação do próprio Senghor, exerce, hoje, na África, uma grande autoridade, como oásis de paz nas conturbações do Continente.

Tal projeção se deve ao fato de ter o Presidente Senghor revelado, na condução de sua vida política, profunda consciência do seu tempo e de sua gente. Doutor **Honoris Causa** por inúmeras universidades estrangeiras, inclusive a da Bahia; titular de mais de uma dezena de prêmios literários; ostentando condecorações de países de quatro continentes, inclusive a Grã-Cruz e o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul; membro de várias academias de letras, artes e ciências em todo o mundo: tal a brilhante envergadura intelectual do nosso homenageado.

É, incontestavelmente, um **cidadão do mundo**.

Ao saudá-lo, abraçamos os irmãos senegaleses e envolvemos toda a África negra no fraternal amplexo que lembra a eterna vizinhança no Atlântico e a mesma coroa susserana há quase cinco séculos.

O oceano que nos separava hoje nos une e a profunda filosofia do movimento da negritude tem sua correspondência no sentido fraterno que une a latinidade através da francofonia.

Expressamos, por igual, nossa solidariedade aos milhões de irmãos africanos, vítimas da nefasta política do apartheid, em seu próprio torrão natal. O fulgurante processo de emancipação política, registrado em solo africano, enche-nos de júbilo e esperança.

Inúmeras são ali as nações, grandes e pequenas, hoje libertas dos grilhões do colonialismo, sofrendo, é bem verdade, vicissitudes que são naturais, todas, porém, ostentando galhardamente a flâmula do novo **status** e escrevendo sua própria e gloriosa história de povo livre e soberano.

Agradecemos, finalmente, uma vez mais, Eminentíssimo Presidente Senghor, a generosa contribuição daquele Continente ao nosso desenvolvimento e a miscigenação que se configura no maior orgulho de uma democracia multirracial. Prestamos nosso preito, sobretudo, ao cidadão do mundo, em que Vossa Excelência se transfigurou, pelos impulsos de sua africanidade, pelos conceitos sociais, políticos e filosóficos da negritude e

porque encontrou na pátria de Racine e Rousseau, não apenas a língua, que há séculos faz o périplo do mundo, mas a vocação para a democracia representativa e para o humanismo, que é o sal da terra e o sol da verdadeira fraternidade.

CORDEIRO GUERRA

Excelentíssimo Senhor
Léopold Sédar Senghor,
Digníssimo Presidente da República do Senegal,

Treze anos se passaram da primeira vez em que o encontrei, no Palácio Guanabara, sede do Governo do Rio de Janeiro, onde o eminente e saudoso Governador Carlos Lacerda o recepcionava com um almoço, em que à alegria da mesa generosa, em dia festivo e luminoso, se acrescentava a presença da fina flor da inteligência brasileira, em sua homenagem, ali reunida pelo grande espírito que o acolhia e lhe fazia justiça.

Guimarães Rosa e Gilberto Amado, entre outros, estavam presentes, como presentes se encontravam todos os Secretários de Estado e este obscuro orador que lhe fala, então Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara.

A homenagem era sincera e se dirigia ao Presidente da República do Senegal, e, ainda, e sobretudo, ao homem de inteligência, ao poeta universal de língua francesa, de orgulhosa origem africana.

Foi um dia fausto e inesquecível.

Não sei se Vossa Excelência, traído pelo tempo, guarda lembrança desse dia 19 de setembro de 1964.

Posso assegurar-lhe que não foi por mim esquecido. O que não podia imaginar, ou sequer sonhar, é que decorrido tanto tempo, me coubesse a honra de recebê-lo nesta Alta Corte como seu imerecido intérprete.

Também está na memória deste Egrégio Tribunal a honrosa visita que Vossa Excelência lhe fez a 23 de setembro de 1964, e em que observou, com espírito, que nem sempre são os Magistrados estimados, não obstante a nobreza de suas funções.

De Rabelais a Courteline, passando por Beaumarchais, e Labiche, recebemos todos as críticas próprias dos homens que são chamados a julgar outros homens. Todavia, lembrou Vossa Excelência Daguesseau, em sua grandiloquência:

“Juízes da terra, vós sois Deuses e filhos do Altíssimo.”

Não é fácil assumir tão grande herança, daí a ironia fácil e cortante.

Ser juiz, como Vossa Excelência afirmou neste Egrégio Tribunal, é descobrir o erro e corrigi-lo, é restabelecer a verdade no Homem.

É reconhecer o individual sem perder de vista o social. É agir no sentido do bem comum.

Confessou-se, neste recinto, Vossa Excelência um adorador de **Djité**.

Creio que a tradução correta é Justiça.

Um entusiasta de Montesquieu, e mostrou as semelhanças do Poder Judiciário instituído em nossas pátrias irmãs.

Ressaltou a competência amplíssima deste Supremo Tribunal Federal, e a circunstância especial das deliberações tomadas em voz alta e **coram populo**.

Rendeu-lhe as homenagens próprias a quem sabe das dificuldades de julgar, e o fez, com a sinceridade do professor, a coragem do soldado e a visão do estadista.

Não esqueceu, porém, de vesti-la com a sensibilidade do poeta, cuja poesia é ao mesmo tempo um reencontro atávico e um salto no futuro, como observou Fausto Cunha.

Passaram-se os anos ligeiros e leves como vãos d'ave, sobre a nossa vida, como os anos de ausência de Gonçalo Ramires, sobre a

velha torre, e hoje aqui nos encontramos reunidos no mesmo culto à Justiça, no mesmo empenho de acertar e de servir aos interesses de nossos povos e de nossas pátrias fraternas.

O mundo mudou, por certo, angústias novas se sucederam às antigas, mas persistiu o ideal comum do aprimoramento do Homem e da Justiça, do desenvolvimento como liberdade.

visita renova compromisso com o futuro

Vossa Excelência renova com sua visita o seu compromisso com o futuro, e dá testemunho de sua fidelidade ao seu passado.

J'écoute au fond de moi le chant à voix d'ombre des saudades.

Somos sensíveis ao seu gesto de apreço e consideração à causa a que servimos.

Temos laços comuns de sangue e de História.

Houve época em que os brasileiros procuravam ocultar a evidência de sua miscigenação, por influência do imperialismo cultural europeu, não obstante a inestimável contribuição da cultura africana, na economia, na organização social, espiritual, artística e religiosa do país.

Felizmente, ao findar o Século XIX, um grande médico — o professor Nina Rodrigues, na Bahia, iniciou o estudo do homem e da cultura africanos na formação da nacionalidade brasileira; sua influência foi enorme, e numerosos trabalhos seus foram publicados pela Escola Antropológica de Lyon, por iniciativa de Lacassagne.

Outros estudiosos seguiram-lhe as pegadas, entre eles Arthur Ramos, todos pondo em relevo a contribuição negra na formação da nossa maneira de ser.

Gilberto Freyre, pernambucano ilustre, ainda hoje, felizmente, atuante e criador, produziu a mais séria análise sociológica do povo brasileiro e da sua organização econômica e política desde os primórdios de nossa civilização, e em toda a sua obra acentuou a amálgama das três raças que contribuíram, entre lágrimas e dores, para a formação do que hoje somos: o denominador comum das relações interraciais, com a característica predominante da compreensão e da tolerância recíprocas.

Não escapou a Stefan Zweig, quando se acolheu ao nosso País, no infortúnio da Segunda Guerra Mundial, esta simbiose, que disse ser a contribuição brasileira à Civilização Ocidental.

um país síntese de várias raças

Temos hoje orgulho de ser o que somos, um País síntese de várias raças, unidas pelo mesmo ideal de progresso e fraternidade.

Erguemo-nos contra as discriminações e as injustiças, sem abandonar o dom das transigências oportunas e a arte das combinações felizes.

Como Vossa Excelência, haurimos no passado a força criadora das soluções para o amanhã.

É bom lembrar a Elegia das Saudades.

Capitaine ou laptot, je ne me souviens plus, je redresse debout la force de mes forts.

Leur soumission plus dure que leurs murs. J'ai haine du désordre.

Ma mission est de paître les troupeaux.

D'accomplir la revanche et de soumettre le désert au Dieu de la fécondité.

Nós, também, aborrecemos a desordem e apascentamos os rebanhos, para assegurar o progresso e a Paz.

"Il n'y a d'éternel que l'éternel écoulement des choses", dizia Anatole France, porém, uma coisa é certa, e tenho a honra de dizê-lo em nome deste Egrégio Tribunal, inalte-

rável é a amizade de nosso País pela República do Senegal e constante a admiração em que temos o seu ilustre Presidente, que nos honra com sua presença, que exaltamos com emoção e desvanecimento.

Formulo votos de que o Corredor da Vitória, pela clarividência de nossos Governos, se transforme no Corredor da Esperança e da Paz que há de unir, para o bem comum de nossos povos, o Senegal e o Brasil.

comunicado de imprensa

Comunicado do Itamaraty à imprensa, em 7 de novembro de 1977, divulgado, em Brasília, ao final da visita do Presidente da República do Senegal, Léopold Sédar Senghor.

brasil-senegal

Sua Excelência o Senhor Léopold Sédar Senghor, Presidente da República do Senegal, atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil, visitou oficialmente o Brasil, de 4 a 7 de novembro de 1977.

2. O Presidente do Senegal fez-se acompanhar de Suas Excelências:

— Senhor Assane Seck, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Senhora;

— O Senhor Louis Alexandrenne, Ministro do Desenvolvimento Industrial e do Meio-Ambiente;

— O Senhor Simon Senghor, Embaixador do Senegal no Brasil;

— O Senhor Henri Senghor, Embaixador do Senegal Junto ao Quirinal e ex-Embaixador no Brasil;

— A Senhora Caroline Diop, Vice-Presidente da Assembléia Nacional;

— O Senhor General Ameth Fall, Inspetor-Geral das Forças Armadas do Senegal;

— O Senhor Embaixador Cheikh Lèye, Chefe do Protocolo, assim como outros altos funcionários do Governo senegalês.

3. Durante as conversações que mantiveram, os dois Chefes de Estado, num clima

de franqueza, cordialidade e compreensão mútua, passaram em revista diversos aspectos da conjuntura política internacional, em particular os que dizem respeito à América Latina e à África.

4. Os dois Presidentes reafirmaram, no plano internacional, a firme adesão dos respectivos países aos princípios da Carta das Nações Unidas e aos princípios consagrados pelo Direito Internacional, especialmente no que se refere à independência, soberania, igualdade e integridade territorial dos Estados, à não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados e à renúncia ao uso, ou à ameaça do uso da força, para a solução das controvérsias internacionais.

5. Os dois Chefes de Estado examinaram a situação atual no continente africano e denunciaram todas as formas de discriminação racial, em particular o **apartheid**. A esse respeito, expressaram a convicção de que é imprescindível fazer prevalecer o direito à autodeterminação e à soberania dos povos da África Austral, de acordo com as resoluções das Nações Unidas.

6. Manifestaram a esperança de que serão coroados de êxito os esforços, ora em desenvolvimento, para se chegar a uma paz justa e duradoura no Oriente Próximo, através de uma solução que leve em consideração os

legítimos anseios e interesses de todos os povos da região.

7. Verificaram, com preocupação, a atual tendência do comércio mundial, eivado de medidas protecionistas tomadas pelos países industrializados, em detrimento dos países em desenvolvimento. Concordaram que se torna necessário empreender maiores esforços, a fim de ser criada uma nova ordem econômica internacional, com vistas a assegurar uma participação mais justa e mais eqüitativa, no comércio mundial, aos países em desenvolvimento.

8. Reafirmaram o direito soberano de todos os Estados de disporem livremente de seus recursos naturais, bem como o livre acesso à tecnologia, inclusive à tecnologia nuclear para fins pacíficos, a fim de ser assegurado o desenvolvimento harmônico de todas as nações.

intensificar a cooperação entre brasil e senegal

9. No plano das relações bilaterais, os Presidentes examinaram os principais aspectos do intercâmbio comercial e da cooperação técnica e cultural, no âmbito dos acordos vigentes entre os dois países. Deram particular atenção ao modo pelo qual foi executado o programa de ação inscrito na Ata da primeira reunião da Comissão Mista de Cooperação, realizada em Brasília de 22 a 24 de março de 1976 e assinalaram, com satisfação, os resultados obtidos, os quais ajudarão a futura ampliação do programa.

Os dois Presidentes resolveram, também, intensificar a cooperação entre os dois países. Nesse sentido, decidiram que a realização da segunda reunião da Comissão Mista de Cooperação se realizará em 1978, em Dacar, em data a ser estabelecida oportunamente. No entretanto, o Governo senegalês continuará a procurar identificar candidatos para as bolsas de estudo e estágios oferecidos pelo Brasil; por seu lado, o Governo brasileiro continuará a procurar identificar professores destinados às cadeiras dos setores indicados pelo Governo senegalês.

10. Ao examinarem as relações comerciais bilaterais, os Presidentes assinalaram a necessidade de incrementá-las, buscando reduzir o desequilíbrio existente nos pagamentos entre os dois países.

11. O Presidente Senghor, que é detentor do Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul, condecorou o Presidente Geisel com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Leão.

12. O Presidente Léopold Sédar Senghor visitou o Congresso Nacional, reunido em sessão solene conjunta, bem como o Supremo Tribunal Federal, que o recebeu em sessão solene.

13. Com a presença do Presidente Geisel, o Presidente Senghor inaugurou a sede da Embaixada do Senegal em Brasília.

14. O Presidente Léopold Sédar Senghor, ao concluir sua visita oficial, expressou o seu reconhecimento pela calorosa hospitalidade que lhe foi dispensada e à sua comitiva, pelo povo e o Governo brasileiros.

silveira abre a primeira reunião preparatória do pacto amazônico

Discurso do Ministro
de Estado das Relações
Exteriores, Antonio F.
Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 28 de
novembro de 1977,
por ocasião da sessão
de abertura da

Primeira Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica.

Senhores Embaixadores acreditados junto
ao Governo brasileiro,

Senhores Chefes de Delegação,

Senhor Secretário-Geral,

Senhores Delegados,

A aspiração comum de unir esforços para o desenvolvimento da Amazônia congrega, hoje, nesta Sala, pela primeira vez, representações de todos os países da região, numa reunião multinacional destinada a estudar as formas e modalidades dessa cooperação.

Ao transmitir os votos de boas-vindas do Governo brasileiro às Delegações aqui presentes, quero assinalar o considerável caminho percorrido desde o lançamento da idéia no começo deste ano.

Moveu-nos, naquele momento, a percepção de que as transformações que se operam na Amazônia e os contactos internacionais

por elas gerados justificavam, e exigiam mesmo, o reconhecimento de direito do que ocorria de fato: a existência, na área, de um processo de cooperação em nível regional.

A unânime receptividade e o vivo interesse que acolheram essa sugestão vieram provar que já se encontravam plenamente amadurecidas as condições para dar-lhe forma e realidade. Foi somente após adquirir a certeza dessa confluência de vontades que o Brasil se animou a tomar sua segunda iniciativa na matéria: a apresentação de um anteprojeto de Tratado para servir de base às conversações.

Inspirado em experiências similares de cooperação regional no continente e cuidadoso em respeitar as áreas de competência específica de outros instrumentos, o documento de trabalho brasileiro vem merecendo exame prioritário e minucioso das Chancelarias interessadas. Tampouco permaneceu alheia a esse debate a opinião pública dos países amazônicos, cuja atenção participan-

te tem sido solicitada por artigos e declarações que se multiplicam.

Por mais diversas que sejam as origens e os objetivos dessas manifestações, um balanço sintético permite, desde já, chegar a uma notável conclusão: nem uma só voz se levantou, até agora, para negar que a colaboração entre os países da Amazônia é um imperativo histórico exigido pela consciência dos povos da região.

A coincidência que, de forma tão significativa, se registra entre os Governos e a opinião pública nos impõe, agora, um novo passo. Adiantados os estudos nos âmbitos nacionais, trata-se, a partir de hoje, de iniciar, em nível regional, o intercâmbio construtivo e harmonioso dos pontos de vista.

A meta que nos orienta é, evidentemente, a de alcançar, no prazo breve reclamado por uma região cansada de adiamentos passados, o consenso necessário para criar instrumentos que tornem possível e efetiva a colaboração mútua no desenvolvimento amazônico.

Sem querer prejudicar as conclusões da busca de entendimento a que nos vamos dedicar, alenta-me a esperança de que não será difícil confluir para a vasta área de convergência criada pela comunidade de interesses e pela disposição de todos de respeitar e acomodar as necessidades de cada um.

Com efeito, o texto encaminhado pelo Brasil ao exame dos demais países apresenta características de um amplo Acordo-Quadro, que estabelece as coordenadas gerais de colaboração com flexibilidade para amoldá-las às circunstâncias e exigências das Partes.

Seu principal objetivo é instituir um mecanismo permanente que regularize os contatos entre os Governos da região, eliminando o caráter episódico e descontinuo que os tem prejudicado no passado.

Os princípios que presidiram à construção do mecanismo foram, em conjunto, uma articulação equilibrada e realista, cuja concepção procurou obter o máximo aproveitamento do potencial da cooperação.

os princípios que nortearam a elaboração do anteprojeto

O primeiro desses princípios é o que visa a reservar, com exclusividade, às nações da área, a responsabilidade pelo desenvolvimento da Amazônia. Ao mesmo tempo, teve-se o cuidado de claramente reconhecer, no projeto, o contorno das esferas de soberania. Não se tenciona, de forma alguma, superpor critérios multilaterais aos nacionais. Ao contrário, proclama-se que o esforço interno continuará a ser o fator fundamental e prioritário no desenvolvimento dos territórios amazônicos.

Outro princípio básico que se propõe para a definição do sistema é o da absoluta igualdade das Partes, com expressão prática na regra da unanimidade das decisões. Não haverá, em nossa opinião, parceiros maiores ou menores, nem divisão entre maioria e minoria. O consenso terá de ser a marca das decisões.

Dentre as linhas-mestras que orientam a proposta brasileira, sobressai, também, a preocupação de compatibilidade com outros esquemas de cooperação no continente. A ALALC, o Grupo Andino, o Tratado da Bacia do Prata ou o SELA são iniciativas que não se excluem ou hostilizam, já que suas respectivas jurisdições se exercem sobre temas ou áreas diferentes. O critério distintivo nem sempre é o dos limites geográficos, como entre a Bacia do Prata e o Grupo Andino, mas o temático, tal como se vê entre o SELA e a ALALC. O que caracteriza cada uma dessas entidades é a presença de um fator aglutinador, seja uma região, seja uma programação setorial, seja, ainda, a coordenação de posições econômicas, com força bastante para servir de comum denominador a vários países.

Da mesma forma, o Pacto Amazônico não deseja usurpar áreas ocupadas. O que se deseja é preencher lacunas e mobilizar a cooperação numa área até agora sem aproveitamento: a da integração física.

É certo que alguns dos países amazônicos, a começar pelo Brasil, já tomam parte em outros foros. É o caso, também, dos cinco membros do Grupo Andino.

pacto amazônico dirige a atenção a aspectos inexplorados

É, porém, diversa a natureza desses projetos. O Grupo Andino busca a integração das economias, mediante a unificação tarifária e, sobretudo, a programação setorial. O processo amazônico ora em estudo não tem nenhuma competência nessas matérias e prefere dirigir a atenção a aspectos inexplorados.

Claro está que a melhoria da infra-estrutura de transportes e comunicações deve, em boa lógica, conduzir a economias de escala. O intercâmbio se fará, porém, dentro dos parâmetros traçados pelos acordos de comércio aos quais pertencem os países da região.

Se, no caso dos Andinos, o fator aglutinador é o desejo de criar um mercado ampliado através de soma de cinco economias, para o processo amazônico, o elemento catalizador é a própria realidade física de uma imensa região que é preciso vincular, po voar e desenvolver.

Na realidade, o que surpreende não é o atual convite para estruturar um sistema de cooperação em torno do Amazonas. O estranho é que se tenha tardado tanto em se materializar propostas que tomam como foco uma região que cobre nada menos do que um terço da América do Sul.

Empenhado em esforço perseverante para incorporar à vida nacional a parcela que lhe cabe da Amazônia, entende o Brasil que chegou, igualmente, a hora de tratar como uma

unidade, dentro de empreendimentos conjuntos, questões que afetam oito países vinculados por características geográficas comuns. Ao tomar esta iniciativa, confirma o Brasil sua vocação para multiplicar vínculos adicionais entre os países do continente e gerar áreas sempre novas ao convívio e à convergência das nações sul-americanas.

Essa diplomacia de projeto, essa invenção criadora de razões para a colaboração é a que melhor convém à região amazônica, onde o desafio consiste não tanto em regular relações existentes mas em estimular, pela ação catalizadora, projetos originais de transformação. Em lugar de obedecer simplesmente à realidade, trata-se de domá-la e de colocá-la a serviço do homem.

Ao dar início à exploração sistemática desse potencial, se estará também fazendo obra mais vasta de reforço dos laços de cooperação política e econômica entre nações sul-americanas com problemas semelhantes de desenvolvimento. Comprometidos com a causa da reforma da ordem econômica internacional, cabe-nos demonstrar, por atos, a capacidade de substituímos a dependência vertical em relação ao mundo industrializado pelo esforço de inverter esse movimento, dirigindo as setas da colaboração não mais para fora mas para o interior do continente.

Com essa nota de esperança, declaro abertos os trabalhos desta reunião, fazendo votos para que o progresso resultante de suas deliberações faça do encontro um dos mais importantes marcos para o progresso de cada um de nossos países e para o desenvolvimento geral da América Latina.

êxito na reunião preparatória sobre cooperação multilateral na amazônia

Comunicado do Itamaraty à imprensa, em 30 de novembro

de 1977, ao final da Primeira Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica.

A convite do Governo brasileiro, Delegações da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela participaram, em

Brasília, de 28 a 30 de novembro, dos trabalhos da Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica.

O encontro constituiu a primeira reunião em nível regional realizada até hoje, com a presença de todos os países amazônicos e representou demonstração eloqüente da receptividade geral com que foi acolhida a iniciativa brasileira de se debater a criação de um mecanismo de cooperação entre as Nações da área.

No âmbito de deliberações caracterizadas por um clima de colaboração e cordialidade, deu-se início a amplo intercâmbio de informações e pontos de vista sobre os temas e as modalidades que poderão vir a ser objeto de processo de cooperação ora em estudo, tendo presente o Anteprojeto apresentado pelo Governo brasileiro.

A fim de prosseguir e aprofundar a análise desses aspectos, as delegações aceitaram o convite do Governo brasileiro para uma nova reunião a realizar-se em Brasília, nos primeiros meses do próximo ano, em data a ser acertada entre os Governos.

As Delegações dos Países da Região Amazônica consignaram, ao término das reuniões, seu agradecimento ao Governo do Brasil e, de maneira especial, ao Ministério das Relações Exteriores, pelas atenções de que foram objeto, deixando ao mesmo tempo, constância de suas felicitações ao Embaixador João Hermes Pereira de Araújo pela inteligência e tino com que soube conduzir as deliberações.

Entrevista do Ministro
de Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira,
ao Programa Painel, da Rede Globo de Televisão, em 1.º de dezembro de 1977.

os objetivos do pacto amazônico

Pergunta — Ministro Azeredo da Silveira, na segunda-feira, quando foram abertas as reuniões do Pacto Amazônico, o Itamaraty anunciou como sua principal expectativa que a reunião terminasse com um comunicado final, que seria uma espécie de anteprojeto do Tratado de Cooperação na Região Amazônica. Hoje, porém, as reuniões terminaram sem este final, apenas com um comunicado de tom mais vago, mais genérico, que anuncia resultados menos concretos. Como é que o Senhor explica isso?

Resposta — Antes de mais nada, é necessário esclarecer um problema de fato: é que, se alguém do Itamaraty pretendia que houvesse um esboço de tratado já no fim desta reunião, tratava-se de uma pessoa extremamente otimista, mas não do Ministro das Relações Exteriores. De fato, nunca pretendi que o resultado final desta reunião fosse a redação de um anteprojeto de tratado. Posso explicar por que. A obra de cooperação amazônica é de enormes proporções. Assim, a idéia que o Governo brasileiro lançou, de criar mecanismos

efetivos de coordenação e cooperação na região amazônica, tem tais dimensões que não se poderia esperar que desta primeira reunião saísse o Pacto. Reafirmo, pois, que nunca esperei que o processo fosse tão rápido. De outra parte, creio que o Pacto Amazônico será aprovado a curto prazo, embora, evidentemente, não se deva esperar de uma negociação internacional complexa soluções instantâneas. Paralelamente, quero chamar atenção para o comunicado que foi divulgado hoje. É importante assinalar que é um texto aprovado pelos oito países que participaram da reunião e de tom extremamente positivo. De fato, o comunicado enfatiza que esta reunião representou uma demonstração eloqüente da receptividade geral com que foi acolhida a iniciativa brasileira. Esta demonstração é uma vitória clara, já que os oito países, com suas motivações próprias afirmaram que estão dispostos a se unirem neste esforço novo de cooperação regional. O caminho está, pois, aberto.

Pergunta — Ministro, por outro lado, alguns delegados estrangeiros manifestaram ao final da reunião que a ausência de resultados mais concretos que os de hoje, que se imaginava fossem acontecer, se deve ao fato de que muitos deles, muitos de seus governos ainda não entenderam os objetivos finais do projeto brasileiro.

Resposta — Creio que a reação é perfeitamente natural e esperada. De fato, o projeto consubstancia uma grande visão para o futuro e o processo amazônico está, assim, em sua fase inicial. É evidente que, para se chegar à plenitude do mecanismo cooperativo, alguns anos serão necessários. Mas é importante enfatizar que o passo inicial, dado nesta reunião, foi extremamente significativo. De tal forma que, a curto prazo, em termos diplomáticos, o acordo deverá ser assinado, com benefícios importantes para todos os países da região amazônica. Para situar este processo de cooperação, valeria a pena lembrar algumas observações gerais sobre os movimentos de integração latino-americana, que podem mesmo auxiliar na resposta a essa indagação. Quando se apresentam projetos de integração na América Latina, manifesta-se, às vezes, uma tendência a resistir à sua aprovação, resistência que aumenta na medida do grau de concreção do projeto. Ou seja: quanto mais concreto o projeto, mais resistência haverá à sua implementação. Por isto, não me surpreende que seja preciso, no caso amazônico, um período de convencimento e de análise. Neste tempo, diluem-se as resistências e aproximam-se as posições. Sobre isto, posso dar um exemplo, que nasce de especulações jornalísticas. Falou-se de resistência ao termo "integração física", que poderia mesmo ser substituído por outro. Aqui, temos um fato: integração física significa solidariedade dos que vivem no mesmo meio ecológico. Este é o dado fundamental, e não teríamos qualquer objeção a que outro termo seja usado para caracterizar o fenômeno. Afinal, o Brasil não faz política com a semântica.

Pergunta — Por quê houve esta resistência à expressão "integração física"?

Resposta — Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que esta resistência não foi pública. Não excluo, porém, a possibilidade

de que representem raciocínios individuais de alguns delegados. Este fato é perfeitamente natural, faz parte mesmo da natureza dos encontros diplomáticos. Profissionalmente, estamos habituados a enfrentá-los e superá-los através da negociação. Em termos gerais, é necessário admitir que, quando se inicia uma obra de criação diplomática e política, não se deve esperar aplauso total. No caso do Pacto Amazônico, já houve um progresso importante, porque os países chegaram a uma total compreensão dos objetivos brasileiros. Não houve, durante as discussões, nenhum argumento ponderável contra a iniciativa brasileira. Na verdade, a iniciativa já não é mais brasileira, e sim de todos os países amazônicos.

Pergunta — Ministro, como é que o Senhor imagina que vai ocorrer o desdobramento dessas reuniões que começaram esta semana aqui em Brasília?

Resposta — O objetivo primeiro é, evidentemente, chegar à redação do Pacto Amazônico. Na concepção brasileira, o Pacto deve ser simples, linear, com algumas regras básicas, que permitam a cooperação em termos iguais. Neste sentido, uma regra importante é a da unanimidade das decisões, de tal forma que um país não poderá prevalecer sobre outro, e os mecanismos de cooperação serão necessariamente fundados na equidade. Num segundo momento, depois de terem sido fixadas essas regras básicas, o Pacto deve se desenvolver com sua própria dinâmica, com progressiva especialização de suas finalidades e objetivos. Assim, para tratar de temas ecológicos (que estariam entre os objetivos gerais do Pacto), seria criada uma comissão ecológica, que desenvolveria os objetivos gerais em termos mais concretos; o mesmo se daria com os temas de transporte, telecomunicações, etc. Neste quadro, cada tema específico, que se desdobra em campo de ação do Pacto, deve ser estabelecido livremente pelos integrantes do mecanismo de cooperação, com vistas a definir claramente os objetivos e os meios próprios de atuação. Assim, não se deve tentar planejar antecipadamente o que fazer, mas, ao contrário, deve-se tentar aprender ao longo da jornada, fazendo rigorosamente o que seja do interesse real das partes. A união no

esforço de cooperação amazônica visa exatamente a reduzir custos, diminuir dificuldades, e daí deriva a importância que terá a escolha correta dos caminhos concretos a seguir.

Pergunta — O Senhor imagina que, para concluir esse Pacto, vai se tomar mais ou menos tempo do que o da Bacia do Prata?

Resposta — Creio que o processo amazônico será menos complexo que o platino. Uma das razões fundamentais para isto é o fato de que, no âmbito do Pacto Amazônico, não existem oposições, nem confrontações, nem desafios, que, no Prata, eram muito agudos. Na Amazônia, o trabalho se torna mais simples, e a construção de um pacto linear será a base de atividades precisas e concretas, sempre apoiadas na regra da unanimidade, na disposição unânime para a cooperação.

Pergunta — Na Bacia Amazônica, existe o fator de desigualdade entre o desenvolvimento dos países. Durante as reuniões, foi colocado o argumento de que a integração física da Amazônia pressupõe investimentos específicos em interligações, transportes, comunicações, que poderiam ser feitos por países mais desenvolvidos da área, como é o caso do Brasil, e que, para os países com menor desenvolvimento, poderiam ser considerados como uma sobrecarga. Como o Senhor encara esse argumento e de que forma esses problemas poderão ser resolvidos?

Resposta — Creio que esse argumento da assimetria dos países dentro de uma região é o argumento clássico daqueles que não querem fazer a integração de forma alguma. As assimetrias são um dado da realidade, e existem, inclusive, entre os países desenvolvidos. Na CEE, é evidente que não se pode igualar a República Federal da Alemanha a um país menor da Comunidade, e o mesmo fenômeno da assimetria ocorre na América Latina, na África e na Ásia. Isto não impede, porém, que a integração se faça em benefício de todos. Vou dar um exemplo concreto: pode-se dizer que o Brasil tem melhores condições de construir estradas e imaginar que outros países se sentissem diminuídos porque não dispõem dessa possibilidade. Ter-se-ia, então,

duas situações: numa, o país constrói suas estradas unilateralmente, e nada impede que as construa dentro de seu território na medida de suas necessidades; numa outra situação, existe a disposição de cooperar e tratar o tema com os demais países. É exatamente esta segunda situação, a que prevê uma reunião multilateral sobre estradas, que enseja a coordenação; aqui, o país continuará soberanamente a construir suas estradas, mas também estará disposto a ajudar os vizinhos, e, com o mecanismo de cooperação que se quer na região amazônica, haverá, então, um amplo processo de assistência mútua. Enfim, a assimetria existe nos diversos "mundos" em que vivemos: no mundo dos industrializados e no mundo dos países em desenvolvimento. Não existem países iguais; porém, do momento em que se criem as linhas de força da cooperação, os denominadores da solidariedade podem surgir e propiciar formas novas de desenvolvimento e de aproximação efetiva.

Pergunta — Ministro, para encerrar, como o Senhor vê o projeto, em termos de integração econômica?

Resposta — A intenção, em termos econômicos, seria a de criar uma infra-estrutura ágil e eficiente. Este processo é da mais alta importância, e devemos nos lembrar que um dos elementos que distingue fundamentalmente os países industrializados é exatamente o da existência de infra-estrutura acabada. De fato, os desenvolvidos, em seu processo de crescimento, necessitam somente modernizar suas infra-estruturas, enquanto nós, países em desenvolvimento, temos de criar as mesmas infra-estruturas. Somos, assim, obrigados a fazer investimentos de retorno lento, extremamente onerosos, e que são comparativamente maiores em relação aos que as economias desenvolvidas fazem na mesma área. Mas é um esforço absolutamente necessário, base do desenvolvimento econômico, e que, em termos pessoais, equivaleria ao de dar ao trabalhador sua casa e seu instrumento de trabalho. Ao se centrar na integração física, o Pacto Amazônico é base para criar infra-estrutura e, por isto, terá importância econômica. Sobre o assunto, seria importante esclarecer dois pontos.

Em primeiro lugar, o da confusão entre integração física e econômica. O objetivo do Pacto é o de criar infra-estrutura social para a região e, com isto, não se pretende alterar, de forma alguma, as regras de comércio que prevalecem entre os países da região. São dois fenômenos internacionais diferentes e que obedecem a dinâmicas diferentes. Porém, e aqui toco no segundo ponto, a especialização do Pacto não implica uma limitação rígida, e seria válido admitir que a integração física prosiga até formas mais abrangentes de integração. Esta seria, sem dúvida, uma bandeira generosa. De fato, nós, na América

do Sul, somos um continente de países comprimidos uns contra os outros. Nossa vizinhança não se dilui em outras vizinhanças territoriais, e os dois oceanos nos isolam e nos aproximam. Não temos alternativa senão nos entendermos, senão cooperarmos. É claro que há forças que se opõem a nossos interesses de integração, mas saberemos resistir a elas. Precisamos ter a lucidez necessária para dar ao sul-americano aquilo de que necessita, as bases sólidas, econômicas e culturais, para a modernização e para transformar o progresso em um mecanismo realmente útil a nossos povos.*

* Na seção **Comunicados e Notas**, página 136, a nota do Itamaraty à imprensa comunicando a realização da Primeira Reunião Preparatória do Pacto Amazônico.

a viagem do chanceler

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira,
em 3 de outubro de 1977,
durante almoço que lhe
foi oferecido pelo Ministro dos

Negócios Estrangeiros
de Trinidad e Tobago,
John Donaldson,
em Port-of-Spain.

brasileiro a trinidad e tobago

Senhor Ministro,

Muito me tocaram as suas palavras, que senti tão amigas e cordiais quanto tem sido o acolhimento que me vêm dispensando o Governo e o povo trinitário. Todos os contactos que tenho mantido desde aqueles com Suas Excelências o Senhor Presidente da República, interino, Senador Wahid Ali, com o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Eric Williams, e com Vossa Excelência, até aqueles casuais com simples cidadãos do país, me têm confirmado a certeza que já tinha de encontrar em Port-of-Spain o mesmo sentimento de fraterna curiosidade e interesse que temos, no Brasil, com relação ao povo trinitário.

É uma forma muito peculiar de convivência a que une os povos da América Latina e do Caribe. Sentimo-nos vizinhos e companheiros de continente, mas é a amizade espontânea e o sentimento de uma legítima e fundamental solidariedade a nota marcante de nosso relacionamento. Assim, quando as novas nações do Caribe começaram a se tornar Estados independentes, sua incorpo-

ração ao conceito de latino-americanidade se processou sem contestação, tão natural parecia que assim fosse. Essa homogeneização do sentimento caribenho com o sentimento latino-americano torna fácil o nosso convívio e fértil a nossa cooperação.

O Brasil tem procurado expandir os laços de toda ordem que o unem às novas nações do Caribe. O desenvolvimento das relações brasileiro-trinitárias é disso o melhor exemplo.

dois países com posições políticas semelhantes

Na área política, temos mantido freqüentes consultas quer bilaterais, quer no seio dos Organismos regionais e internacionais a que ambos pertencemos. Essas consultas têm revelado uma ampla gama de coincidências em nossas posições, sejam de princípio, sejam de natureza operacional. Compartilhamos arraigada determinação de obter, para nossos povos, as melhores oportu-

tunidades de desenvolvimento global. **Repartindo a crença de que a cooperação internacional, fundada em conceitos operativos de interdependência, é essencial para promover esse resultado, aderimos, ambos, de forma incondicional, aos princípios que consideramos cardiais para as relações internacionais, do respeito mútuo, da não-intervenção, do repúdio à utilização da força nas relações com outros Estados e do direito à auto-determinação.**

No plano econômico, temos cooperado, com proveito recíproco, em áreas de interesse comum, como a da pesca, e procurado ampliar as possibilidades de cooperação, tanto econômica e comercial como técnica e tecnológica.

No plano cultural, na medida de nossas possibilidades, temos procurado fazer realidade aquilo que temos sempre considerado ser o primeiro dever dos países em desenvolvimento — a cooperação horizontal entre nós, a disposição de tornar mutuamente acessíveis os nossos progressos no benefício de todos.

Esses esforços de aproximação respondem ao desejo recíproco e sincero de nossos Governos, mas são, também, uma imposição dos fatos.

duas regiões dinâmicas

O Brasil e o Caribe são regiões das mais dinâmicas do continente. É natural, pois, que se busquem e se dêem apoio nessa grande aventura do desenvolvimento. Todo o Caribe passa por rápida transformação, que promete, para o conjunto dos países da região, célebre e progressivo crescimento econômico e conseqüente maior expressão política continental. Essa evolução é particularmente expressiva em Trinidad e Tobago, cujo exitoso esforço de progresso econômico merece nossa admiração.

Por todas essas razões, Senhor Ministro, espero que esta minha visita a Port-of-Spain constitua um passo relevante para um maior estreitamento das relações entre nossos países. Pode Vossa Excelência estar certo de que não pouparemos esforços nesse sentido.

Desejo, ao terminar, pedir a todos que ergam as taças comigo para brindar pela felicidade pessoal do Presidente da República, interino, Senador Said Wahid Ali, do Doutor Eric Williams, Primeiro-Ministro, pela saúde de Vossa Excelência, e pela constante prosperidade do povo de Trinidad e Tobago.

comunicado conjunto destaca os campos de cooperação com trinidad e tobago

Comunicado Conjunto
Brasil-Trinidad e Tobago, assinado em
Port-of-Spain, em
4 de outubro de 1977, pelo Ministro de Estado
das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira, e pelo

Ministro dos Negócios Exteriores, John Stanley Donaldson.

A convite do Governo de Trinidad e Tobago, o Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, efetuou uma visita oficial a Trinidad e Tobago, de 2 a 4 de outubro de 1977.

2. O Chanceler brasileiro se fez acompanhar, de sua esposa e da seguinte comitiva: Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas; Embaixador Geraldo Egydio da Costa Holanda Cavalcanti, Secretário Especial de

Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral; Ministro Adolpho Correa de Sá e Benevides, Assessor do Ministro de Estado; Conselheiro Luiz Cláudio Pereira Cardoso, Chefe da Divisão da América Central e Setentrional; Conselheiro Luiz Felipe Lampreia, Secretário de Informações e Conselheiro José Nogueira Filho, Coordenador de Assuntos Políticos do Gabinete do Ministro de Estado.

3. O Chanceler brasileiro foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senador Wahid Ali, Presidente, interino, da República de Trinidad e Tobago, ao qual apresentou os mais cordiais cumprimentos do Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel e por Sua Excelência o Doutor Eric Williams, Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, ao qual reafirmou os laços de amizade do povo brasileiro pelo povo trinitário. Foi recebido também pelo Ministro de Negócios Exteriores e Segurança Nacional, Senador John Stanley Donaldson, com quem examinou problemas de interesse para os dois governos.

4. O Chanceler do Brasil foi, no dia 2 de outubro, convidado de honra de um jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro Dr. Eric Williams, na residência do Primeiro-Ministro. No dia seguinte, foi homenageado, com um almoço, pelo Chanceler Donaldson, e, na noite do mesmo dia, Sua Excelência o Senador Wahid Ali, Presidente, interino, da República. Sua Excelência o Dr. Eric Williams, Primeiro Ministro, e Sua Excelência o Senador John Donaldson, Ministro dos Negócios Exteriores, Ministros de Estados e outras autoridades de Trinidad e Tobago foram recepcionados pelo Chanceler Azeredo da Silveira.

intensificar o relacionamento bilateral

5. Nas conversações entre o Primeiro-Ministro, Ministros e autoridades de Trinidad e Tobago e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, foram passadas em revista, em atmosfera da mais cordial amizade, as principais questões multilaterais e bilaterais de interesse mútuo. Na análise de tais questões, acentuaram a contribuição que ambos os países podem prestar para a so-

lução dos problemas econômicos, sociais e culturais. Nessas conversações, animou-se o espírito de procurar identificar as áreas de coincidência entre os interesses dos dois países, com vistas não somente a uma intensificação do relacionamento bilateral, mas também a uma coordenação de sua atuação nos mais diversos campos, inclusive nos organismos internacionais de que ambos participam.

6. Os Ministros reafirmaram sua incondicional solidariedade aos princípios fundamentais da igualdade soberana dos Estados, de solução pacífica das controvérsias, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados e da cooperação internacional para o desenvolvimento.

7. Reiteraram sua confiança no trabalho da Organização das Nações Unidas, tendo em vista os propósitos e princípios da Carta.

8. Reafirmaram a adesão de seus Governos ao princípio da soberania permanente e inalienável dos Estados sobre seus recursos naturais, e ao direito de dispor livre e soberanamente dos mesmos, para utilizá-los em favor do desenvolvimento econômico e social de seus povos.

9. Trocaram impressões sobre a evolução dos trabalhos na Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e concordaram na necessidade de estabelecer um regime e uma autoridade internacional para a exploração e utilização dos fundos marinhos além dos limites das jurisdições nacionais, dentro de uma concepção justa, equitativa e que tenha por base o reconhecimento de que tais recursos constituem patrimônio comum da humanidade.

10. Observaram os progressos alcançados no processo de descolonização que ambos desejam ver completado o mais breve possível, e repudiaram todas as práticas de **apartheid** e de discriminação racial. Concordou-se em que deveriam ser previstas medidas especiais para enfrentar os problemas particulares dos pequenos Estados, assunto que merece presentemente especial consideração por parte de Trinidad e Tobago.

soluções justas para os problemas econômicos mundiais

11. Consideraram, que a eliminação das diferenças que separam os países em desenvolvimento dos países desenvolvidos tem importância fundamental para o progresso da humanidade. Nessas condições, sublinharam a conveniência de enfoques novos e construtivos nas relações internacionais, para o estabelecimento de uma nova ordem econômica, que tenha por objetivo aproximar o nível de desenvolvimento econômico e social de todas as nações e que propicie encontrar soluções justas para os problemas econômicos mundiais.

12. No contexto das relações interamericanas, ressaltaram que o progresso de cada país se beneficia com o desenvolvimento econômico e social de toda América Latina. Reconheceram que, embora o desenvolvimento seja responsabilidade precípua de cada Estado, faz-se mister que todos participem dos frutos do crescimento econômico e que se adotem normas precisas que visem ao estabelecimento de um sistema de segurança econômica coletiva para o desenvolvimento.

13. Os Ministros tomaram nota, com satisfação, dos resultados da visita que, a convite do Governo da República de Trinidad e Tobago, fez, de primeiro a quatro de setembro do corrente ano a este país, o Senhor Shigeaki Ueki. No Comunicado Conjunto, então divulgado, são assinaladas, como áreas de possível cooperação, a indústria do ferro e do aço, o fornecimento de minério de ferro brasileiro, o estabelecimento de uma usina de pelletização em Trinidad e Tobago, a comercialização de produtos finais de aço fabricados em Trinidad e Tobago, a eventual prospecção de petróleo, a expansão de refinarias em Trinidad e Tobago e de instalações de armazenamento de óleo, e a compra de derivados de petróleo pelo Brasil. Foi ainda examinada, durante a visita do Ministro das Minas e Energia do Brasil, a possibilidade de se estabelecerem empreendimentos conjuntos relacionados à fabricação e reciclagem de papel, moagem de soja e pelletização, bem como cooperação tecnológica em diversos

campos, entre os quais a indústria do petróleo, resseguros, navegação, indústrias derivadas da siderurgia, alimentos e agricultura. Foram, por outro lado, tratados temas relativos ao estabelecimento de uma ligação aérea direta e a casas pré-fabricadas.

14. Reafirmaram a importância que atribuem ao trabalho da Comissão Mista Brasil-Trinidad e Tobago. Expressaram, outrossim, o desejo de examinar as oportunidades existentes de complementação entre as economias dos dois países, em particular no campo da agricultura.

15. Ressaltaram as vantagens mútuas decorrentes dos acordos bilaterais que têm disciplinado as atividades pesqueiras desde 1972 e expressaram o desejo de encontrar, no futuro, novas fórmulas de cooperação bilateral no setor da pesca.

16. No campo do intercâmbio cultural, ambas as partes convieram em expandir e intensificar o programa de concessão de bolsas para estudantes de Trinidad e Tobago, em nível de pós-graduação, ora em execução em universidades brasileiras. O Governo brasileiro prometeu, outrossim, prestar assistência a Trinidad e Tobago designando um professor de português para ensinar em Trinidad e Tobago.

17. Da mesma forma, os dois Governos se comprometeram a adotar medidas para facilitar os contatos inter-universitários, através de convênios específicos, com o objetivo de favorecer a permuta de publicações e de material didático, além do intercâmbio de professores e estagiários.

cooperação em campos específicos

18. O Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil discutiram amplamente os meios e modos de desenvolver a cooperação bilateral em certos campos específicos, tais como transportes aéreos, pesquisa e comercialização no setor de alimentos, ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento. Na área marítima, ficou acordado que as duas partes explorariam a possibilidade de

os Governos do Brasil e de Trinidad e Tobago cooperarem, sob a forma de empreendimento conjunto, com vistas a melhorar o acesso a Port-of-Spain e a outros portos. Tal empreendimento conjunto incluiria atividades de resgate de navios afundados nas águas de Trinidad e Tobago, proporcionando ainda oportunidade de treinamento da Guarda-Costeira de Trinidad e Tobago nesse e em outros campos correlatos, em particular no da Marinha Mercante.

19. As duas partes concordaram em dar prioridade à negociação e conclusão de um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Esse Acordo servirá de base para a cooperação bilateral em várias áreas específicas a serem identificadas. Trinidad e Tobago está considerando, em caráter de urgência, proposta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a respeito do assunto.

20. Com relação à alimentação e agricultura, as duas partes discutiram a possibilidade de cooperar com vistas a um intercâmbio mutuamente vantajoso de conhecimento e experiência técnica nos campos de comercialização e da tecnologia da produção de alimentos.

21. Em relação a transportes aéreos, o Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago expressou interesse no restabelecimento de comunicação aérea direta entre o Brasil e Trinidad e Tobago. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil concordou com a importância de tal ligação, que merece estudo mais aprofundado.

22. As duas partes concordaram em examinar áreas de cooperação com vistas ao estabelecimento, em Trinidad e Tobago, de um Instituto de Línguas para o ensino de Português e de outros idiomas. Este Instituto deverá, entre outras atividades, dar atenção especial ao ensino dos aspectos técnicos e científicos de Português e de outros idiomas.

23. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil ofereceu vagas no Instituto Rio-Branco, a partir de 1979, destinadas a membros do Serviço Diplomático de Trinidad e Tobago. A oferta foi recebida com grande interesse e satisfação.

24. Concordou-se em que as visitas, ao Brasil, de missões chefiadas pelos Ministros da Agricultura, Terras e Pesca, e de Petróleo e Minas, de Trinidad e Tobago, poderiam servir para intensificar e fortalecer os vínculos entre os dois países. Foi acordado ainda que tais visitas deveriam realizar-se em futuro próximo.

25. O Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil concordaram em adotar uma política de estreita colaboração nesses e em outros assuntos e em prosseguir em francas e abertas consultas, para o benefício de ambos os países.

26. O Primeiro Ministro foi convidado a visitar oficialmente o Brasil e aceitou, com prazer, o convite, para uma data a ser marcada de comum acordo.

Declaração do Chanceler
Azeredo da Silveira à imprensa, no

Aeroporto de Brasília, em 5 de outubro de 1977, momentos
após desembarcar de regresso de sua viagem aos Estados Unidos,
Trinidad e Tobago e Venezuela.

os resultados da visita do chanceler brasileiro a nova york, port-of-spain e caracas

Os contatos por mim mantidos em Nova York foram extremamente produtivos em todos os sentidos. Em conversações com

os Chanceleres de muitos países, especialmente latinos-americanos, africanos e asiáticos, examinei temas gerais de política

internacional e, sobretudo, em particular, problemas referentes à ampliação de nossas relações comerciais. Com autoridades norte-americanas, minhas conversações também foram extremamente produtivas e positivas. Tive a oportunidade de conversar com o Secretário de Estado Cyrus Vance durante uma hora, quando passamos em revista, de modo geral, os vários pontos das relações Brasil-Estados Unidos, inclusive a visita do Presidente Carter ao Brasil, em novembro próximo. E o resultado deste encontro foi muito importante para os dois países. Além disto, queria ressaltar que, nos contatos com Cyrus Vance, e com outros funcionários norte-americanos, anotei que não existe nenhum espírito de oposição ao Brasil. Ao contrário, o clima é bastante favorável e propício ao entendimento com nosso País.

Também em Trinidad e Tobago, meus contatos foram muito significativos. Em Port-of-Spain, no jantar com o Chanceler John Stanley Donaldson, foram iniciados entendimentos com o objetivo de estabelecer vínculos políticos, econômicos, culturais e comerciais com esse país do Caribe, que tem, de fato, uma situação hoje bastante importante, inclusive porque atravessa um período econômico de muita prosperidade. No Comunicado Conjunto, exploramos várias áreas de cooperação. Espero que esses esforços frutifiquem a muito curto prazo. O Brasil tem interesses na área e vai expandi-los.

Em Nova York, por exemplo, eu me avistei com o Ministro das Relações Exteriores da Jamaica, Paterson. Aliás, o Ministro anterior tinha comigo também relações muito boas. Paterson foi nomeado há alguns meses atrás e nossos primeiros contatos foram na Conferência Norte-Sul. Agora aprofundamos esses contatos e eu lhe prometi que visitaria a Jamaica. Passei rapidamente em Barbados, onde tive a oportunidade de conversar com o Vice-Cônsul do Brasil. Recentemente abrimos um Vice-Consulado de carreira em Bridgetown, e tive notícia lá, em Barbados, de que o Governo desse país pretende enviar uma Missão ao Brasil, chefiada pelo Vice-Primeiro Ministro, com o objetivo de explorar a possibilidade de maior comércio e de maior cooperação com

nosso país. Dei a minha resposta inicial muito favorável à vinda dessa Missão e espero que ela possa estar no Brasil no princípio do ano.

Pouco antes de levantar vôo de Trinidad e Tobago, tive notícias, pelo Embaixador em Caracas, de que o Presidente Carlos Andrés Pérez me pedia que fosse vê-lo em Caracas, quando de minha passagem pela Venezuela. Estou dizendo pela Venezuela porque o hotel que eu tinha reservado era em La Guaira, apenas para passar cinco horas, à espera do avião que nos traria ao Brasil. Tive anteriormente reuniões com o Chanceler venezuelano, mas esse convite do Presidente venezuelano foi para mim uma total surpresa e eu o recebi muito honrado e com enorme prazer. Como o Chanceler está em Nova York, fui recebido no aeroporto com muita cordialidade pelo Ministro, interino, que é o Vice-Ministro, Dr. Jorge Gomes Marchesini. Ele foi extremamente gentil comigo e, inclusive, depois da conversa de uma hora que tive com o Presidente, ofereceu um jantar a mim e à minha comitiva.

A conversa com o Presidente venezuelano foi, como já disse, de uma hora e, nela, só tomaram parte o Ministro, interino, e o Embaixador do Brasil em Caracas, além do próprio Presidente Carlos Andrés Pérez e eu. A conversa foi extremamente cordial. O Presidente afirmou que me havia chamado justamente para dar uma demonstração do interesse da Venezuela em intensificar seu relacionamento com o Brasil. Nossas relações têm sido boas, mas, embora o comércio tenha crescido bastante ultimamente, ainda é um relacionamento realmente muito aquém das possibilidades de ambos os países. O Presidente Carlos Andrés Pérez foi extremamente gentil comigo e pediu-me que transmitisse ao Presidente Ernesto Geisel o convite para que visitasse a Venezuela. Insistiu também comigo para que eu realizasse a visita à Venezuela que estava programada há alguns meses. Naturalmente afirmei que o Presidente da República certamente receberia com prazer essas manifestações de apreço e esse convite. Da mesma forma disse que também iria à Venezuela com enorme prazer

e que a definição da época dependeria da data que fosse marcada para o encontro presidencial. Creio pessoalmente que as relações entre os dois países devem ser intensificadas. Não se justifica nem sequer um relativo silêncio nessas relações. Tenho a certeza de que as relações entre Brasil

e Venezuela serão úteis aos dois países, ao próprio relacionamento na América do Sul entre os países latino-americanos e também no âmbito interamericano. Assim, agora o que nos cabe é trabalhar no sentido de que essas idéias e essas intenções frutifiquem e dêem bons resultados.

ministro do exterior da dinamarca em Brasília

Discursos dos Chanceleres brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira, e dinamarquês, Knud Borge Andersen, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 24 de outubro de 1977.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Ministro,

É com grande prazer que o recebemos no Brasil. A presença de Vossa Excelência na nossa capital é significativa do bom relacionamento que prevalece entre nossos Governos, reflexo do entendimento e da simpatia que unem os nossos povos.

A visita de Vossa Excelência ocorre treze anos depois da que nos fez o Ministro Per Haekkerup. Foram treze anos de grandes transformações no mundo, na Dinamarca e no Brasil. Sob muitos aspectos, o Brasil que Vossa Excelência está conhecendo agora é um outro país.

Durante esses anos vivemos um período de extraordinário dinamismo econômico e social. Restaurada a ordem social interna, abalada pelos profundos desequilíbrios do início da década de 60, o Brasil pôde alcançar na década de 70, taxas anuais de cresci-

mento inigualáveis, taxas que, mesmo diminuídas após a crise geral que teve sua origem em 73, ainda continuaram a se colocar entre as mais elevadas do mundo. Esse extraordinário ritmo de desenvolvimento se procedeu dentro de um contexto em que a harmonia foi sempre a palavra de ordem: harmonia entre o crescimento do setor externo e o do interno, entre a industrialização e o progresso do setor agrícola, do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Temos hoje, Senhor Ministro, uma sociedade ordeira e pacífica, industrializada e otimista quanto às perspectivas sempre mais favoráveis para a construção do Brasil próspero e feliz, que é o desejo de toda a nossa população.

brasil confia na cooperação internacional

Uma das características do modelo brasileiro tem sido a confiança na cooperação internacional. O rápido crescimento do nosso comércio externo — que, no período a que

nos referimos, se multiplicou mais de dez vezes — e a expansão da cooperação econômica, financeira e tecnológica estrangeira para os programas de desenvolvimento do Brasil acentuam o caráter aberto da nossa economia.

As relações entre o Brasil e a Dinamarca se têm beneficiado dessas características. Nosso comércio está em expansão, embora muito ainda se possa fazer para ampliá-lo, diversificá-lo e, na medida do possível, torná-lo mais equilibrado. Essa tarefa é de todos os que, de um lado e de outro, se podem beneficiar com esse comércio. Devemos encorajar a iniciativa privada a identificar as crescentes oportunidades que certamente existem para a expansão geral do intercâmbio.

Quanto à cooperação econômica e tecnológica, também ela se vem beneficiando de um melhor conhecimento recíproco. Os investidores dinamarqueses ocupam lugar de destaque entre os aplicadores de capital estrangeiro que participam do desenvolvimento industrial do Brasil. Creio que o Brasil é o maior destinatário de investimentos dinamarqueses no continente americano, uma distinção que muito apreciamos.

Esse intercâmbio mais intenso e essa cooperação econômica mais ativa têm valorizado ainda mais o aporte que o progresso tecnológico dinamarquês pode trazer para o desenvolvimento do Brasil e das relações entre o Brasil e a Dinamarca. Estamos prontos para receber essa cooperação e desejosos de que ela seja a mais variada possível. Certamente ela seria benéfica, já no curto prazo, em setores como o agropecuário e o portuário, nos quais a experiência dinamarquesa é renomada.

raízes históricas do relacionamento com a dinamarca

Perto que estamos do centenário da morte do Doutor Peter Lund, o naturalista dinamarquês que dedicou sua longa existência a pesquisas e estudos no Brasil, não seria demais recordar que o aporte cultural e ci-

entífico da Dinamarca à cultura brasileira tem raízes históricas antigas que podem e devem servir de inspiração para o desenvolvimento das relações entre os dois povos no futuro.

Senhor Ministro,

Nossas conversações no dia de hoje foram extremamente proveitosas. Foi-nos possível verificar o grande grau de coincidência que existe não apenas no entendimento que temos das potencialidades do intercâmbio bilateral em todos os domínios mas, também, em tantas das nossas posições de política internacional. Essas coincidências na maneira de compreender os principais problemas na cena mundial contemporânea as encontramos em certos aspectos globais do relacionamento internacional e em setores e áreas específicas. Apraz-me, particularmente, ressaltar o perfeito entendimento que encontramos haver nas políticas de nossos dois Governos no que diz respeito à defesa dos valores do mundo ocidental em regiões recentemente tornadas independentes do colonialismo. A atuação de nossos dois Governos nessas áreas terá sido uma valiosa contribuição para a permanência daqueles valores.

Senhor Ministro,

Ao desejar a Vossa Excelência a melhor estada entre nós, formulo votos que sua visita contribua para um ainda maior conhecimento recíproco entre nossos povos, aos quais sobram razões para se compreendem e se ajudarem. Vossa Excelência, ao levar daqui, como não poderá deixar de ser, a lembrança do carinho e da amizade com que está sendo recebido, poderá estar certo de que esse carinho e essa amizade são o retrato fiel dos sentimentos de todo o povo brasileiro pelo povo dinamarquês.

É com grande honra e prazer que peço aos presentes que acompanhem em um brinde à saúde e felicidade de Vossa Excelência e da Excelentíssima Senhora Andersen e à prosperidade sempre maior da nação dinamarquesa.

CHANCELER DINAMARQUÊS

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Senhora Azeredo da Silveira,

Senhoras e Senhores,

Permita-me, inicialmente, agradecer-vos, Senhor Ministro, pelas palavras bondosas de boas-vindas dirigidas à minha delegação e à mim próprio, e também pelos sentimentos de amizade externados com relação ao meu país. Sentimo-nos sensibilizados pela calorosa recepção e hospitalidade com que temos sido distinguidos desde o início de nossa estadia no Brasil.

Já são decorridos alguns anos desde a última visita ao Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores da Dinamarca, que realizou-se em 1966. Mas, permita-nos apreciá-la do ponto de vista de nossas mútuas relações centenárias, já que nossos dois países têm mantido relações diplomáticas por mais de 150 anos. Na verdade, a Dinamarca é um dos países — se não o país — que possui as mais longas relações diplomáticas com o Brasil. Nosso primeiro Encarregado de Negócios chegou ao Rio muito cedo, em 1816 — antes mesmo da Independência do Brasil — e seu sucessor iniciou sua carreira no Brasil como Oficial da Marinha Imperial. O comércio e a navegação logo se desenvolveram entre nossos países e um número relativamente grande de emigrantes dinamarqueses foram atraídos por este imenso país tropical. Um dos mais distinguidos dinamarqueses que vieram ao Brasil pela primeira vez, em 1825, foi o cientista Dr. Peter Vilhelm Lund que viveu e trabalhou no Brasil por muitos anos até à sua morte em 1880. A exploração de cavernas, a descoberta do homem da Lagoa Santa e de animais pré-históricos ligaram intimamente sua fama ao Brasil e ambos os países podem justamente se orgulhar dele.

Outros emigrantes, intelectuais, empresários, engenheiros e industriais, em número

bastante elevado, têm, no decorrer dos anos, se fixado no Brasil atraído pelas grandes oportunidades.

Geograficamente estamos muito longe um do outro e podemos diferir em muitos aspectos mas somos, embora de maneiras diferentes, ambos frutos da civilização ocidental.

As relações entre nossos dois países, é verdade, têm sido caracterizadas principalmente pelo comércio. Tanto é que, o primeiro tratado de comércio e navegação entre o Brasil e a Dinamarca foi logo assinado em 1828, o que muito cedo deu motivo ao estabelecimento de diversos consulados em várias cidades brasileiras.

Hoje, os laços econômicos entre nossos países são ainda mais estreitos. O Brasil agora é um dos países do mundo onde é encontrado um número maior de empresas dinamarquesas.

Considerando que a Dinamarca é um país pequeno, não dispondo praticamente de recursos naturais, temos que garantir a nossa existência através do comércio exterior que, efetivamente, é um dos mais elevados do mundo per capita.

dinamarca é favorável ao livre comércio

A Dinamarca é tradicionalmente a favor do livre comércio e da concorrência internacional livre. Relações comerciais abertas são vitais para nós e uma das maiores prioridades do Governo dinamarquês é incrementar o intercâmbio de mercadorias com todos os países. Portanto, lamentamos profundamente as crescentes tendências do protecionismo no mundo de hoje, o que consideramos seriamente deteriorativo à prosperidade e ao desenvolvimento de um mundo ainda em crescente interdependência.

No cenário internacional, o Brasil e a Dinamarca estão cooperando em vários campos e organizações — particularmente dentro do

âmbito das Nações Unidas, de quem ambos os países são membros originais. Esta cooperação é realizada apesar das nossas diferenças históricas, política e econômica: o Brasil é um país de dimensões continentais e com enormes reservas de recursos naturais. A exportação destas matérias primas e o avançado grau de industrialização no Brasil permite-lhe desempenhar um papel importante na economia mundial e assumir uma posição de liderança no diálogo entre os países industrializados e em desenvolvimento com relação à nova ordem econômica mundial. O excepcional desenvolvimento econômico e industrial do Brasil a partir do fim da Segunda Guerra Mundial é parte da razão do reconhecimento internacional do Brasil como uma potência mundial emergente. Brasília, a nova Capital, é o impressionante símbolo deste progresso.

A política exterior da Dinamarca baseia-se em quatro pontos fundamentais, que nasceram de lições da História: nossa tradicional cooperação com os demais países nórdicos e nossa participação na Comunidade Européia, na Organização do Tratado do Atlântico Norte e nas Nações Unidas. Dentro de todos esses âmbitos, os quais no nosso entender são suplementares e não competitivos, o Governo dinamarquês prossegue a sua política de cooperação pacífica entre os Estados, o não-emprego de força, desarmamento, distensão, respeito aos direitos humanos, abolição da discriminação racial e o estabelecimento de uma distribuição igual e mais justa dos recursos econômicos do mundo. É política do Governo dinamarquês manter contatos bilaterais com todos os países, quaisquer que sejam seus sistemas políticos.

A posição geográfica da Dinamarca bem como nossa experiência histórica constituem o motivo de nosso interesse nas relações Este-Oeste. A segurança que nos é propi-

ciada pela nossa participação na Aliança do Atlântico nos fornece as bases para uma contribuição construtiva à causa da distensão na Europa. A distensão, por sua vez, tem proporcionado oportunidades ao crescimento da cooperação entre a Dinamarca e os países ocidentais europeus, alguns dos quais são nossos vizinhos através do mar Báltico.

No momento, nossa atenção no contexto da distensão na Europa está focalizada na reunião de Belgrado para seguir de perto a conferência sobre a segurança e cooperação na Europa. Lutamos pela total implementação de todas as partes do ato final de Helsinki com o propósito de tornar a distensão uma realidade tangível a cada cidadão individualmente, no Oriente e no Ocidente.

O Governo dinamarquês acolheria com prazer uma maior cooperação nas futuras relações ente o Brasil e a Dinamarca, as quais gostaríamos de ver incrementadas em todos os campos — incluindo o firme crescimento das relações comerciais e demais cooperações tecnológica, científica e cultural.

Na Dinamarca seguiremos de perto o rápido crescimento de seu país e espero que minha visita inicie contatos ainda mais estreitos e mais freqüentes, em todos os níveis, entre nossos dois países.

Senhoras e Senhores,

Expressando os meus mais sinceros votos pela prosperidade e felicidade do Brasil e do povo brasileiro, permitam-me propor um brinde à República Federativa do Brasil, ao seu Presidente, Sua Excelência Ernesto Geisel, e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores e Senhora Azeredo da Silveira.

comunicado de imprensa

Comunicado de imprensa Brasil-Dinamarca, divulgado pelo Palácio Itamaraty de Brasília, em 25 de outubro de 1977, ao final da visita do Ministro dinamarquês dos Negócios Estrangeiros, K. B. Andersen.

brasileiro-dinamarquês

Atendendo a convite do Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Senhor K. B. Andersen, Ministro de Negócios Estrangeiros da Dinamarca, realizou visita oficial a Brasília, de 24 a 26 de outubro de 1977. O Senhor K. B. Andersen fez-se acompanhar de altos funcionários do Ministério de Negócios Estrangeiros da Dinamarca e de representantes da imprensa dinamarquesa.

O Ministro de Negócios Estrangeiros dinamarquês foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Presidente Ernesto Geisel, a quem transmitiu as saudações do Governo dinamarquês e seu desejo de intensificar as relações entre Brasil e Dinamarca.

O Ministro de Negócios Estrangeiros visitou o Presidente do Senado, Senhor Petrônio Portella, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Marco Antonio Maciel; foi também recebido pelo Ministro da Fazenda, Professor Mário Henrique Simonsen, e pelo Ministro interino da Indústria e do Comércio, Dr. Lycio de Faria.

Os Ministros de Relações Exteriores do Brasil e da Dinamarca passaram em revista as principais questões multilaterais de interesse mútuo. Trocaram informações acerca de importantes questões relativas à cooperação regional na Europa e na América Latina.

No plano bilateral os dois Ministros examinaram as relações entre os dois países em todos os campos. Tomaram nota do grande volume de investimento no Brasil graças à participação do Fundo Dinamarquês de In-

dustrialização para o Desenvolvimento. A parte dinamarquesa expressou seu interesse pela continuação dessa tendência.

Também passaram em revista a recente evolução de seu intercâmbio, com vistas a expandir e diversificar o seu comércio bilateral e, na medida do possível, a conseguir trocas comerciais mais equilibradas. Também concordaram em explorar novos meios de estreitar seus laços econômicos e sua cooperação mútua. O Ministro do Exterior dinamarquês acolheu favoravelmente uma proposta brasileira no sentido de estabelecer um grupo de cooperação econômica e técnica com vistas a solucionar problemas nesses campos.

Os dois Ministros concordaram quanto à conveniência de aumentar a cooperação no campo de ciência e tecnologia e de intensificar o intercâmbio cultural brasileiro-dinamarquês. Notaram com satisfação o desenvolvimento positivo que se verificou nesses campos durante os últimos anos e concordaram ademais que trocas de pontos de vista mais freqüentes deveriam se realizar com relação a esses assuntos.

O Ministro de Negócios Estrangeiros dinamarquês convidou o Ministro Azeredo da Silveira a retribuir a visita, em momento mutuamente conveniente. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil aceitou esse convite com prazer.

Em sua visita a São Paulo, a 26 de outubro, o Ministro Andersen será recebido em audiência pelo Governador Paulo Egydio Martins, e deverá encontrar-se com empresários brasileiros e a comunidade dinamarquesa.

a ix reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira
na sessão de abertura dos trabalhos da
IX Reunião de Chanceleres dos
Países da Bacia do Prata,

em Assunção, em 6 de dezembro de 1977.

Excelentíssimo Senhor
General-de-Exército Don Alfredo Stroessner,
Presidente da República do Paraguai

Cabe-me, Senhor Presidente, a honra de dirigir a Vossa Excelência os sentimentos de apreço e de agradecimento com que as delegações aqui reunidas recebem sua presença nesta sessão de abertura dos trabalhos da IX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. Nela reconhecemos o expressivo testemunho da importância e do apoio que Vossa Excelência e o Governo paraguaio têm conferido aos esforços de cooperação regional de nossos países, substanciados no Tratado de Brasília e nos atos dele decorrentes.

Permita-me, Excelentíssimo Senhor Presidente, que congratule com Sua Excelência o Chanceler Alberto Nogués pelo fato de encontrar-se na direção de nossos trabalhos, na qualidade de Presidente desta Reunião de Chanceleres. Suas elevadas qualifi-

cações pessoais e diplomáticas o credenciam sobejamente para a alta função a que foi conduzido e constituem motivo de confiança no êxito das atividades que ora se iniciam.

Tenho a satisfação de assinalar também a grata circunstância de que se realize em Assunção o presente encontro. Agradecemos sensibilizados a hospitalidade das autoridades e do povo paraguaio, cujas amabilidades nos têm acompanhado desde que chegamos a este país.

Senhor Presidente,

Completa uma década este ano o processo de cooperação da Bacia do Prata. Com efeito, em 1967, em Buenos Aires, eram dados os passos iniciais para a estruturação desse sistema de colaboração entre os países da área, guiados, então como hoje, pela resolução de seus Governos de conjugar esforços em benefício dos interesses comuns. Foi a própria evolução do processo que exigiu sua institucionalização, mediante a as-

sinatura do Tratado da Bacia do Prata, em 1969, e o subsequente estabelecimento de seus mecanismos de implementação.

buscar novas formas de cooperação

O fato de celebrarmos esta nova reunião de Chanceleres confirma o empenho firme e a nítida consciência que têm nossos países da importância da cooperação regional. Estamos conscientemente decididos a dar plena continuidade à consecução das metas fixadas, e a buscar, continuamente, novas formas de cooperação.

O Presidente Ernesto Geisel, quando da abertura dos trabalhos da VIII Reunião de Chanceleres, ano passado, em Brasília, expressou com clareza o pensamento do Governo brasileiro quando disse que, dentro de sua política internacional de âmbito ecumênico, o Brasil atribui, como não poderia deixar de ser, prioridade às suas relações com os países da América Latina, especialmente com os que lhe estão mais próximos.

Ao mesmo tempo, convencido de que o sistema da Bacia do Prata atende perfeitamente aos interesses dos Estados participantes e fiel ao princípio basilar do respeito aos pactos internacionais, o Governo brasileiro continuará a apoiá-lo.

É com esse mesmo espírito construtivo e confiante que o Brasil se faz presente aos trabalhos que ora têm lugar em Assunção.

Em dezembro de 1976, paralelamente à VIII Reunião de Chanceleres, realizou-se em Brasília a primeira reunião da Diretoria Executiva do Fundo Financeiro. Este acontecimento teve o valor de um marco histórico para o desenvolvimento dos países da Bacia do Prata, pois, completada a fase de institucionalização, nos preparávamos para encaminhar realizações concretas.

Transcorrido um ano daquele primeiro encontro, verificamos com satisfação o saldo positivo das atividades da Diretoria Executi-

va. Aos seus integrantes desejo deixar registro dos agradecimentos de meu Governo pelos muitos trabalhos concluídos. É justo ressaltar, em especial, o mérito das decisões de caráter normativo, que permitem o início, a curto prazo, de sua atuação. Devemos agradecer, igualmente, ao Governo da Bolívia, que ofereceu as facilidades necessárias ao bom funcionamento dos trabalhos da Diretoria na cidade de Sucre, sede do Fundo.

O Brasil considera que a entidade financeira é um dos instrumentos mais aptos e promissores para a promoção do desenvolvimento regional. A realização, nesta oportunidade, da I Reunião Ordinária da Assembléia de Governadores é acompanhada com grande interesse pelo Governo brasileiro.

As atividades dos Grupos de Trabalho convocados este ano pelo Comitê Intergovernamental Coordenador, nos termos da Resolução 60 (VIII) da Reunião de Cochabamba, apresentam igualmente saldo positivo. Em outubro, realizou-se em Brasília, a II Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica II, dedicada aos Recursos Hídricos e a Outros Recursos Naturais. O encontro foi marcado por um clima de grande cordialidade e pela preocupação de todas as Delegações de obter resultados efetivos para suas decisões e recomendações.

Foram também satisfatórios os resultados das Reuniões dos Grupos das Áreas Básicas I e IV, de Transportes e de Setores Sociais, que se realizaram, respectivamente, em Buenos Aires e Montevideú. A par de uma troca proveitosa de pontos de vista, os Grupos analisaram diversas possibilidades de ações futuras, apresentando ao Comitê sugestões promissoras. No âmbito da Reunião de Transportes, em particular, merece ser mencionado o pedido de cooperação do CIC para o encaminhamento de solicitações de financiamentos de estudos de projetos ao Fundo Financeiro.

Estaremos empenhados, agora, na tarefa de examinar as proposições que nos são submetidas pelo CIC e, nos termos do Artigo II do Tratado, em "apreciar e avaliar os resultados obtidos". Dedicaremos também nos-

os esforços a "discutir as diretrizes básicas" para nossa atuação futura.

novas fórmulas para ampliar a cooperação regional

O quadro institucional de que já dispomos se tem mostrado perfeitamente apto para canalizar e moldar nossos propósitos de cooperação. Acredito que a principal característica desses trabalhos é a flexibilidade que os tem inspirado e que tem facilitado o equacionamento de problemas freqüentemente complexos. **No futuro, estaremos encontrando novos desafios, buscando novas fórmulas para ampliar a cooperação regional — e o desejo brasileiro é de que se conserve o mesmo clima amplo de compreensão e de progresso que já nos garantiu tantos sucessos.**

Renovo a palavra brasileira de confiança e de fé no processo da Bacia do Prata. As realizações comuns nesses dez últimos anos são motivo de orgulho e de ânimo novo para os trabalhos futuros. Manteremos fir-

mes nossos sentimentos de cooperação e teremos a sabedoria de encontrar o denominador comum de nossos interesses.

A Delegação do Brasil aqui se encontra com ânimo construtivo. Estamos empenhados no êxito desta reunião, que tem início sob clima tão auspicioso. Sabemos que nossa tarefa se projeta para o futuro, com as promessas de horizontes ainda pouco explorados, mas já com a solidez dos entendimentos que tomam por base a consciência dos interesses de cada um de nossos países.

As palavras de fidelidade e estímulo à cooperação regional pronunciadas por Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Alberto Nogués, na inauguração desta reunião, servirão de inspiração para os nossos trabalhos. Saberemos encontrar, no clima de amizade fraterna de Assunção e no exemplo do espírito paraguaio de cooperação regional, os caminhos que garantirão o êxito desta IX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Muito obrigado.

visita de vance dá seqüência ao memorando de entendimento

Dentro do mesmo espírito que orientou a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos, o Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, realizou visita oficial a Brasília, nos dias 22 e 23 de novembro de 1977, oportunidade em que — diretamente ou através de seus assessores — foram discutidos assuntos de interesse dos dois países. A visita de Vance foi precedida de uma estada na Argentina e, de Brasília, ele seguiu para Caracas, na Venezuela.

O Secretário de Estado norte-americano desembarcou na Base Aérea de Brasília às 11,30 horas do dia 22 de novembro, acompanhado de sua esposa, Senhora Grace S. Vance, e de altos assessores do Governo dos Estados Unidos, entre eles: Secretário de Estado Assistente para Assuntos Econômicos e Comerciais, Julius M. Katz; Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Terence A. Todman; Secretário de Estado Assistente para Assuntos Humanitários e Direitos Humanos, Patricia M. Derian; Negociador Especial para Assuntos Nucleares do Departamento de Estado,

Gerard Smith; Adjunto do Subsecretário para Assuntos de Segurança, Ciência e Tecnologia, Joseph S. Nye; Membro do Conselho de Segurança Nacional, Robert Pastor; Diretor do **Bureau** de Assuntos de Não-Proliferação da Agência de Controle de Armas e Desarmamento, Charles Van Doren; Diretor do Escritório de Relações com a Imprensa do Departamento de Estado, John H. Trattner; Diretor do Escritório de Assuntos da Costa Leste, **Bureau** de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, Robert W. Zimmermann; e o Diretor do Escritório de Assuntos Internacionais do Departamento de Energia, Gerald F. Helfrich.

Na Base Aérea de Brasília, Cyrus Vance foi recebido pelo Chanceler Azeredo da Silveira, que, depois da solenidade de execução dos Hinos Nacionais dos dois países, o apresentou às autoridades brasileiras presentes ao desembarque, entre elas o Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Ainda no salão de recepção da Base Aérea, Azeredo da Silveira pronunciou algumas palavras de boas-vindas ao Secretário de Estado norte-americano, que também fez um

discurso de agradecimento. Do aeroporto, a comitiva seguiu para a residência do Embaixador norte-americano, John Hugh Crimmins, onde Cyrus Vance teve um almoço de trabalho com o Chanceler Silveira, do qual participaram também os Ministros das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, e o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso.

A tarde, Vance teve nova reunião de trabalho com o Ministro de Estado Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, e uma audiência com o Presidente Ernesto

Geisel, no Palácio do Planalto. À noite, Cyrus Vance, com sua comitiva, foi recepcionado pelo Embaixador John Hugh Crimmins e participou de um banquete no Itamaraty, oferecido pelo Chanceler Azeredo da Silveira, do qual participaram todos os Ministros de Estado brasileiros. O Secretário de Estado norte-americano deixou Brasília no dia seguinte, 23 de novembro, quando embarcou (às 8,30 horas) para Caracas, na Venezuela. Os principais pontos dos entendimentos de Vance em Brasília foram relatados à imprensa pelo Diretor do Escritório de Relações com a Imprensa do Departamento de Estado, John H. Trattner.

a chegada de cyrus vance a brasília

Apresentação do Secretário de Estado norte-americano, feita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, na Base Aérea de Brasília, em 22 de novembro de 1977; e a saudação de Cyrus Vance ao povo brasileiro, na mesma ocasião.

AZEREDO DA SILVEIRA

Eu tenho o prazer de apresentar-lhes o Secretário de Estado Cyrus Vance, que veio ao Brasil numa visita curta, mas que eu creio será uma visita importante de 24 horas, dentro do Memorando de Entendimento assinado entre os Estados Unidos e o Brasil.

CYRUS VANCE

Senhor Ministro:

Gostaria de destacar o grande prazer e privilégio que é para mim estar aqui em Brasília com os senhores. Em nome da minha mulher e dos meus colegas desejo expressar nossos agradecimentos por sua calorosa acolhida. Embora o Senhor e eu tenhamos tido o prazer de nos encontrarmos em várias ocasiões nos últimos meses, é esta a primeira vez que o fazemos sob os auspícios da estrutura consultiva do Memorando de Entendimento que o Senhor tão sabidamente instituiu. Estou certo de que nossos debates se caracterizarão pela sinceridade, pela franqueza e pela amizade que tem constituído um marco em todas as conferências e encontros que mantivemos. Estou ansioso para debater com o Senhor alguns assuntos importantes, tais como a questão da não-proliferação de armas nu-

cleares, direitos humanos, questões econômicas, de escopo bilateral e internacional, e outros assuntos de relevância internacional em que estão interessadas ambas as nossas nações e onde têm elas um grande papel a desempenhar.

Sei que nossos países partilham crenças comuns nestas áreas, para promover e proteger os direitos humanos de todos os povos e o compromisso com um sistema de governo democrático, para prevenir a expansão da capacidade de armamentos nucleares e para reduzir a dependência de nossas duas nações de fontes de energia externas não-renováveis, bem como para melhorar o comércio internacional e os sistemas financeiros existentes atualmente em todo o mundo.

Meus colegas e eu aqui nos encontramos na qualidade de emissários do povo norte-americano, que sabe da longa e profunda amizade existente entre os povos de nossos dois países. Esta amizade é de grande importância para nós. Sei também, Senhor Ministro, que, nas conversações que nos esperam, teremos a oportunidade de reforçar a histórica amizade que existe entre os povos de nossas duas nações e que tem sido reciprocamente benéfica a ambos os nossos países e a seus povos por mais de século e meio. Muito obrigado por haver sido convidado a vir aqui.

Discursos do Ministro de
Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira, e do
Secretário de Estado
norte-americano,
Cyrus Vance,

no Palácio Itamaraty de Brasília, em 22 de novembro de 1977.

silveira a vance: o brasil é um país pacífico e orgulhoso de sua nacionalidade

AZEREDO DA SILVEIRA

Senhor Secretário de Estado,

O Brasil e os Estados Unidos da América são donos de um durável patrimônio de apreço mútuo, de espontânea cooperação e de entendimento recíproco. Esse patrimônio lastreia a amizade constante entre os nossos povos, já provada, inclusive, no passado, por sacrifícios conjuntos em nome da solidariedade que nos une.

É com prazer que reafirmamos a Vossa Excelência, nesta sua primeira visita a Brasília, a disposição contínua do povo e do Governo do Brasil de manter com o povo e com o Governo dos Estados Unidos da América as relações de estima e de respeito recíproco que sempre foram nosso objetivo comum.

Não faz muito tempo, o reconhecimento mútuo dessa identidade de sentimentos, por parte dos Governos de ambos os países, levou-nos à assinatura, nesta cidade de Brasília, do Memorando de Entendimento, que instituiu o marco de consultas no qual se insere a visita que ora nos faz Vossa Excelência. Esse Memorando, que tem a destinação prática de facilitar os contactos entre nossos Governos, com vistas a explorar as possibilidades de harmonização dos interesses nacionais dos dois países, tem, também, uma significação simbólica. Reflete a convicção de ambos os Governos de que é através da busca da compreensão dos pontos de vista soberanos dos Estados que se pode conduzir construtivamente o processo de interdependência das Nações, para o benefício de todas.

divergir nas posições circunstanciais apesar dos objetivos comuns

As Nações evoluem a ritmos distintos, o que cria, a cada momento, situações com características próprias e que não se repetem. A esse dinâmico mosaico de situações é necessário que se dirijam os sentimentos duradouros que presidem as relações entre os Estados. Assim, não é de se esperar que a fidelidade a valores comuns e o sentimento de uma permanente amizade se devam traduzir em alinhamentos quotidianos nas mais variadas questões. Ao contrário, o normal é que as posições circunstanciais possam divergir, ainda quando muitos dos objetivos permanentes sejam comuns.

O Brasil, como parte do Mundo Ocidental, reconhece e exalta o papel dos povos que, como o norte-americano, fizeram do desenvolvimento do homem a sua meta fundamental. Brasileiros e norte-americanos coincidimos nesse desiderato e, justamente por coincidirmos, é que nos sentimos autorizados a afirmar que carecem de sentido as preocupações de hierarquizar as concepções que fazemos, cada povo, dos valores que nos são comuns, sejam os da paz e da segurança, sejam os da prosperidade e do bem-estar do Homem.

Vemos, no povo norte-americano, um povo idealista e generoso, qualidades com as quais nos identificamos e que nos inspiram sentimentos fraternos com a grande Nação norte-americana. Não gostaríamos de ver esses nobres sentimentos sobrepujados por acanhadas diferenças circunstanciais.

A recente história das relações entre os nossos países tem revelado o quanto podem

ser úteis os instrumentos da cooperação, quando a ambos anima o desejo sincero de compreensão mútua. Os encontros que tivemos em Paris, Granada e Nova York e, que propiciaram conversações abertas e amistosas, e o diálogo construtivo que nossas Chancelarias vêm mantendo ilustram esse desejo. Da mesma forma, estou convencido de que a clara concepção que hoje temos das nossas posições recíprocas — mesmo naquelas questões em que legitimamente possuímos interesses distintos, ou até divergentes — facilitará alcancemos uma coincidência maior de propósitos.

Em nossas conversações de hoje, examinamos, mais uma vez, muitos dos problemas internacionais que interessam a ambos os países. Vossa Excelência terá podido perceber, nesse diálogo e nos anteriores, as linhas gerais que orientam o pensamento e a ação da política externa brasileira. Mais do que as palavras, porém, são as próprias atitudes brasileiras no cenário mundial o melhor exemplário da política externa do nosso Governo.

O Brasil é um país pacífico e orgulhoso de sua nacionalidade. Por vocação histórica e preceito constitucional, favorece soluções negociadas para os conflitos internacionais. O povo brasileiro vive em harmonia com todos os seus vizinhos. Desprezamos as ambições de preponderância com o mesmo vigor com que as rejeitamos de parte de outros países. É estranho à índole nacional qualquer propósito de expansionismo ou de hegemonia. A preocupação dominante da Nação é com o seu desenvolvimento, integrado e harmônico, na medida do possível em cooperação com as demais Nações, em desenvolvimento ou desenvolvidas, às quais presta o Brasil a sua solidariedade e das quais espera o mesmo tratamento. Em concordância com esses princípios básicos, o Brasil põe toda a ênfase de sua atuação na criação de um clima favorável à paz e à segurança internacionais e ao desenvolvimento econômico e social da humanidade.

O Brasil é um país ordeiro. A violência, repugna à alma brasileira. Cuidamos de impedir que as pressões, por vezes dramáticas, que o desenvolvimento ocasiona, esti-

mulem comportamentos anti-sociais, como procuramos nos prevenir contra a importação da violência.

um país aberto à cooperação

O Brasil é um país aberto à cooperação com todos os povos que, como nós, acreditam numa comunidade universal de interesses. Por isso olhamos com desconfiança a rígida divisão dos Estados em categorias econômicas. Acreditamos na interdependência e procuramos praticá-la, conscientes, porém, de que quanto menores forem as disparidades econômicas entre os Estados, maiores serão as possibilidades de cooperação. É o que busca o Brasil, ao combater todas as barreiras e obstáculos ao desenvolvimento.

Senhor Secretário de Estado,

Muitos desses valores nós os fomos haurir no rico e diversificado manancial de princípios que constitui a Civilização Ocidental, da qual ambos os nossos países fazem parte. O Brasil procura trazer sua contribuição para que esses valores frutifiquem e se universalizem. Estou certo de que, no futuro, como no passado, poderemos, o Brasil e os Estados Unidos da América, percorrer, lado a lado, com suas características próprias, a estrada que a esses resultados há de conduzir.

Com esses votos, peço que levantem comigo suas taças para brindar à amizade brasileiro-norte-americana, à saúde do Presidente Jimmy Carter e da Senhora Rosalynn Carter e à felicidade pessoal do Secretário de Estado e da Senhora Cyrus Vance.

CYRUS VANCE

Estou impressionado pela vastidão deste país, sua empolgante capital e a evidência de um povo empreendedor e dinâmico, que

tem conduzido este país avante, em busca de seu destino, adaptando-se a um mundo em constante transformação. Aqui nos encontramos para uma troca de pontos de vista sobre assuntos de interesse e preocupação mútuos, e para manifestar nossa amizade e boa-vontade ao povo do Brasil.

Tal como no Brasil, os últimos anos acarretaram mudanças nos Estados Unidos. Todavia, essas mudanças não alteraram os princípios básicos que orientam nossas relações com outras nações.

Atemo-nos firmemente à inviolabilidade e integridade do indivíduo. Acreditamos em que é da responsabilidade do governo garantir a seu povo as necessidades humanas básicas, direitos e liberdades necessários à realização de seu potencial. Esses valores são partilhados por toda a humanidade.

brasil e estados unidos buscam um mundo de paz

Senhor Ministro, nossas discussões hoje tiveram lugar sob a égide do Memorando de Entendimento. Este documento estabeleceu um mecanismo consultivo para a busca de nossos objetivos comuns e para o exame

de áreas de cooperação. Falamos a respeito de uma ampla gama de questões, e esse diálogo terá prosseguimento.

O Brasil e os Estados Unidos buscam um mundo de paz — um mundo no qual todos os povos desfrutem da oportunidade de participar plenamente da vida econômica e política de seus países. Nesta comunidade global enfrentamos problemas comuns — partilhamos um futuro comum. O poder para a solução desses problemas não mais cabe, se porventura já coube, a umas poucas nações. Ele é amplamente partilhado entre muitas nações — tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento — com diferentes culturas, histórias e aspirações. Essas diferenças podem tornar-se uma fonte de vigor. Deveríamos construir sobre elas. Todos nós partilhamos a responsabilidade pela melhoria das condições de vida de nossos povos, tornando o sistema internacional mais equitativo e justo. Estou certo de que trabalharemos juntos neste sentido.

De acordo com o espírito deste desafio, eu peço aos senhores que se juntem a mim em um brinde aos fortes e duradouros laços de amizade entre ambos os nossos povos, às metas que partilhamos e à saúde do Presidente Geisel.

Discurso do
Ministro de
Estado das
Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da
Silveira, em Brasília,
por ocasião do
encerramento

azeredo da silveira fala sobre a diplomacia do brasil no painel da câmara

do Segundo Painei de Assuntos Internacionais da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 27 de outubro de 1977.

É para mim motivo de grande honra comparecer mais uma vez a esta Casa para falar da política exterior brasileira e da ação do Itamaraty.

A realização do Segundo Painei de Assuntos Internacionais, sob a coordenação do ilustre Deputado Faria Lima, testemunha o constante interesse do Congresso Nacional com os rumos de nossa política exterior, sinal claro da maturidade com que a nação brasileira encara sua presença afirmativa na comunidade das nações. A eleição do tema para este segundo encontro, os "Valores e Rumos do Mundo Ocidental", dá bem a medida desse interesse.

A escolha, estou certo, não se fez ao acaso. Interpreto a preocupação dos Excelentíssimos Senhores Deputados para com o futuro do ocidente como o reconhecimento espontâneo do interesse que tem o Brasil na sua evolução, como consequência de nossa plena adesão histórica e seus princípios éticos e a seus valores morais. Vejo, tam-

bém, manifestar-se o desejo legítimo de que se amplie a participação brasileira nesse mundo, sobretudo pelo aporte de nossas próprias contribuições para a permanente atualização de seus valores.

O desejo de contribuir demonstra haveremos deixado para trás a condição limitada de simples receptores dos ideais e da cultura do ocidente. Temos o orgulho de identificarmos, hoje, na nacionalidade brasileira, as qualidades necessárias para que já se faça ouvir seu pensamento na definição dos rumos dessa comunidade. E temos suficientes interesses no seu progresso para que não possamos aceitar uma condição inteiramente passiva na definição de roteiros que tão intimamente se ligam aos do nosso próprio país.

interesses do brasil e do ocidente definem ação política brasileira

A política externa do Governo do Presidente Geisel, desde seus primeiros momentos,

preocupou-se em dar expressão a esses reclamos, conciliando-os com a realidade presente da vida internacional. Os interesses brasileiros e os interesses ocidentais, em cada uma das decisões práticas de nossa atividade diplomática, representaram e representam dois pólos complementares, dois vetores: o primeiro de natureza mais imediata, o segundo de natureza mais abstrata, a se somarem os dois, para definir o sentido e a direção de nossas linhas de ação política.

A composição desses interesses é tarefa delicada. Não pode ser feita buscando um equilíbrio abstrato e apenas formalmente objetivo. Em circunstâncias excepcionais, ante ameaças críticas e graves à sobrevivência do todo, é natural que os interesses coletivos ganhem, temporariamente, maior peso. Mas o normal, o desejável é que o primeiro direito e o primeiro dever de cada Estado seja a promoção e a defesa de seus interesses eminentemente nacionais.

A participação do Brasil na última guerra mundial ilustra, com exemplo concreto, a galhardia e o despreendimento com que soube o Brasil enfrentar os inimigos de sua civilização. Restabelecido um grau suficiente de tranqüilidade e segurança internacionais, a dimensão mais abrangente da solidariedade ocidental continuou a ser um postulado político, mas a urgência de aplicação do esforço do país voltou à prioridade concreta da promoção e defesa dos interesses nacionais.

Ao promover os interesses brasileiros, sabemos, porém, que estamos aportando uma contribuição importante para o próprio fortalecimento da comunidade ocidental.

Temos, hoje, consciência de nosso peso específico no mundo e, em especial, na comunidade das nações. Vemos que, enquanto certas nações, que, historicamente, nos serviram de pontos de referência políticos e culturais, chegam ao limite de sua capacidade de expressão, o Brasil, graças às possibilidades oferecidas por suas dimensões continentais e ao espírito aberto e progressivo de seu povo, aparece, nitidamente, como um país de grande potencialidade in-

ternacional e, nesse sentido, como um país absolutamente vital para o progresso e a estabilidade do ocidente.

Durante muito tempo, as virtualidades da personalidade política brasileira permaneceram em estado latente, subestimadas pelo concerto internacional e até mesmo pelo povo brasileiro. Graças a notáveis feitos econômicos e ao pleno exercício de uma crescente autonomia internacional, pouco a pouco constrói o Brasil o lugar a que tem direito no mundo ocidental e na comunidade das nações.

Somos, hoje, o principal país importador entre os povos em desenvolvimento. Na área das exportações, ocupamos a oitava colocação, na verdade um primeiro lugar, pois somos unicamente superados por sete países produtores de petróleo. As reservas brasileiras correspondem aproximadamente a 20% das reservas totais dos países em desenvolvimento, excluídos os membros da OPEC. Nosso produto nacional bruto é, hoje o oitavo em importância dentre as nações do mundo ocidental. Somos já o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo e também o terceiro país no mundo em encomendas de construção de navios.

corrigir as situações discriminatórias de poder

É fato que o pleno reconhecimento da presença internacional do Brasil esbarra em uma rede de tradições diplomáticas e de interesses estabelecidos. Encontramos, ainda, dificuldade em fazer ouvir nossa voz em questões econômicas e políticas fundamentais para nossos destinos. As grandes decisões, que afetam o destino da comunidade como um todo, continuam a ser tomadas por um clube fechado de países, refratários à admissão de novas nações, que, como o Brasil, possam alterar suas situações de privilégio, nem sempre autorizadas pelas circunstâncias de poder real. Estamos convencidos de que tais situações discriminatórias terão que ser corrigidas e não apenas porque contrariam os nossos interesses, mas porque, a longo prazo, contra-

riam os próprios interesses da comunidade ocidental.

Nesse quadro, entende-se que a política externa do Governo do Presidente Ernesto Geisel se haja preocupado, desde seus primeiros momentos, em valorizar a presença internacional do Brasil, em aproveitar as virtualidades políticas do país e em ampliar, por meios econômicos e políticos, o grau de autonomia de nossa atuação externa.

A participação na cena mundial, ao mesmo tempo que impõe limites à soberania, é também o único caminho para que a nação encontre forma de manifestar-se, inclusive para sua defesa. O poder não se exerce na solidão, que é contrária à sua própria essência. O Governo Brasileiro partiu dessas constatações, ao mesmo tempo teóricas e pragmáticas, para esboçar uma estratégia de fortalecimento político do país.

Buscou-se, deliberadamente, aumentar a integração do Brasil na comunidade internacional, tanto em termos de intensidade, como de extensão. Aprofundamos nossa participação em todos os níveis já existentes de ação diplomática, quer bilaterais, quer multilaterais. De forma paralela, redefinimos nossos campos de interesse, de modo a incluir novas áreas com as quais, ou não nos vínhamos relacionando, ou mantínhamos ligações de caráter anacrônico.

Esse o sentido da política brasileira com relação à Europa Ocidental, que levou à instituição de mecanismos especiais de consulta com a França, a Itália e o Reino Unido, coroando-se com a viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a Paris e a Londres. Houve, ainda, a assinatura do Memorandum de Entendimento com os Estados Unidos da América, hoje reconhecido e desejado pela nova administração norte-americana. Esse também o sentido da renovação de nossos laços com a República Federal da Alemanha, a culminar com a assinatura do Acordo Nuclear.

Na África, reestruturamos totalmente a posição brasileira a partir do reconhecimento, expresso pelo Presidente Ernesto Geisel,

de que o oceano não nos divide mas nos aproxima. Compreendemos a profundidade dos sentimentos africanos, a origem nativista de seu fervor de independência e soubemos apoiar, nas ocasiões apropriadas, o repúdio internacional às práticas do colonialismo e do aparteidismo. Não fizemos mais do que ser fiéis às tradições de nossa História, ao buscar o que de comum existe entre a nacionalidade brasileira e as nacionalidades africanas.

neutralizar fatores que possam afetar a soberania brasileira

Em todas as ocasiões, o Governo do Presidente Ernesto Geisel não deixou de estar atento aos fatores que pudessem afetar negativamente a soberania brasileira. Tais fatores, devo dizer, não se limitavam, como não se limitam, a ameaças de ordem política, mas também podem se apresentar como condicionamentos de ordem econômica, científica, tecnológica e cultural à identidade brasileira. Buscamos neutralizar esses perigos e, creio, temos sido bastante bem sucedidos.

Mas, como já disse, não seria a melhor maneira de enfrentar tais ameaças uma política que reduzisse nossos contactos externos. Ignorando os perigos, estaríamos pecando por omissão também, pondo de lado nossa expressão internacional, passando-nos a nós próprios atestado de minoridade política. Isolando-nos, estaríamos renunciando a nossa capacidade de influir e, portanto, de tentar orientar a nosso favor, a evolução internacional. Tais atitudes são incompatíveis com o destino de grande presença que é uma imposição, sem alternativas, das próprias dimensões brasileiras.

O isolacionismo alimenta ilusões de autonomia que, como a História tem demonstrado, são miragens a fecundarem formas graves de vulnerabilidade. O Governo do Presidente Ernesto Geisel aceitou as imposições da grandeza nacional e partiu para ampliar, ao máximo, a autonomia brasileira, através da própria ampliação dos contactos do país. Essa vontade política encon-

trou campo propício em um cenário internacional que apresenta, por certo, como o mais interligado e distendido, desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Por um lado, nunca se sentiram as nações tão interdependentes, para o bem ou para o mal, como temos visto nas épocas de prosperidade e nas de crise. Por outro, os avanços na política de relaxamento das tensões internacionais, ao conduzirem as duas super-potências a uma forma de convívio limitado, abrandaram a rigidez do bipolarismo com seus reflexos na economia mundial. As divisões no campo marxista contribuíram, também, para amainar o seu ativismo internacional. Finalmente, o término da guerra do Vietnã eliminou o mais grave ponto de atrito nas relações Leste-Oeste.

A ameaça, tanto interna quanto externa, não desapareceu. Continua presente e, freqüentemente, sabemos muito bem, reaparece assumindo formas virulentas. Para a maioria dos países do mundo ocidental, é patente, no entanto, que perdeu algo de seu caráter crítico e de seu potencial de ataque militar direto. Essa nova atmosfera impõe novas formas de diplomacia, não só no relacionamento Leste-Oeste, mas em toda a variedade das formas de convívio entre os Estados. Abrandada, pelas próprias nações líderes, a solidariedade estreita que precedia os conflitos de âmbito mundial, vivemos, hoje, uma etapa histórica que, ao invés de inibir, torna indispensável a firme manifestação de interesses nacionais, regionais ou de grupos de países ligados por motivações específicas. É o que está ocorrendo diante dos nossos olhos, queiramos ou não constatar essa realidade.

A situação mundial é, em nossos dias, muito mais fluida do que há alguns anos. As atitudes defensivas cederam lugar a uma multiplicidade de relacionamentos políticos, que se revelaram, ao mesmo tempo, como causas e conseqüências daquela nova situação. Originando-se na Europa, as tentativas de revisão das posturas estratégicas compreendem, atualmente, um processo que engloba todas as nações do ocidente.

solidariedade ocidental deve ser aberta à diversidade

A nova estratégia, que se delinea com contornos bastante definidos, parte da tomada de consciência de que a solidariedade ocidental deve ser, em sua própria essência, aberta à diversidade. A melhor forma de resistir às ameaças totalitárias é a estruturação de uma comunidade ocidental com base no reconhecimento dos múltiplos interesses e particularidades de cada país. O respeito escrupuloso à soberania dos Estados é a força propulsora dessa solidariedade, que, por dar-se através de formas livres de integração política e econômica, oferece o mais forte contraste aos processos de dominação imperial que caracterizam outras partes do mundo.

Nesse sentido não devem ser tomadas como um sinal de enfraquecimento as divisões entre as nações do mundo ocidental. Elas não espelham antagonismos fundamentais e sim o desejo natural de cada país de afirmar seu próprio caráter nacional. É o respeito recíproco a essa diversidade que favorecerá a colaboração conjunta contra as ameaças externas.

A diplomacia brasileira tem por obrigação interpretar os objetivos permanentes do país à luz das necessidades imediatas e futuras de ação para alcançar objetivos intermediários de natureza tática e estratégica. As realidades do país são um dos dados do problema. A cena internacional, o outro e, na verdade, muito especificamente, o principal para a atividade diplomática.

Na área específica da política externa, o Governo tem sabido valorizar ao máximo a capacidade do país de atuar autonomamente e de defender o interesse nacional.

Nossos objetivos são identificados por nós mesmos, e nossa atuação autonomamente derivada de nossas próprias avaliações. Em nossas relações com qualquer país, grande ou pequeno, vizinho ou distante, à nós chegado — por razões especiais de tradição ou interesse — ou de nós distanciados por qualquer razão, o traço dominante é a es-

crupulosa convicção de que é o respeito mútuo a pedra angular das relações internacionais.

Senhores Deputados,

O conceito de ocidente já abandonou os limites geográficos de sua expressão, para cristalizar-se em torno do ideal de uma comunidade de nações autônomas e livres. Vê o Brasil, com satisfação, que, ao se estenderem as fronteiras políticas do ocidente, ganharão maior destaque os aspectos econômicos e sociais que derivam, necessariamente, dos princípios éticos que lhe servem de fundamento histórico. Torna-se claro que esses princípios estão em relação íntima com certas maneiras de pensar e de agir em termos de bem-estar econômico e social.

A diplomacia brasileira tem estado atenta para a necessidade de promover a integração econômica, em harmonia e justiça, da comunidade ocidental. No plano multilateral, temo-nos empenhado, junto aos demais países em desenvolvimento, para a coordenação de nossos esforços de maneira eficiente e positiva. Não queremos nos iludir com vitórias formais e retóricas que não correspondam a benefícios reais e concretos.

Brasil acredita no diálogo norte-sul

O Brasil, como país intermediário e com a vasta experiência acumulada desde 1964, quando se realizou a primeira "Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento", sente-se em condições muito particulares para entender as razões

tanto das nações industriais quanto dos países em desenvolvimento. Por isso, preocupamo-nos em evitar confrontações desnecessárias. Continuamos a querer negociar e convencer, a acreditar no diálogo Norte-Sul, sobretudo nas possibilidades de um entendimento revitalizado pelo ideal de um ocidente maior, que integre, em condições de justiça e paz, um número crescente de nações livres em todos os continentes.

No plano bilateral, temo-nos esforçado, sobretudo, para basear, desde já, nesses princípios o nosso relacionamento com os países-irmãos da América Latina. O Brasil não aceita nem deseja quaisquer tipos de hegemônias. Portanto, as mesmas condições de equidade que desejamos para nós, as estendemos aos países latino-americanos. Não desejamos privilégios. Cada projeto que dividimos com nossos vizinhos do continente traz o aval da negociação justa, entre Estados livres e soberanos.

Finalmente, no plano das decisões internas, o Governo do Presidente Ernesto Geisel tem-se dedicado a ver realizados na sociedade brasileira os melhores princípios éticos da cultura ocidental. A visão do ocidente como uma comunidade de nações livres não encontra contradição, como vimos, entre a dedicação à autonomia nacional e a adesão plena aos valores morais comuns. Movidos por esse ideal, nos empenhamos com tranquilidade nas tarefas de construção da pátria e nos preparamos com confiança para as responsabilidades maiores que breve estaremos assumindo na permanente definição dos valores e rumos do mundo ocidental.

Muito obrigado pelo privilégio de ter podido dirigir-lhes estas palavras.

acordo comercial fortalece relações com a libéria

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 21 de novembro de 1977, ao assinar, com o Ministro liberiano da Indústria, Comércio e Transportes, William E. Dennis Jr., o Acordo Comercial entre o Brasil e a República da Libéria.

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que vejo concretizadas, no Acordo que acabamos de assinar, as aspirações de maior entendimento e colaboração entre o Brasil e a Libéria, que abrem novos horizontes para o fortalecimento das relações bilaterais, sobretudo no campo econômico e comercial.

Esta iniciativa reveste-se de relevante significado, pois vem ao encontro dos esforços que o Governo brasileiro vem empreendendo, com vistas a desenvolver uma cooperação cada vez mais concreta e efetiva com os Estados africanos, nossos vizinhos e amigos da grande fronteira atlântica.

O relacionamento entre brasileiros e africanos se fundamenta em sólidos laços históricos e culturais, em identidades de sangue e mesmo de língua, e na solidariedade que orienta os vínculos comuns entre os países em desenvolvimento.

O Acordo Comercial entre o Brasil e a Libéria constitui marco importante para disciplinar e intensificar um intercâmbio já promissor e que deverá, a partir de agora, adquirir novas dimensões para o benefício mútuo, de modo a reforçar os laços entre dois povos que estão unidos num esforço comum pelo desenvolvimento de seus países.

Senhor Ministro,

Estou ciente que o Governo liberiano considera que nossos países têm grandes possibilidades de cooperação nos campos da agricultura, da mineração e da indústria. As propostas específicas, apresentadas pela delegação que Vossa Excelência chefia, serão, asseguro-lhe, detidamente examinadas pelos diversos órgãos do Governo brasileiro e espero poder em breve propor ao seu Governo métodos específicos de cooperação nessas diversas áreas.

Finalmente, pedir-lhe-ia, Senhor Ministro, que ao regressar a Monróvia, Vossa Exce-

lência levasse a mensagem de amizade do povo e do Governo brasileiros para com o seu país e a convicção de que sua visita e

o Acordo que ora acabamos de firmar representam o início de um novo capítulo nas relações entre nossos dois países.*

* O Acordo Comercial entre o Brasil e a República da Libéria está na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 127.

forum de debates sobre o desenvolvimento da tecnologia nacional

Discurso do
Ministro de Estado
das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo
da Silveira,
por ocasião
do encerramento
do Forum de
Debates sobre o

desenvolvimento e a importância da

Tecnologia Nacional, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, em Brasília, em 20 de outubro de 1977.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

É para mim motivo de grande honra e prazer dirigir-me aos Senhores na ocasião do encerramento do Forum de Debates sobre o Desenvolvimento e a Importância da Tecnologia Nacional, em boa hora organizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Estes três dias de profícuos debates certamente terão permitido alcançar o objetivo fundamental do encontro: colher informações sobre o grau de dependência nacional no plano científico e tecnológico e sobre o que vem sendo realizado no País com vistas à criação de uma consciência nacional sobre o legítimo desenvolvimento brasileiro.

O Forum revelou, ainda, que os mais variados setores da vida nacional estão vivamente interessados nos rumos dos problemas da Ciência e da Tecnologia em nosso país. Dos debates havidos participaram ativamente cientistas e profissionais da tecnologia, professores e estudantes universitários, bem

como parlamentares e altas autoridades governamentais, cada qual com sua contribuição intelectual e política ao exame de questões intimamente vinculadas ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar do povo brasileiro.

Em conseqüência, pode-se dizer que foram criadas novas e positivas expectativas quanto ao desenvolvimento da tecnologia nacional. Seus problemas foram corretamente examinados, dentro do atual contexto político e econômico.

nenhuma opção tecnológica é neutra

Foram desvendadas as repercussões sociais não só do atraso científico e tecnológico, mas também da adoção de diferentes opções tecnológicas. Por sua amplitude, os debates propiciaram mais uma oportunidade valiosa de meditarmos sobre os problemas e as esperanças da sociedade brasileira e sobre o papel da ciência e da tecnologia na concretização dessas esperanças e na solução desses problemas. Reafirmou-se a

convicção de que nenhuma opção tecnológica é neutra em termos culturais e sociais e que, conseqüentemente, as diferentes decisões que tomarmos afetarão de modo diverso os destinos nacionais.

O conhecimento científico e sua utilização conseqüente e séria na esfera da produção e circulação de bens e serviços são hoje componentes essenciais do processo econômico. O avanço desse processo não mais resulta, apenas, de uma reprodução quantitativa, mas depende, sobretudo, de mutações tecnológicas de natureza qualitativa. Nas áreas mais desenvolvidas do mundo, essas mutações tecnológicas assumem velocidades exponenciais; nas demais áreas, ao contrário, predominam os processos de produção e distribuição de cunho tradicionalista.

Os benefícios da ciência e da tecnologia se distribuem, portanto, de modo crescentemente desigual entre os países, o que contribui poderosamente para a estratificação internacional e para a diferenciação cada vez mais incisiva entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. As diferentes condições de acesso ao progresso científico e tecnológico vão se refletir na divisão dos países em três diferentes categorias: os pré-industrializados, os industrializados, e, já agora, os pós-industrializados. Enquanto os primeiros vivem sob o signo da estagnação, os últimos se caracterizam pela exploração do progresso tecnológico.

O Brasil não acredita que essas categorias sejam estanques ou que se constituam em camisas-de-força, que devam tolher, fatalmente, os esforços dos povos, condenando os que já se encontram em situação de atraso tecnológico a um destino de perene subordinação e dependência externa. O Brasil entende, e sua própria experiência econômica o justifica, que é possível superar os fatalismos econômicos e caminhar com celeridade para a condição de um país industrializado. Para isso, não basta meramente reproduzir o que já se fez em outros países nem é possível reinventar o progresso científico e tecnológico já alcançado pela Humanidade. Nada é mais evidente do que o fato de que, no mundo de hoje, o conhecimento científico e tecnológico é interdependente. Além disso, os exíguos prazos

impostos pelas necessidades de crescimento econômico do País obrigam-nos a lançar mão, em grande escala, da já provada experiência alheia. Daí a importância de se evitar que novas e intransponíveis barreiras sejam impostas à transferência internacional de tecnologia, ou seja, ao livre acesso de países como o Brasil a tecnologias mais avançadas já disponíveis nos países mais adiantados.

Essa política de importação, embora necessária, não será, porém, suficiente para que possamos transitar do estágio atual para a situação de país plenamente industrializado. A importação de tecnologias avançadas deve ser complementada pela produção acelerada de conhecimentos científicos e tecnológicos, no próprio país. As necessidades brasileiras, que são parametradas, inclusive, por inarredáveis considerações de ordem temporal, não comportam outra política que não seja a do aproveitamento simultâneo da experiência estrangeira e do esforço nacional. Temos que trabalhar no sentido de equilibrar o fluxo de informações científicas e tecnológicas que recebemos do exterior, com a produção crescente desses conhecimentos no Brasil, com vistas ao nosso próprio consumo e, eventualmente, à exportação. Para atender a essa tarefa vital, procura o Governo, como se viu neste Fórum, criar condições adequadas, no plano institucional, econômico-financeiro e educacional.

Itamaraty colabora para o desenvolvimento tecnológico

Na sua esfera específica de competência, o Itamaraty tudo tem procurado fazer para transformar a orientação do Governo, no campo da ciência e tecnologia, em realidade prática e perfeitamente operativa. A diplomacia brasileira se tem desdobrado tanto no plano multilateral, quanto no bilateral, para que sejam criadas condições internacionais que facilitem o desenvolvimento de nossa capacidade tecnológica e para que o Brasil possa aproveitar, efetivamente e sem entraves, as oportunidades já existentes de acesso às tecnologias avançadas.

Esse esforço no campo científico e tecnológico felizmente tem-se revelado compatível com as concepções mais amplas que guiam a política externa brasileira. O Governo do Presidente Ernesto Geisel tem timbrado em praticar uma diplomacia aberta e sem preconceitos, voltada, em primeiro lugar, para a defesa dos interesses nacionais e para o bem-estar do povo brasileiro. Por seu lado, o desenvolvimento da tecnologia nacional requer, igualmente, uma atitude autônoma, despreconcebida e criativa, uma atitude, enfim, sincronizada com as mais importantes aspirações nacionais.

No contexto, pois, da política externa brasileira, o Itamaraty muito se tem preocupado com as questões relacionadas com o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Basta lembrar, a propósito, que o Ministério das Relações Exteriores atua como órgão setorial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e que, portanto, participa diretamente da formulação e execução da política de transferência de tecnologia. É orientação invariável do Itamaraty que essa política deva concorrer para acelerar o desenvolvimento da tecnologia nacional, de modo a aumentar rapidamente o nosso grau de autonomia no setor.

Tem também o Itamaraty, como órgão setorial do SICTEX (Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior), um papel operacional na coleta de informações científicas e tecnológicas no exterior, no seu processamento básico e na sua disseminação para os órgãos internos brasileiros. Para tanto, o Itamaraty lança mão de sua rede de missões diplomáticas e outras repartições no exterior, bem como dos serviços competentes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília. Embora ainda em fase inicial de implementação, o SICTEX começa a dar mostras de sua evidente utilidade, como o atestam, aliás, as reações positivas que o Itamaraty tem recebido dos numerosos usuários brasileiros.

No exercício das funções que lhe cabem no Governo Federal, é ainda da competência do Itamaraty negociar os instrumentos internacionais que disciplinam a cooperação ex-

terna no campo da ciência e da tecnologia, seja nos casos em que o Brasil recebe tal cooperação, seja quando a presta. O Ministério das Relações Exteriores participa, igualmente, na sua esfera de ação, da execução desses programas, inclusive no que diz respeito a esquemas de formação de recursos humanos no exterior ou no País.

a posição brasileira diante das dificuldades do progresso tecnológico

No plano multilateral, o Itamaraty está, no momento, empenhado, em coordenação com os demais órgãos interessados, na preparação cuidadosa e exaustiva da posição brasileira com vistas à Conferência Mundial sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, que, provavelmente, se realizará em 1979. É expectativa do Brasil que, tanto na fase preliminar, quanto na Conferência propriamente dita, sejam amplamente considerados os principais problemas que dificultam a aplicação da ciência e da tecnologia ao processo de desenvolvimento econômico e social e propostas soluções concretas para as dificuldades encontradas pelos países em desenvolvimento. Entre esses resultados figuram, certamente, temas tão variados quanto os da dependência tecnológica; dos obstáculos ao acesso às tecnologias avançadas pelos países em desenvolvimento; das restrições que ainda entravam a cooperação internacional e meios e modos de superá-las; o da formação de pessoal especializado e os das insuficiências institucionais e financeiras no setor.

No âmbito da cooperação bilateral, têm sido proveitosos os esforços realizados pelo Itamaraty junto a vários Governos. Merece destaque especial a cooperação acordada com a República Federal da Alemanha.

A base da cooperação teuto-brasileira é o Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, assinado, pelos dois Governos, em 9 de julho de 1969 e que já propiciou a conclusão de sete convênios específicos, nos campos da energia nuclear, da navegação aérea e espacial, das Ciências do mar.

Outros projetos estão em cogitação com vistas ao desenvolvimento de regiões semi-áridas e do trópico úmido; pesquisas em energia solar; utilização de energia eólica no Nordeste brasileiro; cooperação ampliada nos campos da computação, automação, comunicação e oceanografia.

Ao mencionar a cooperação teuto-brasileira no campo da ciência e da tecnologia, não posso deixar de referir-me à cooperação nuclear, iniciada com o Acordo Geral de 1969, e que ganhou novo e decisivo impulso com a conclusão do Acordo sobre a Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos de Energia Nuclear, assinado em Bonn, em 27 de junho de 1975. **A República Federal da Alemanha foi selecionada como parceiro do Brasil, nesse magno empreendimento, por atender à nossa preocupação fundamental, que é a de obter a transferência, para o país, da tecnologia indispensável e adequada para a implementação de uma indústria nuclear autônoma para fins pacíficos, abrangendo o ciclo completo do combustível.** Esse Acordo foi complementado por uma série de instrumentos bilaterais e por um Acordo entre o Brasil, a RFA e Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas, cuja unânime aprovação pela Junta de Governadores da Agência significou o inequívoco endosso da comunidade internacional à cooperação teuto-brasileira no campo dos usos pacíficos da energia nuclear. O Governo brasileiro atribui a maior importância a essa cooperação, considerando-a mesmo modelar, pois não só oferece à comunidade internacional todas as garantias que estão ao nosso alcance mas também propicia a transferência de tecnologias avançadas, para fins pacíficos, para o país, dando-lhe condições para desenvolver um setor vital para sua economia e para sua autonomia tecnológica, bem como para assegurar maior bem-estar para o povo brasileiro.

cooperação bilateral com outros países desenvolvidos

Outros esforços de cooperação bilateral com países desenvolvidos vem o Brasil realizando e, entre eles, vale notar os entendimentos

já muito adiantados com a França e aqueles iniciados com o Japão, a Austrália e os Estados Unidos da América. Nenhum desses programas tem ainda a envergadura daquele já em plena execução com a RFA, mas alguns deles encerram oportunidades valiosas de cooperação em setores específicos.

No caso da França, já se encontra em execução um importante programa de cooperação no campo das ciências fundamentais e da documentação científica. No domínio da saúde, vários programas relacionados com a engenharia biomédica e a medicina tropical deverão ser desenvolvidos. No campo da eletrônica de ponta e suas aplicações à informática e à metrologia existem possibilidades de estabelecer-se intercâmbio imediato. Há ainda interesse comum no tocante ao uso da energia solar, da geologia (incluindo petrologia e geofísica), da oceanografia, da metalurgia e das ciências para a engenharia (mecânica, informática, automação e eletrônica).

No caso do Japão, a cooperação buscada se orienta principalmente para aquelas áreas de desenvolvimento industrial em que aquele país se tem particularmente distinguido: metalurgia, engenharia eletrônica, física do estado sólido, microscopia eletrônica; bem como para as de fisiologia vegetal, oceanografia e pesca. Com relação à Austrália, a cooperação possível se liga principalmente ao setor agrícola, dada a similitude de condições geográficas entre os dois países, ambos detentores de vastas regiões semi-áridas.

No que diz respeito aos Estados Unidos da América, os mais recentes esforços datam da assinatura do Memorando de Entendimento, em 1976. Como resultado, criou-se um Grupo Misto de Ciência e Tecnologia, que visava ao exame de programas de cooperação nesses domínios. O Grupo chegou a identificar cinco áreas principais de atuação, das quais uma específica de tecnologia, orientada primordialmente para a agricultura e a construção.

Tais esforços governamentais não substituem, obviamente, os esforços privados, por onde, basicamente, se canaliza a transferên-

cia de tecnologia. Visam a complementá-las, a supri-las, a orientá-las, com vistas aos interesses de longo prazo do país. A esse propósito, não é demais repetir, o que sempre temos dito, que o Brasil considera bem-vindos todos aqueles parceiros estrangeiros que, com espírito equânime, desejam participar do desenvolvimento brasileiro. É nosso desejo que aqui prosperem e se fixem, para o benefício comum.

nacionalizar as tecnologias importadas

Mas, como já observei, não pode o desenvolvimento nacional ficar na dependência exclusiva da tecnologia importada de países mais avançados. Daí por que, em todo seu esforço negociador, o Itamaraty tenha sempre presente o objetivo de, por assim dizer, contribuir para a "nacionalização" das tecnologias importadas, através da adaptação das mesmas às condições sócio-econômicas do país. Assim fazendo, o Brasil adquire, também, paulatinamente, a condição de ex-

portador de tecnologia, uma função apenas incipiente de nossa economia, mas que tenderá a avantajar-se como consequência de nosso próprio progresso, nas linhas de autonomia e adaptabilidade que temos perseguido.

O que o Governo vem fazendo com esse objetivo é apenas um começo, mas já um grande esforço. Nesse sentido, o trabalho do SICTEX no Itamaraty e sua rede no exterior, iniciado há pouco mais de um ano, só pode ser julgado pelas amplas perspectivas que desvela já para futuro bem próximo, quando o obscuro trabalho de coleta e disseminação de informação científica e tecnológica realizado por nossas Missões e pela Secretaria de Estado, em íntima colaboração com outros órgãos do Governo, começar a produzir os resultados que dele todos esperamos para a difusão de uma lúcida consciência nacional a favor do progresso tecnológico e da criação de autêntica tecnologia nacional.

Muito obrigado.

nova chancelaria brasileira em assunção

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira, em Assunção, ao inaugurar, em
7 de dezembro de 1977, a nova Chancelaria da Embaixada
do Brasil na Capital paraguaia.

Senhor Embaixador,
Senhores Adidos,
Senhor Chefe de Missão Militar Brasileira,
Senhores Diplomatas,
Senhores Representantes de Empresas Brasileiras no Paraguai,
Senhores Funcionários,
Senhoras e Senhores

Em meados de 1975, o prédio onde funcionava a Chancelaria da Embaixada em Assunção — totalmente inadequado aos fins a que se destinava, pequeno e mal dividido — já não correspondia, apesar de várias obras anteriores de reforma e ampliação, às necessidades mínimas de funcionalidade, de segurança e de conforto para os que trabalham nesta Missão Diplomática.

Desse modo, o paliativo de novas reformas tornava-se antieconômico e desaconselhável, impondo-se, aparentemente, a construção de novo prédio, no mesmo terreno, com a demolição das instalações então existentes.

Alertada sobre o problema, a Secretaria de Estado autorizou a vinda a Assunção do Che-

fe e de funcionário da Divisão do Patrimônio, que corroboraram a opinião de impraticabilidade de nova reforma e decidiram pela conveniência e urgência de construir novo prédio.

A previsão da despesa com a obra foi, por esse motivo, incluída na proposta orçamentária para o exercício de 1976 e iniciado o esboço do projeto de construção, com implementação prevista para a época em que fosse liberada a verba própria.

Em abril de 1976, reservados os recursos, foi Vossa Excelência, Senhor Embaixador, autorizado a procurar novas instalações provisórias para a Chancelaria, pelo prazo que durasse a construção de uma nova, de modo a que, tão logo efetivada a mudança, fosse demolido o imóvel atual e iniciada a obra.

Em junho, examinadas várias ofertas do mercado imobiliário local, nenhuma de apelo significativo, foi-lhe oferecida, para a venda ao Governo brasileiro, esta excelente propriedade. Seu valor e seu porte, aliados ao preço requerido para a venda, fizeram com que me recomendasse a compra deste imóvel, modificando, assim, todo o esquema anterior de uma edificação no local da Chancelaria anteriormente existente.

O Governo brasileiro passaria a contar, assim, com um terceiro Próprio Nacional na zona residencial mais importante desta cidade. Por outro lado, a residência da Embaixada lucraria, com a possibilidade de ampliação de seu pátio e jardim.

Surgiu, depois, a possibilidade adicional de ser negociada a aquisição do terreno contíguo, sobre a rua 25 de Mayo, com área de cerca de 532 m², de modo a eliminar enclave que poderia ser desaconselhável.

Após breves negociações, foi Vossa Excelência autorizado a adquirir a propriedade e o terreno a ela contíguo.

Realizadas as obras de adaptação — em que é de procedência brasileira a quase totalidade do material nelas utilizado, bem como o equipamento de ar-condicionado, as luminárias, forração do piso, o revestimento e as peças da cozinha, copa e banheiros — efetivou-se, agora em novembro, a mudança

da Chancelaria para este novo prédio, dando-lhe instalações condignas e funcionais, bem assim como excelentes conjuntos de salas para os Senhores Adidos Naval, do Exército e da Aeronáutica.

Estou muito feliz por ter podido, hoje, fazer a entrega formal desta nova Chancelaria da Embaixada do Brasil em Assunção. Não creio necessário alongar-me sobre a importância do que aqui se faz, do ponto de vista dos interesses maiores do Brasil.

Desejo, apenas, felicitar meu querido amigo de tantos anos, o Embaixador Fernando Ramos de Alencar, e a todos os que com ele aqui colaboram pela excelência dessa obra de que agora passam a usufruir, concitando-os, a todos, ao mesmo tempo, a que perseverem, com tenacidade, na defesa dos interesses do Brasil no Paraguai.

Muito obrigado.

diplomacia pragmática favorece comércio externo brasileiro

Discursos do Ministro
de Estado das
Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo

da Silveira, e do presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindberg Aziz Cury, em 27 de dezembro de 1977, durante o banquete oferecido por aquela entidade ao Chanceler brasileiro.

O CHANCELER

Senhor Presidente,

Senhores Associados,

Recebo com emoção a homenagem que, na minha pessoa, quis a Associação Comercial do Distrito Federal prestar à política externa do Governo. É sempre uma ocasião de grande reconforto aquela em que grupos expressivos da coletividade nacional se manifestam para apoiar iniciativas que, em nome da Nação, os responsáveis pela condução da coisa política têm, freqüentemente, que tomar. Saber que as decisões assumidas correspondem a uma exata avaliação da vontade da Nação é o maior prazer que pode ter quem tem o dever de interpretá-la.

Na área da política externa, que é aquela em que me cabe atuar, nem um momento se passou em que não fosse constante o desejo do Governo de encontrar a orientação que melhor atendesse aos interesses nacionais. Creio que os resultados da política externa brasileira na atual Administração nos pode a todos envaidecer. Com sere-

nidade e firmeza, o Presidente Geisel soube, na linha de melhor tradição diplomática brasileira, aliar, na orientação que imprimiu à diplomacia brasileira, o respeito intransigente aos princípios capitais que devem reger as relações internacionais ao espírito de renovação e de inovação que é essencial num país jovem, voltado mais para o futuro do que para o passado.

diplomacia pragmática permite novas oportunidades de crescimento

Ênfase particular tem emprestado o Governo ao desenvolvimento de uma diplomacia pragmática que permita ao país magnificar suas oportunidades de crescimento econômico. Dentro desse quadro, o esforço inteligente, disciplinado e coordenado para expandir as relações comerciais do Brasil com outros países teve função predominante. Os Senhores quiseram destacar este aspecto da obra do Governo nesta cerimônia.

De fato, tão dinâmica é a trama das relações internacionais que qualquer enrijecimento das formas particulares das relações

entre Estados tende a ser artificial e a prejudicar o próprio interesse nacional. Em anos recentes, esse quadro se alterou de maneira mais acelerada. As relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento adquiriram uma grande complexidade. Mais e mais se ouve o clamor e se reconhece a justiça da causa das Nações em desenvolvimento que desejam uma ordem econômica internacional mais equitativa. A crise energética, com os desequilíbrios que introduziu e que prejudicaram de maneira mais incisiva os países em desenvolvimento em fase de expansão econômica, tornou ainda mais dramático aquele clamor.

O Brasil, que sempre teve destacado papel nas lides internacionais em favor dessa nova ordem, assumiu responsabilidades especiais nos anos recentes, ao procurar instilar a dose certa de moderação no debate multilateral desses problemas, buscando formas operativas de cooperação e de entendimento.

Ao mesmo tempo, procuramos, intrepidamente, otimizar nossa capacidade de barganha bilateral, de maneira a obter o melhor crescimento possível das nossas exportações, tanto de produtos básicos quanto de manufaturados e de serviços.

Somos hoje o segundo maior exportador de produtos agrícolas do mundo e nossas potencialidades nesse setor são inestimáveis. Aos poucos, estamos adquirindo uma respeitável presença no mercado internacional como exportador de bens manufaturados — bens de consumo e, já, bens duráveis também. E em países do continente americano e da África a presença de firmas de consultoria, de prospecção e de construção demonstra a capacidade que já adquiriu o país de ser, igualmente, um exportador de tecnologia e de serviços.

governo estimula atuação do setor privado

Tudo isso, evidentemente, não é o resultado exclusivo da obra do Governo. O Governo não é senão o estimulador, operando como desbravador de oportunidades e balizador

da atuação do setor privado, com vistas ao interesse do país como um todo. Mas o grande mérito é do empresariado brasileiro, de homens como os Senhores, com visão, determinação e patriotismo.

Em ocasiões anteriores, tive a honra de me dirigir a representantes do empresariado nacional no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte. Aqui mesmo, em Brasília, já o fiz em oportunidades diversas, no Palácio Itamaraty, quando era meu o privilégio de recebê-los. Hoje é a primeira vez que, representando o Governo, sou eu que venho receber as homenagens do empresariado de Brasília. Isso me deixa muito feliz, pois me dá o ensejo de dizer do meu sentimento por esta cidade que adotei no meu coração. E ao dizer isso sei que estou expressando, também, o sentimento de minha mulher, aqui presente.

Não trouxe para Brasília preconceitos favoráveis ou desfavoráveis. Aqui cheguei pronto a deixar que a cidade fizesse de mim o que desejasse. Logo me senti, porém, tomado pelo espírito incomum desta cidade estimulante ao trabalho e à criatividade. Mais do que as cidades já adultas, Brasília oferece um campo aberto à invenção, à iniciativa, à criação, que constitui um estímulo permanente aos que aqui vivem e que encaram com seriedade suas responsabilidades sociais.

Outro aspecto de Brasília que, para mim, tem um importante significado simbólico é estar ela situada no nascedouro das grandes bacias hidrográficas que irrigam o nosso país e na encruzilhada das principais regiões naturais do Brasil. Ao ver a placa que assinala o início da grande rodovia de integração nacional, que é a Belém—Brasília, não posso deixar de pensar que essa inigualável paisagem do cerrado é a antecâmara da região amazônica, hoje fadada a ser um grande pólo de desenvolvimento do Brasil, e dos demais países da região. Fator de integração nacional, Brasília pode, assim, tornar-se, também, foco de irradiação da cooperação internacional com os vizinhos do continente, hoje mais perto de nós, pelo próprio desenvolvimento dos programas nacionais de integração econômica do nosso

país, com suas novas redes de transportes e comunicações e com suas preocupações de exploração racional das regiões mais inacessíveis da Amazônia.

Meus Senhores,

Ao agradecer esta homenagem, quero repetir, mais uma vez, a profissão de fé que tantas vezes, publicamente, tenho feito no futuro do Brasil e no patriotismo e na iniciativa do empresariado brasileiro. O Itamaraty é a casa dos Senhores. Ali encontrarão sempre o entusiasmo e a dedicação dos diplomatas brasileiros que, ombro a ombro com os Senhores, procuram construir a grandeza nacional.

Muito obrigado.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Senhor Ministro de Estado, Embaixador Antonio Azeredo da Silveira,

Constitui honra maior para as classes empresariais de Brasília, congregadas na Associação Comercial e na Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, receber Sua Excelência o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores e prestar-lhe esta homenagem.

Sua Excelência, na condução da política exterior brasileira, tem-se revelado, além do fino diplomata que é, um progressista empresário, buscando novos mercados para a nossa produção, quer a de produtos primários, quer a de manufaturados, à qual, aliás, vem, acertadamente, dando maior ênfase.

Alargando as fronteiras das nossas amizades, abrindo as portas largas da África Negra que tantos pontos de identidade guarda conosco, penetrando no mistério da China milenar com o seu mercado consumidor de muitos milhões de pessoas.

Disse Renan que uma nação "é um plebiscito cotidiano".

O Brasil se fez nação com a independência. Surgiu, então, o consenso nacional plebiscitário dentro das fronteiras do país. Consenso, ao início, impreciso, tumultuado, mais emocional que de razão.

Foi-se afirmando, todavia, através da ação poderosa de seus melhores homens, os verdadeiros representantes da consciência nacional.

E como foi penoso, em 150 anos, despertar e difundir essa consciência pela extensão continental de nossa pátria!

Quantas resistências, derivadas da incompreensão, à extraordinária conquista de um grupo humano que se funde, coeso, em um imenso território, para a realização conjunta de seu destino manifesto.

Lutou-se, a princípio, para a eliminação progressiva de dissidências e conflitos, cuja pressão ameaçava fazer explodir a nacionalidade em formação.

E quanto deve o país de hoje aos homens do passado, entre os quais cintila magnânima a espada de Caxias!

Estabelecida, finalmente, a coesão social, base necessária para qualquer tentativa posterior de ação comunitária, abriram-se as intermináveis lutas de sangue e de inteligência para a consolidação da soberania nacional sobre um território definido. Caxias, novamente, e Cabo Frio e os Rio-Branco e Nabuco e tantos outros.

Foi preciso marcar depois a presença da nação consolidada, no áspero convívio internacional — e surgem Ruy e Epitácio Pessoa e Mello Franco e Raul Fernandes e tantos outros. Até os nossos dias, para glória da diplomacia brasileira, simbolizada, hoje, em uma palavra impregnada do agreste sabor de nossa terra: — Itamaraty.

E no presente, Senhor Ministro, herdeiro espiritual desse imenso legado, continuais a tradição nacional de serenidade e perseverança, nesta hora tumultuada de múltiplas preocupações.

A subversão dominada no solo da pátria, pela energia superior dos homens de 1964, dissimulava-se no exterior nas ignóbeis trincheiras da injúria e da calúnia.

Uma a uma, com paciência inalterável, sem pressa, com a segurança de quem maneja as armas da verdade, foram-se rebatendo as torpezas que, lá fora, as almas poluídas pretendiam assacar contra o Brasil. O nobre instrumento da ação nacional chama-se, mais uma vez — Itamaraty.

E, agora, além da representação superior de uma nação, que se ergue entre as demais, já não como promessa de um futuro sempre adiado, mas como presença inarredável de voluntariosa juventude, cabe-vos cumprir uma nova e espinhosa missão.

o apoio da diplomacia brasileira à economia nacional

Cabe-vos dar o insubstituível apoio de vosso Ministério ao arranque econômico nacional. E o Itamaraty, mais uma vez, se vem revelando à altura da indócil arremetida brasileira que queima etapas. Salta barreiras, antecipa, a galope, um futuro que se faz presente.

Jamais, como agora, despertou a consciência nacional para a verdade do momento, que o nosso Oliveira Vianna definia com tanta lucidez: "Diante dos padrões pelos quais se modela, atualmente, a nossa civilização industrial, batido um povo no campo econômico, este povo está, praticamente, batido no campo político: a sua soberania será uma ficção, a cobrir a realidade substancial de um suseranato de fato."

Nunca houve uma representação política nacional no poder, tão consciente dessa terrível realidade. A face austera dessa consciência aberta para os oceanos de Leste, ciosa dos caminhos da pátria voltados para o Norte, florestal e bravo, para o Ocidente, marcado de ameaças e promessas, para o Sul, onde a preocupação a tensão social que

envolve nações irmãs, essa consciência austera, insistimos, chama-se ainda uma vez — Itamaraty.

Vede, Senhor Ministro, nós empresários, de Brasília e do Brasil, somos partícipes dessa consciência desperta. Vemos e sentimos o que se vem fazendo em vosso Ministério como paciente obra de embasamento do desenvolvimento econômico do país, condição de possibilidade para a sua definitiva emancipação política.

Acompanhamos, com admiração e respeito o desenvolvimento do Pacto Amazônico, através do qual o Brasil busca irmanar-se às nações vizinhas que, como nós, são donatárias daquele imenso território verde, onde jazem tesouros incalculáveis, para dali extrair inexauríveis riquezas, sem contudo quebrar o equilíbrio ecológico, vital para a sobrevivência do homem sobre a terra.

Nós empresários repetimos, Senhor Ministro, congregados em suas entidades de classe, fundimo-nos todos num imenso entusiasmo pelo Brasil, que se ergue como nação decidida a cumprir o seu destino de glória, numa solidariedade fraternal de quem espera as mais belas realizações e o pleno êxito dessa arrancada.

Confiamos, todos nós, na atuação de poderes públicos que oferecem aos 155 anos de Independência do Brasil, a mais clara demonstração de sua maturidade.

Queríamos, nestas palavras, assinalar o muito que devemos à atuação de vosso Ministério, para abrir-nos as pesadas portas do comércio internacional. Todos nós, empenhados a fundo no dramático processo, conhecemos, de sobra, o que está sendo feito.

É nossa hora. O comando é seguro. A vontade geral, inflexível. É avançar.

O Brasil pode contar hoje, como nunca, com a coragem de seus filhos e o poderoso apoio das nações amigas, conquistado graças a uma diplomacia pragmática, agressiva como é do gosto de nós latinos, austera como convém ao Brasil.

azeredo da silveira analisa aspectos da política exterior do brasil

Entrevista do Chanceler Azeredo da Silveira ao jornalista René Arteaga, do jornal mexicano **Uno Más Uno**, concedida em seu gabinete no Palácio Itamaraty de Brasília, em 21 de dezembro de 1977.

Pergunta — Quais resultados, Senhor Ministro, o Senhor espera da visita do Presidente Geisel ao México?

Resposta — Creio que a visita do Presidente Echeverría já incrementou bastante as relações entre Brasil e México. Em primeiro lugar, evidentemente, as relações políticas no sentido de que o intercâmbio de opiniões foi importante. O conhecimento recíproco foi ampliado. Também o intercâmbio tecnológico, que tem sido muito importante em nossas relações, começou a crescer desde então. E o comércio, também. Estou seguro de que a visita do Presidente Geisel ao México, a convite do Presidente Portillo, representará um passo a mais e muito grande. Nossos países estão passando por momentos de desenvolvimento econômico muito parecidos.

Pergunta — A segunda questão se relaciona com a ALALC e com o Pacto Andino: é correto dizer que o Brasil é um país simpatizante de uma profunda integração latino-americana?

Resposta — Sem dúvida, apoiamos todos os esquemas de integração latino-americana.

na. Apenas somos realistas no sentido de que não acreditamos que uns se confrontam com outros. Queremos que todos se completem. Muitas vezes até mesmo as relações bilaterais são um elemento muito importante de integração latino-americana, quando produzem atividades comuns e solidárias entre dois, três e quatro países, o que já passou a ser um plano básico do SELA. O SELA busca isso.

Pergunta — Senhor Ministro, pode-se afirmar, com propriedade, que existe, segundo alguns jornais, um esfriamento nas relações Brasil-Estados Unidos por causa da política do Presidente Carter no tocante ao acordo nuclear Brasil-RFA e porque os Estados Unidos, através da política dos direitos humanos de Carter, aparentemente intervêm em assuntos nacionais de cada país?

Resposta — Vou responder de uma forma talvez mais otimista. Não diria que há confrontações entre Brasil e EUA e que tenha havido deterioração em nossas relações. Primeiramente, creio que houve um amadurecimento nessas relações. O Brasil é hoje um país que sabe resistir a pressões sem se tornar excessivamente emocional. Tive-

mos, digamos assim, um ano de relações um pouco mais difíceis com os EUA, porém sem criar um sentimento global anti-norte-americano no Brasil. Isto é muito importante. Já são relações mais maduras.

Quanto ao acordo nuclear com a RFA, nós o temos e não vamos alterá-lo: é um ato jurídico perfeito que vai ser cumprido completamente pelo Brasil. E é um assunto entre a RFA e o Brasil, e não um problema de outros países. O terceiro ponto é que durante a campanha presidencial nos EUA foram feitos muitos ataques ao Memorando de Entendimento que o Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger firmou com o Brasil. Desde então, as coisas mudaram muito porque foi o próprio Secretário de Estado Cyrus Vance quem me declarou, por escrito, que esse Memorando de Entendimento está de pé. Assim, creio que nossas relações estão melhorando e nós temos tido muitos contatos.

O Senhor quer que fale sobre direitos humanos que o Senhor mencionou? Vou explicar a posição brasileira. A política sobre direitos humanos é uma coisa que tem uma força intrínseca extraordinária, dado seu caráter ético. E para nós é importante que o Brasil seja um país que declare — como o faz — que respeita os direitos humanos e que fiscaliza o respeito aos direitos humanos. Eu mesmo disse isso em meu discurso nas Nações Unidas. Mas a responsabilidade é nacional.

Pergunta — O Brasil é um país que sempre tem estado nos foros internacionais ao lado do Terceiro Mundo, seja na UNCTAD, seja na Conferência Norte-Sul. Esta política de desenvolvimento também se aplica na política interna brasileira? É congruente com a política interna do Brasil?

Resposta — Sem dúvida. O Brasil é um país que precisa ter sempre uma preocupação social indispensável. É país que, além de se desenvolver, tem de fazer investimentos de retorno lento para integrar áreas ao progresso econômico. E isso tem apenas um sentido: o social. Os programas sociais do Brasil são enormes. Por exemplo: todos os alunos de escola primária, no Brasil, têm

uma merenda gratuita. É o programa social mais caro que existe na América Latina.

Pergunta — Esta pergunta é relacionada com o Tratado de Tlatelolco. O Brasil não assinou todos seus aspectos...

Resposta — Não, o Brasil não só assinou como ratificou o Tratado. Apenas o Brasil, ao assinar e ratificar, já assumiu o compromisso de não fabricar armas nucleares. Aqui é que existe uma grande confusão. Queremos que a zona desnuclearizada seja realmente desnuclearizada. Por isso, exigimos que as superpotências firmem os protocolos. Mas quanto ao compromisso de fabricar, não, porque o dia em que um país firma e ratifica não pode ir contra isso, o Senhor compreende?

Pergunta — Com sua permissão, agora a última pergunta. A viagem ao México do Senhor e do Presidente Geisel significa — esta é uma pergunta e não uma opinião — que o Brasil busca um aliado natural do ponto de vista político e não apenas econômico?

Resposta — Sem dúvida. Nós não temos nenhuma confrontação entre nós. Funcionamos em esferas distintas. Temos um determinado peso. Então, quando o Brasil e o México se entendem, as coisas se facilitam em todas as áreas. Esta é a minha convicção.

Pergunta — Alguma coisa mais que o Senhor gostaria de acrescentar?

Resposta — Gostaria de dizer que me sinto muito ligado ao México. Estive lá mais de uma vez. Creio que o mexicano é um povo muito parecido com o brasileiro. Temos orgulho de sermos mestiços, coisa que é rara no mundo. Isso é uma coisa que nos une muito (O jornalista interrompe: "Há um mundo mágico aqui no Brasil"). Que é uma coisa extraordinária, que existe também no México. Por isso há um capital de simpatia tão grande no Brasil pelo México. Porque são caminhos distintos, com resultados distintos, porém com grandes afinidades.

protocolo aperfeiçoa convenção

Discursos do Secretário-Geral
do Ministério da Fazenda,
José Carlos Freire, e do Embaixador japonês,
Kenzo Yoshida, no Palácio
Itamaraty de Brasília, em 29
de novembro de 1977, por ocasião
da troca dos instrumentos de ratificação
do Protocolo que modifica a

brasileiro-japonesa sobre bitributação

Convenção Brasil-Japão sobre Bitributação.

O SECRETÁRIO-GERAL

Senhor Ministro das Relações Exteriores,
Senhor Embaixador,

É com grande satisfação que participo hoje da cerimônia da troca dos instrumentos de ratificação do Protocolo firmado entre o Brasil e o Japão, em Tóquio, a 23 de março de 1976, que modifica e complementa a Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos que data de 1967.

As Convenções dessa espécie vêm sendo utilizadas pelo Governo brasileiro como um instrumento de política econômica, visando a incrementar o fluxo de investimento direto estrangeiro para o País, reduzir o custo do dinheiro e da tecnologia importados, permitir uma maior flexibilidade na utilização da legislação do imposto de renda brasileiro, assim como facilitar o funcionamento de empresas brasileiras no exterior.

A Convenção assinada em 1967 impulsionou consideravelmente as relações econômicas entre o Brasil e o Japão. Os investimentos japoneses que, em 1971, figuravam em sétimo lugar na ordem dos investimentos estrangeiros no Brasil passaram a ocupar, em 1976, o terceiro lugar. O montante desses investimentos passou de cento e vinte milhões de dólares para um bilhão e cinco milhões de dólares, com um aumento aproximado de setecentos por cento, o maior do período. O Japão tornou-se também um grande supridor de créditos e financiamentos, bem como de tecnologia para o Brasil.

O protocolo, cujos instrumentos de ratificação ora estão sendo trocados, aperfeiçoou a Convenção existente, estabelecendo uma maior precisão nos níveis de tributação dos dividendos, juros, **royalties** e rendimentos de assistência técnica e, principalmente, introduzindo mecanismos pelos quais os incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Brasil não serão afetados ou anulados pela legislação do imposto de renda japonês.

Congratulo-me, portanto, com o Governo do Japão, pela cerimônia que acaba de ser realizada, persuadido de que nossos governos, e sobretudo os empresários de nossos países, saberão valer-se das possibilidades que assim se oferecem para a mútua cooperação entre nossos dois povos.

O EMBAIXADOR

É um motivo de grande alegria para mim, a realização, hoje, da troca de instrumentos de ratificação do Protocolo que modifica e complementa a "Convenção entre o Japão e os Estados Unidos do Brasil destinada a evitar a dupla tributação em matéria de im-

posto sobre rendimentos", cujo novo texto entrará em vigor a partir de janeiro do ano vindouro, o que tem grande significado na promoção do intercâmbio econômico e cultural entre os dois países.

Este Protocolo foi assinado em Tóquio, em março do ano passado, e era esperado que entrasse em vigor com a maior brevidade. Acredito e espero que, com a troca do instrumento de ratificação, hoje, a relação de amizade e o intercâmbio econômico e cultural entre o Japão e o Brasil, tradicionalmente estreitos, sejam cada vez mais fortalecidos, proporcionando o desenvolvimento econômico para ambos os países.

Nesta oportunidade, desejo apresentar os meus respeitosos cumprimentos às autoridades brasileiras que não mediram esforços para a conclusão e ratificação deste Protocolo. *

* Na página 131, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, a Ata da troca dos instrumentos de ratificação do Protocolo que modifica e complementa a Convenção Brasil-Japão sobre bitributação e o texto do Protocolo; na seção **Notícias**, página 145, uma informação sobre o evento.

câmara dos deputados publicará documentos do conselho de estado imperial

Discurso de Azeredo da Silveira, em 2 de dezembro de 1977, por ocasião da assinatura de convênio entre a Câmara dos Deputados e o Ministério das Relações Exteriores para a publicação das consultas da seção de estrangeiros do Conselho de Estado Imperial.

Senhor Presidente,

Esta cerimônia representa a concretização de uma feliz iniciativa de seu ilustre antecessor na Presidência da Câmara dos Deputados, o Doutor Célio Borja, em boa hora retomada, com perseverança e entusiasmo por Vossa Excelência. Sinto-me feliz de poder participar deste ato, e de, com o meu comparecimento ao Gabinete de Vossa Excelência para a assinatura do presente convênio, testemunhar o apreço do Itamaraty por essa iniciativa e o apoio que a ela pretendemos dar.

Sou grato à Câmara dos Deputados, e, em particular, a Vossa Excelência pelo empenho colocado na realização do empreendimento que este Convênio vem possibilitar.

As consultas da Seção de Estrangeiros do Conselho de Estado representam um riquíssimo manancial de informações sobre o alvorecer da diplomacia brasileira e sobre o desenvolvimento da política externa do Império, num período extremamente impor-

tante da História pátria — o da formação e consolidação da nossa vida soberana. Pôr essa documentação à disposição dos estudiosos e do grande público é uma iniciativa que exalta a Câmara dos Deputados e o Itamaraty. Tanto mais quanto, infelizmente, não se formou, ainda, no Brasil, o hábito da publicação sistemática de documentos fundamentais para a compreensão da História nacional.

As Consultas serão publicadas em sua integridade, sob rigorosa supervisão quanto à sua cronologia e autenticidade, em edições anotadas para a melhor inteligência possível dos textos.

Estou certo, Senhor Presidente, que esse empreendimento marcará um momento importante na pesquisa histórica e na divulgação documental no Brasil. Felicito Vossa Excelência por mais essa contribuição prestada à causa da cultura nô Brasil, entre tantas outras que têm destacado a atividade pública de Vossa Excelência.

relações diplomáticas

brasil cria missão diplomática nos emirados árabes unidos

Pelo Decreto n.º 80.896 de 1.º de dezembro de 1977, foi criada a Missão Diplomática do Brasil nos **Emirados Arabes Unidos**, com sede em **Abu Dábi**, tornando insubsistente o artigo 2.º do Decreto n.º 74.265, de 8 de julho de 1974, que a criou cumulativamente com a Embaixada no **Reino da Arábia Saudita**.

designação de embaixadores brasileiros

Hélio Antonio Scarabôto, junto à **Dinamarca**, em novembro de 1977;

Fernando Paulo Simas Magalhães, junto ao Governo da **Costa Rica**, em novembro de 1977;

Luiz Augusto Pereira Souto Maior, junto ao Governo da **Irlanda** (cumulativamente com a Missão junto às **Comunidades Européias**), em novembro de 1977;

André Teixeira de Mesquita, junto ao Governo da **Islândia** (cumulativamente com a Embaixada junto ao Governo da **Austria**), em novembro de 1977;

Ítalo Zappa, junto ao **Lesoto** (cumulativamente com a Embaixada junto ao Governo de **Moçambique**), em novembro de 1977;

Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti, junto à UNESCO, em dezembro de 1977.

entrega de credenciais

De Embaixadores brasileiros:

Paulo da Costa Franco, ao **Líbano**, em 6 de outubro de 1977;

Carlos dos Santos Veras, ao Governo de **Maurício**, em 19 de outubro de 1977;

Carlos Frederico Duarte Gonçalves, à **Bélgica**, em 21 de outubro de 1977;

Carlos dos Santos Veras, à **Zâmbia**, em 7 de novembro de 1977;

José Oswald de Meira Penna, ao **Equador**, em 7 de novembro de 1977;

Jorge de Sá Almeida, à **Indonésia**, em 9 de novembro de 1977;

Jorge D'Escragnolle Taunay, ao **Panamá**, em 6 de dezembro de 1977;

Lauro Soutello Alves, às **Filipinas**, em 3 de dezembro de 1977.

Vasco Mariz, a **Israel**, em 13 de dezembro de 1977;

Ronald Leslie Moraes Small, à **Argélia**, em 14 de dezembro de 1977.

De Embaixadores estrangeiros:

Hans Jörg Kastl, da **Alemanha (RFA)** em 6 de outubro de 1977;

Parvan Alexandrov Techernev, da **Bulgária**, em 6 de outubro de 1977;

Jan Kinast, da **Polônia**, em 13 de outubro de 1977;

Jean Béliard, da **França**, em 13 de outubro de 1977;

Hafford Philmore Brazane Babb, de **Barbados**, em 10 de novembro de 1977;

Eduardo M. Zubía, do **Uruguai**, em 10 de novembro de 1977;

José Antonio Moreno Ruffinelli, do **Paraguai**, em 19 de dezembro de 1977;

Bashir Khalil Fadel, da **Líbia**, em 19 de dezembro de 1977;

brasileiro da Comissão Jurídica Interamericana, órgão da Organização dos Estados Americanos.

Jurista de renome internacional, o professor Haroldo Valladão já representou o Brasil em vários congressos e conferências internacionais, tendo exercido diversas funções pú-

blicas, para o Governo brasileiro. Nascido em São Paulo, em 1901, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1921, e foi também, durante muitos anos, Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e professor de Direito Internacional do Instituto Rio-Branco.

relações comerciais

Brasil participa de 103 mostras internacionais em 1978

Em 1978, o Brasil deverá se fazer representar em 103 mostras internacionais, dentro do Programa de Feiras e Exposições preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, que objetiva ampliar os horizontes para a colocação de produtos e serviços brasileiros de exportação. A participação de empresas brasileiras nas feiras e exposições internacionais constitui um instrumento de grande eficácia para a expansão das vendas externas brasileiras, contribuindo para a melhoria de nossa balança de pagamentos. Por esse motivo, a presença do Brasil nesses eventos vem crescendo aceleradamente nos últimos anos, tendo passado de 65, em 1976, para 75, em 1977, e passando de 100 em 1978.

Com apoio do Itamaraty — que realiza estudos especializados de mercado, visando, principalmente, definir os melhores produtos para colocação no exterior — o empresário nacional tem uma excelente oportunidade para ampliar suas vendas e diversificar os contatos com empresas e compradores estrangeiros, já que os certames internacionais de que participará o Brasil estão distribuídos por todos os continentes. Na seleção dos eventos, para a participação das empresas brasileiras, o Ministério das Relações Exteriores leva em consideração, basicamente, o critério de busca de equi-

brio do comércio com os mercados já tradicionais e de abertura de novos mercados. Assim, para 1978, o Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty — dividido em mostras gerais e mostras especializadas, ambas com exibição de produtos ou somente com estandes de informação — prevê a participação de empresas brasileiras em 41 exposições em países das **Américas**, 40 na **Europa**, 20 na **África**, **Oriente Médio** e **Extremo Oriente**, e duas no **Sudeste da Ásia** e **Oceania**.

Nas **Américas**, o Brasil participará de nove mostras gerais e de 22 mostras especializadas, com exibição de produtos, e de 10 certames com estandes de informação. Na **Europa**, os 40 eventos de que participarão as empresas serão 25 com exibição de produtos (sete mostras gerais e 18 mostras especializadas) e 15 com estandes de informação, enquanto que, dos 20 certames internacionais na **África**, **Oriente Médio** e **Extremo Oriente**, 12 serão com exibição de produtos (cinco mostras gerais e sete mostras especializadas) e oito com estandes de informação. No **Sudeste da Ásia** e **Oceania**, o Brasil participará de duas mostras gerais.

46 empresas representam o Brasil na feira de argel

Pela quinta vez consecutiva, o Brasil participou da Feira Internacional de Argel, na

Argélia, realizada de 21 de setembro a 7 de outubro de 1977. Representaram o país 46 empresas produtoras de equipamentos diversos, semimanufaturados, matérias-primas, produtos alimentares e industrializados, e outros. Ao final do evento, os expositores nacionais haviam conseguido um total de vendas no valor de 1 milhão e 700 mil dólares.

Com a participação nessa mostra internacional, o Brasil ampliou a sua representação em produtos, serviços e tecnologia na Argélia, competindo com 45 países do mundo inteiro. Como vem ocorrendo, de ano para ano, a Feira Internacional de Argel abriu também possibilidades para a indústria mecânica e empresas brasileiras de engenharia, planejamento, gerência e projetos, através da criação de associações e companhias mistas para a produção de equipamentos.

produtos brasileiros na feira de cochabamba

Cento e quarenta e uma empresas brasileiras participaram, de 15 a 30 de outubro de 1977, da III Feira Internacional de Cochabamba, na Bolívia, apresentando produtos de interesse para o mercado daquele país, entre os quais, produtos alimentares, roupas, equipamentos industriais e maquinaria, materiais para construção civil, automóveis, equipamentos agrícolas, eletrodomésticos e outros. O total de vendas efetuadas pelos expositores brasileiros, segundo estimativas deles próprios, alcançou a cifra dos 5 milhões de dólares.

A participação do Brasil na III Feira Internacional de Cochabamba revestiu-se de muita importância para o incremento e a consolidação da corrente de exportação nacional para a Bolívia. Cochabamba está situada no centro daquele país, com extensos vales, onde se localizam importantes plantações de cereais, razão pela qual a cidade é conhecida como o "celeiro da Bolívia". Dista 500 km da cidade de La Paz, comunicando-se com esta através de rodovia e ferrovia, estando também ligada por ferrovia com Santa Cruz de La Sierra.

visita de astrom intensifica intercâmbio comercial com a suécia

O Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores da Suécia, Embaixador Sverker Astrom, visitou o Brasil, no período de 21 a 30 de outubro de 1977, mantendo inúmeros contatos com autoridades brasileiras e empresários de seu país. A visita de Sverker fez parte de uma missão especial, que incluiu diversos países com os quais a Suécia mantém importantes relações econômicas e de amizade.

Durante sua estada no Brasil, o Embaixador Sverker Astrom avistou-se com a comunidade empresarial sueca no Rio de Janeiro e em São Paulo, e foi o principal orador do Encontro Anual da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, realizada na capital paulista a 25 de outubro. Em Brasília, Astrom entrevistou-se com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e com o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen.

Dentro da programação de sua viagem ao Brasil, Sverker Astrom participou também de um almoço oferecido pelo Chanceler Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, no dia 26 de outubro, e de um coquetel que lhe foi oferecido, no mesmo dia, pelo Embaixador da Suécia e Senhora. Ainda na capital brasileira, Astrom proferiu uma palestra no Itamaraty e ofereceu um almoço, na Embaixada da Suécia, aos jornalistas do setor de política externa. Nos dias que passou em São Paulo, o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores da Suécia visitou indústrias suecas e a sede do jornal **O Estado de São Paulo**, onde concedeu uma entrevista, e fez uma visita de cortesia ao Governador daquele Estado, Paulo Egydio Martins.

A visita do Embaixador Sverker Astrom teve como objetivo principal o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os dois países. O Brasil é um dos mais importantes mercados da Suécia fora da Europa e suas exportações para cá, que vêm atingindo uma quantia anual de 200 milhões de dólares, cobrem uma ampla gama de produtos industrializados de alta qualidade, tais como

maquinaria elétrica e mecânica, equipamento de telecomunicações, aços especiais e outros.

comissão de coordenação chileno-brasileira reúne-se em Brasília

Para tratar do intercâmbio comercial, transportes, turismo e outros aspectos das relações entre o Brasil e o Chile, reuniu-se, de 8 a 10 de novembro de 1977, no Palácio Itamaraty de Brasília, a Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira, criada em 1966 com o objetivo de analisar assuntos de interesse para ambos os países.

Os resultados da reunião, que foi a quarta a ser realizada no quadro institucional das relações entre o Brasil e o Chile, tiveram por finalidade propor aos respectivos Governos as medidas julgadas pertinentes na ocasião. A primeira reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira foi efetuada em 1966, na cidade do Rio de Janeiro. A segunda, desdobrada em duas fases, foi consumada em Santiago, no mês de julho de 1968, e no Rio de Janeiro, em agosto daquele ano, tendo a terceira sido feita na cidade de Santiago, em julho de 1974.

empresas brasileiras vendem US\$ 22 milhões na feira de Santiago

Cerca de 22 milhões de dólares foi o total das vendas efetuadas por mais de 200 empresas brasileiras que participaram da XV Feira Internacional de Santiago, realizada entre 27 de outubro e 13 de novembro de 1977, na capital chilena. Esta foi a sétima vez que o Brasil participou daquela exposição no Chile, ocupando um pavilhão de 8.125 metros quadrados, nos quais foram apresentados diversos produtos de fabricação nacional, tais como máquinas operatrizes e industriais, vestuário, eletrodomésticos, materiais para construção civil, automóveis, guindastes, equipamentos hospitalares, tecidos, brinquedos e outros.

Com o sucesso alcançado pelo Brasil nas feiras anteriores, realizadas naquele país, e estimulado pelo grande interesse do empresário em geral, o Ministério das Relações Exteriores resolveu ocupar este ano uma área ainda maior do que em 1976. Assim, coube aos expositores nacionais uma área coberta de 5.625 metros quadrados para a exposição de seus produtos, a maior área ocupada pelo Brasil em feiras internacionais.

“O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos” — Azeredo da Silveira.

os acordos brasil-venezuela

Convênio de Amizade e Cooperação, Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria Sanitária para o Meio Tropical e Acordo de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, entre o Brasil e a Venezuela, assinados no Palácio do Planalto, em Brasília, em 17 de novembro de 1977, pelos Chanceleres brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira, e venezuelano, Simón Alberto Consalvi; troca de Notas entre os dois Chanceleres, na mesma data, sobre o intercâmbio bancário e sobre a entrada em vigor do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 1977, pelos presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), José Dion de Melo Teles, e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Venezuela (CONICIT), Pedro Obregon.

CONVÊNIO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel,

e

Sua Excelência o Senhor Presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Pérez,

Inspirados pelo propósito de reafirmar os fraternos laços de amizade que unem o Brasil e a Venezuela,

Conscientes dos esforços que desenvolvem ambos os países no sentido de uma participação mais justa e racional de suas economias no contexto mundial, bem como do amplo campo de coincidências e de possibilidades que oferecem ações convergentes dos dois países;

Convencidos da necessidade de promover e fortalecer sistemas de cooperação, no contexto das relações bilaterais, regionais e multilaterais que mantêm ambos os países;

Animados do desejo de incentivar medidas capazes de facilitar essa cooperação;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes da plena utilização das potencialidades que oferecem suas economias, no contexto de suas próprias prioridades de desenvolvimento;

Decididos a levar avante programas que tenham por objetivo o incentivo das relações entre si, com outros países da região e fora desta, nos campos de interesse recíproco;

Resolvem celebrar o presente Convênio de Amizade e Cooperação e, para esse fim, nomeiam os seguinte Plenipotenciários:

O Presidente da República Federativa do Brasil, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República da Venezuela, a Sua Excelência o Senhor Doutor Simón Alberto Consalvi, Ministro das Relações Exteriores,

Os quais acordam o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes convêm em instaurar e aperfeiçoar mecanismos de entendimento e cooperação sobre assuntos de interesse comum, tanto no plano bilateral como no regional e no multilateral.

artigo II

Os mecanismos a que se refere o Artigo I processar-se-ão por via diplomática, por intermédio da **Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana** ou outros meios de mútua conveniência.

artigo III

Fica instituída a Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, que terá por finalidade fortalecer no contexto dos interesses e obrigações que têm ambos os países decorrentes dos seus compromissos internacionais, a cooperação entre os dois países, analisar e acompanhar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes, especialmente nos seguintes campos:

- a) projetos econômicos relevantes para as relações bilaterais e multilaterais;
- b) intercâmbio comercial e as medidas para assegurar seu incremento e diversificação, com particular ênfase nas amplas possibilidades que existem nas relações do Pacto Andino com o Brasil;
- c) aperfeiçoamento dos meios de transportes e comunicações entre os dois países; e
- d) cooperação técnica e intercâmbio cultural, científico e tecnológico.

Parágrafo Único: A Comissão de Coordenação se comporá de uma seção de cada Parte, presidida pelos Ministros das Relações Exteriores ou seus Representantes Especiais e integrada por Delegados designados pelos respectivos Governos. A Comissão de Coordenação reunir-se-á alternadamente no Brasil e na Venezuela, em data acordada por via diplomática.

A Comissão de Coordenação poderá estabelecer grupos mistos de trabalho para os campos que estime conveniente. Os grupos de trabalho submeterão seus relatórios e resultados de suas atividades à Comissão de Coordenação.

A Comissão de Coordenação examinará e proporá a ambos os Governos a forma pela qual as atuais Comissões Mistas se adequarão ao mecanismo contemplado no presente Convênio.

artigo IV

As Partes Contratantes se empenharão em lograr a progressiva ampliação e diversificação de suas relações econômicas, tanto no contexto bilateral, como regional e multilateral.

artigo V

Com o propósito de incrementar o comércio recíproco e tendo em vista as necessidades de seus respectivos mercados e a adequada complementação de esforços, as Partes Contratantes promoverão as iniciativas pertinentes para o fornecimento de produtos agrícolas, industriais e outros, dentro do contexto no qual se desenvolvem suas respectivas economias.

artigo VI

Conscientes dos benefícios que poderão resultar

de uma estreita colaboração na execução de seus planos de expansão industrial, as Partes Contratantes encorajarão os investimentos de um País no outro e entre os dois países e outros países da região, tanto do setor público como do setor privado. Para alcançar este objetivo, dispõem-se a considerar fórmulas que facilitem a celebração de acordos de complementação industrial e a estimular iniciativas, conjuntas ou de vários países, com vistas a fortalecer os vínculos entre as duas Partes e as ações tendentes a uma integração mais ampla dos países da região.

artigo VII

Tendo presentes os programas de desenvolvimento brasileiros e venezuelanos, com efetiva incidência no desenvolvimento econômico e social, as Partes Contratantes comprometem-se a envidar esforços no sentido de facilitar a mútua participação de suas empresas em projetos e obras em seus respectivos países ou em terceiros países.

artigo VIII

Considerando a relevância do comércio fronteiriço para a vida normal das populações de seus territórios confinantes, assim como para o processo local de desenvolvimento, as Partes Contratantes concordam em examinar as medidas capazes de facilitar um comércio fronteiriço fluido, a fim de satisfazer as necessidades dessas populações.

artigo IX

A fim de impulsionar a cooperação no setor agropecuário, ambos os países trocarão informações e experiências e se prestarão reciprocamente a maior assistência possível em matéria de pesquisa, produção e técnica agrícolas.

artigo X

As Partes Contratantes convêm em estimular, ainda mais, as atividades de cooperação técnica e científica previstas no Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 20 de fevereiro de 1973.

artigo XI

A fim de facilitar o controle e erradicação das epizootias incidentes nas áreas fronteiriças dos dois

países, as Partes Contratantes examinarão a possibilidade de celebrar um Acordo no campo da defesa sanitária animal.

artigo XII

As Partes Contratantes concordam em promover, em regime de mais estreita colaboração e consoante os instrumentos internacionais de que participem, políticas racionais de conservação da flora e da fauna nos territórios adjacentes à fronteira entre os dois países.

artigo XIII

As Partes Contratantes confirmam seu propósito de atualizar e fortalecer a cooperação nas esferas cultural e educativa.

artigo XIV

Com o objetivo de propiciar a regulamentação dos serviços aéreos entre o Brasil e a Venezuela, dentro dos princípios e disposições da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago, em 7 de dezembro de 1944, as Partes Contratantes decidem promover a negociação de um acordo de transportes aéreos.

artigo XV

As Partes Contratantes reafirmam seu especial interesse em intensificar e facilitar os trabalhos que vêm sendo realizados, com pleno êxito, pela Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, em consonância com a tradição de entendimento e harmonia que tem prevalecido nessa matéria entre os dois países.

artigo XVI

Além do presente Convênio e dentro do elevado espírito que o informa, as Partes Contratantes celebrarão, sempre que as circunstâncias o aconselharem, protocolos adicionais ou outros tipos de Atos Internacionais sobre assuntos de interesse comum.

artigo XVII

O presente Convênio entrará em vigor por troca de Notas entre os dois Governos e terá vigência até que as Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que estimem conveniente.

Em fé do que os Plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Convênio, em dois exemplares, em português e espanhol, ambos os textos igualmente válidos.

Feito na cidade de Brasília, aos 17 dias do mês de novembro de 1977.

CONVÊNIO PARA COOPERAÇÃO SANITÁRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela,

Côncios de que os problemas que incidem sobre a saúde e o bem-estar das populações do meio tropical de ambas as Repúblicas apresentam similaridades;

Certos de que o resultado dos programas realizados para o controle dos fatores ecológicos e sociais que condicionam os citados problemas podem melhorar substancialmente com o aproveitamento da experiência adquirida em separado por ambos os países;

Convencidos da importância de realizar esforços conjuntos para melhor utilização das mencionadas experiências mediante programas de cooperação técnica;

Desejosos de dispor das bases para a consecução desses objetivos; e

Tendo presente o Convênio Básico de Cooperação Técnica, de 20 de fevereiro de 1973, vigente entre ambos os países,

Convêm o seguinte:

artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil (que doravante se denominará Governo do Brasil) e o Governo da República da Venezuela (que doravante se denominará Governo da Venezuela) desenvolverão um programa de cooperação técnica que compreenda a administração sanitária, a formação de pessoal, a investigação epidemiológica e a pesquisa no campo da saúde em ambientes tropicais.

artigo II

A cooperação técnica a estabelecer-se será objeto de programas específicos entre os Ministérios da Saúde de ambas as Repúblicas e compreenderá entre outras, as seguintes áreas:

- a. Epidemiologia tropical;
- b. Patologia tropical;
- c. Ecologia tropical;
- d. Profilaxia e terapêutica;
- e. Recursos institucionais;
- f. Formação de recursos humanos; e
- g. Pesquisa.

A citada cooperação poderá assumir a forma de uma ou mais das modalidades seguintes:

- a. Assessoria técnica em administração sanitária, ensino e pesquisa;

- b. Concessão de bolsas para formação ou aperfeiçoamento de pessoal e intercâmbio de tecnologia;
- c. Utilização de meios institucionais dos centros especializados;
- d. Realização de projetos específicos de cuidados sanitários, saneamento ambiental, habitação rural e produção de agentes biológicos e outros;
- e. Envio e intercâmbio de equipamentos, instrumentos, materiais, agentes biológicos e outros elementos de trabalho;
- f. Intercâmbio de informações e de publicações científico-técnico-administrativas.

artigo III

Da Patologia Tropical.

Fica decidida a realização de estudos sobre as enfermidades infecciosas e parasitárias de maior incidência e preponderância no meio tropical considerado, e, principalmente, sobre a malária, febre amarela, leishmaniose, tripanossomíase, micoses superficiais e profundas, hepatite e vírus, arbovirose, hanseníase, oncocercose e outras.

Desenvolver-se-á o conhecimento de enfermidades como a toxoplasmose, esquistossomose e daquelas cuja etiologia e patologia não estão bem determinadas, assim como dos agravos à saúde causados por animais peçonhentos, doenças carenciais e alguns tipos de acidentes freqüentes no meio tropical.

artigo IV

Da Ecologia Tropical.

As Partes convêm em realizar pesquisas epidemiológicas para determinar a incidência, prevalência, distribuição e fatores que atuam na ocorrência e propagação de enfermidades tropicais, e estudos ligados aos aspectos biomédico-sociais e de saneamento ambiental que permitam a pesquisa de mecanismos e processos que melhorem as condições de saúde dos habitantes e as condições sanitárias das comunidades do meio tropical. Esses estudos incluirão os relacionados ao melhor conhecimento e utilização da fauna e flora que tenham importância direta ou indireta para a saúde do homem.

artigo V

Dos Recursos Institucionais.

Os programas de cooperação técnica entre ambos os países poderão incluir a coordenação para o uso de recursos de instituições de saúde, de ensino e de pesquisa, com o propósito de formar pessoal especializado; realizar pesquisas biomédico-sociais; elaborar e controlar a qualidade de produtos terapêuticos e de laboratório, e realizar outras atividades destinadas a aumentar os conhecimentos a respeito da patologia e ecologia tropicais.

artigo VI

Dos Recursos Humanos.

Serão estabelecidos mecanismos de intercâmbio de peritos em administração sanitária, ensino e pesquisa, para a formação e aperfeiçoamento de pessoal profissional técnico e auxiliar necessário no campo da saúde. Esses mecanismos compreenderão a concessão de bolsas de estudos e outras facilidades, para a formação e aperfeiçoamento de pessoal no outro País e sua participação em eventos científicos organizados pelas Partes.

O treinamento de um nacional de um País no outro poderá realizar-se através de visitas técnicas, cursos regulares, estágios em centros de ensino ou de prática; seminários, reuniões, e bolsas de viagem.

artigo VII

Dos Mecanismos Operacionais.

Para coordenar as ações conjuntas a empreender para o cumprimento dos objetivos do presente Convênio, cada uma das Partes designará por via diplomática um coordenador.

Para cada programa específico poder-se-á estabelecer os grupos de trabalho que forem necessários. Tais grupos serão constituídos por técnicos dos dois países e poderão reunir-se em áreas próximas à fronteira para coordenar as atividades e adotar as técnicas a serem utilizadas.

artigo VIII

Cada uma das Partes Contratantes notificará à outra o cumprimento das formalidades requeridas no seu ordenamento jurídico para a entrada em vigor do presente Convênio. Entrará em vigor na data da última das notificações e terá vigência até que uma das Partes Contratantes notifique a outra por escrito sua decisão de denunciá-lo. A denúncia terá efeito ao término de um prazo de seis meses contados a partir da data da notificação.

Feito em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente válidos.

Firmado em Brasília, em 17 de novembro de 1977.

ACORDO PARA REPRESSÃO DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela, Reconhecendo que o tráfico ilícito e o uso indevido de drogas que produzem dependência constituem um problema que afeta as comunidades de ambos os países;

Admitindo que as fronteiras territoriais dos dois países possibilitam o tráfico ilícito de drogas; e

Considerando que é seu dever combater esta modalidade delitiva em todas as suas formas,

Convêm o seguinte:

artigo 1.º

As Partes Contratantes empreenderão todos os esforços no sentido de lograr a efetiva repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência, mediante cooperação mútua.

artigo 2.º

Para os fins do presente Acordo entender-se-ão por drogas as substâncias que aparecem enumeradas e descritas na Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, e no Convênio de Substâncias Psicotrópicas, de 1971, ambos documentos das Nações Unidas, assim como qualquer outra substância que, a critério dos dois Governos, deva ser assim considerada.

artigo 3.º

As Partes Contratantes comprometem-se a adotar as medidas legislativas e administrativas que forem necessárias para o cumprimento do presente Acordo.

artigo 4.º

Para alcançar os objetivos do presente Acordo, os serviços competentes encarregados da repressão do tráfico ilícito de drogas e os organismos de saúde de ambos os países manterão mútua assistência técnico-científica, assim como também estimularão o intercâmbio de informações sobre traficantes individuais ou associados.

artigo 5.º

Para efeitos do presente Acordo, entende-se como Serviços Competentes os organismos policiais encarregados da repressão do tráfico ilícito de drogas, em seus respectivos territórios.

artigo 6.º

As Partes Contratantes, por intermédio dos organismos responsáveis pela repressão do tráfico ilícito das substâncias mencionadas no Artigo 2.º, efetuarão as ações necessárias para que os autores, cúmplices e encobridores deste delito sejam submetidos a processo, observando as disposições legais vigentes em cada país.

artigo 7.º

As sentenças condenatórias pronunciadas por este delito serão comunicadas reciprocamente.

artigo 8.º

Os serviços competentes das Partes Contratantes devem realizar, pelo menos uma vez ao ano, uma reunião num ou noutro País, alternadamente, para consultas e intercâmbio de informações, assim como avaliação dos resultados obtidos na repressão do tráfico ilícito de drogas.

artigo 9.º

As Partes Contratantes procurarão efetuar intercâmbio do pessoal de seus serviços competentes para o estudo dos organismos e técnicas especializadas do outro País, a fim de facilitar e promover o aperfeiçoamento e a eficácia da luta contra o tráfico ilícito de drogas em seus respectivos territórios.

artigo 10

As Partes Contratantes, em casos concretos de tráfico ilícito de drogas ou de atividades conexas que pela sua expressão e natureza interessem a ambos países, acordarão cooperação necessária para a realização de operações conjuntas, em zonas de fronteira.

artigo 11

As Partes Contratantes intensificarão medidas para detectar e erradicar plantações e cultivos clandestinos dos quais possam ser extraídas substâncias consideradas como drogas na área de seus respectivos territórios.

artigo 12

Os organismos competentes de cada País acordarão, por via diplomática, os procedimentos e mecanismos necessários que permitam uma adequada execução do presente Acordo.

artigo 13

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra o cumprimento das formalidades requeridas por seu ordenamento jurídico para a entrada em vigor do presente Acordo, cuja vigência se iniciará a partir da data da última das notificações.

artigo 14

O presente Acordo vigorará até que uma das Partes Contratantes notifique à outra, por escrito, de sua decisão de denunciá-lo. A denúncia terá efeito ao término de um prazo de seis meses contados a partir da data da notificação.

Feito em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, ambos igualmente válidos. Firmado em Brasília, em 17 de novembro de 1977.

TROCA DE NOTAS SOBRE INTERCÂMBIO BANCÁRIO

A Sua Excelência o Senhor

Doutor Simón Alberto Consalvi,

Ministro das Relações Exteriores da República da Venezuela

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota de Vossa Excelência, cujo texto em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com o objetivo de informá-lo de que, de acordo com as conversações mantidas entre nossos dois Governos, se aceita a instalação de uma sucursal de um banco brasileiro na Venezuela e de um banco venezuelano no Brasil. Contudo, e em virtude do diferente grau de desenvolvimento das economias dos dois países, assim como as características e o alto nível de internacionalização do banco brasileiro solicitante, e com o propósito de assegurar uma reciprocidade efetiva e o equilíbrio de benefícios para ambas as partes, fica entendido que as autoridades competentes de ambos os países autorizam a abertura de novas sucursais para a consecução destes objetivos.

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência tudo o que precede, confiante em que o seu Governo concordará com o Governo da Venezuela em que esta fórmula representa um fator fundamental para estimular e desenvolver o intercâmbio econômico e financeiro entre a Venezuela e o Brasil.

Tenho a satisfação de propor a Vossa Excelência a seguinte regulamentação, como quadro operacional inicial para a sucursal do banco brasileiro na Venezuela, a qual, com as correspondentes adaptações, respeitado o princípio da reciprocidade, se aplicará à sucursal do banco venezuelano no Brasil:

A) Operações permitidas:

- 1) Adquirir, vender, descontar e redescotar saques, letras de câmbio, notas promissórias, warrants e quaisquer outros documentos de crédito que correspondam a operações de legítimo caráter comercial, industrial, agrícola ou de serviços, observados os prazos legais de vencimento. Quando se tratar de efeitos de comércio provenientes de operações de compra e venda com reserva de domínio, o conjunto destas operações não poderá exceder a percentagem que, relativamente às aplicações da sucursal, determinar a autoridade competente em conformidade com a lei. De qualquer forma, a referida percentagem não poderá ser superior a vinte por cento (20%);
- 2) Conceder adiantamentos, sob garantia dos documentos de crédito mencionados no item precedente, até noventa por cento (90%) do valor nominal dos referidos documentos, observados os prazos legais;
- 3) Conceder créditos em conta corrente ou sob a forma de saques a descoberto. A quantia total destes créditos, que não disponham de garantia por parte do beneficiário, não poderá exceder a cinco por cento (5%) do total do ativo da sucursal;
- 4) Adquirir e vender títulos da dívida pública nacional;

5) Adquirir e vender títulos emitidos ou avaliados por institutos autônomos ou empresas estatais;

6) Adquirir ou vender os títulos de crédito emitidos pelo Banco Central;

7) Adquirir e vender obrigações emitidas por organismos financeiros públicos internacionais, nos quais a Venezuela tenha participação;

8) Adquirir e vender obrigações de empresas públicas e privadas de primeira ordem, de valor estável e fácil realização. Em nenhum caso, porém, os investimentos nesse tipo de títulos poderão exceder a trinta por cento (30%) do capital registrado e reservas da sucursal. Os investimentos desta natureza, cujo vencimento exceder a três (3) anos contados a partir da data da aquisição, não poderão ser superiores a quinze por cento (15%) do capital registrado e reserva da sucursal;

9) Conceder adiantamentos por prazo não superior a dois (2) anos, garantidos pelos títulos mencionados nos itens anteriores. Tais adiantamentos poderão atingir até noventa por cento do valor de mercado dos referidos títulos;

10) Receber depósitos à vista e a prazo, estes últimos documentados com certificados não negociáveis;

11) Conceder créditos com garantia real, aval ou fiança de primeira ordem, destinados à produção ou financiamento da compra, venda, importação ou exportação de bens de capital, observados os prazos de vencimento. O valor total de tais créditos não poderá exceder a vinte e cinco por cento (25%) dos ativos da sucursal nem a setenta e cinco por cento (75%) do valor da garantia;

12) Conceder créditos de qualquer outra espécie, com ou sem garantia, por prazo não superior a dois (2) anos;

13) Realizar operações “de reparto”, aceitar a custódia de fundos, títulos e objetos de valor; prestar serviços de caixas de segurança; atuar como fiduciários e executar mandatos, comissões e outros encargos de confiança; sacar e transferir fundos em escala internacional; comprar e vender divisas e moedas estrangeiras sem prejuízo do previsto na legislação local;

14) Vender divisas adquiridas direta ou indiretamente do Banco Central da Venezuela, nas condições que este estabelecer;

15) Realizar as demais operações compatíveis e inerentes aos bancos comerciais, com as limitações que estabelecerem as autoridades competentes, em conformidade com a lei.

B) Operações proibidas:

- 1) Ter obrigações exigíveis à vista ou a prazo num montante que exceder a seis (6) vezes o capital registrado e reservas, salvo as que tiverem encaixe de cem por cento (100%) em moeda de curso legal,

depositado no Banco Central. Para tanto ficarão excluídas as operações de fideicomisso, mandatos, comissão e outros encargos de confiança;

2) Ter obrigações contingentes num montante que exceder de duas (2) vezes o capital registrado e reservas. Para tanto, não se computarão compromissos irrevogáveis contraídos em decorrência de cartas de crédito destinadas a amparar a importação de bens de capital, sempre que os ditos bens venham consignados à sucursal e o financiamento ou a liquidação estejam garantidos;

3) Adquirir ações num montante superior a vinte por cento (20%) de seu capital registrado e reservas, ou as de uma companhia num montante superior a dez por cento (10%) do capital integralizado da mesma. Não poderão exceder a sete por cento (7%) do capital registrado e reservas da sucursal os investimentos feitos por esta em ações de um mesmo tipo de empresas;

4) Ter investido ou aplicado em qualquer forma, por conta própria, em moeda ou valores estrangeiros, parcela superior a cinco por cento (5%) dos depósitos recebidos em bolívares, salvo investimentos ou aplicações que correspondam às operações de financiamento de exportações autorizadas neste documento;

5) O montante dos empréstimos e créditos em moedas estrangeiras concedido pela sucursal não deverá exceder o montante do respectivo capital registrado, mais as obrigações e depósitos contratados e recebidos nas respectivas moedas;

6) Receber depósitos de poupança de residentes na Venezuela e emitir bônus de poupança;

7) Receber depósitos do Governo e dos demais organismos do setor público ou de empresas nas quais aqueles tenham participação majoritária;

8) Emitir certificados negociáveis de depósito;

9) Emitir bônus e obrigações de qualquer natureza;

10) Vender ao Banco Central e nele descontar e redescontar documentos de crédito;

11) Solicitar adiantamentos ou qualquer outro tipo de assistência financeira ao Banco Central;

12) Conceder empréstimos, descontos, redescontos, adiantamentos ou créditos de qualquer tipo a funcionários ou empregados do organismo encarregado de cumprir as funções de inspeção, vigilância e fiscalização da atividade bancária no país;

13) Conceder empréstimos, descontos, redescontos, adiantamentos ou créditos de qualquer tipo, sem garantia especial, a pessoas que não apresentem balanço ou demonstrativo financeiro, por elas subscrito e, elaborado no período de até um ano antes da data da apresentação;

14) Conceder empréstimos, descontos, redescontos, ou outorgar créditos ou garantias a uma só pessoa física ou jurídica num montante que exceder no total a dez por cento (10%) do capital registrado e reservas da sucursal, salvo as exceções expressamente previstas na legislação local;

15) Conceder empréstimos, descontos, redescontos ou adiantamentos garantidos com ações da sua casa matriz;

16) Ser proprietário de bens imóveis, salvo os que necessitar para a instalação de seus escritórios e depósitos, e dos que se vir obrigada a adquirir para assegurar seus direitos na cobrança de empréstimos ou de outras obrigações, observadas as normas pertinentes da legislação local;

17) Cobrar juros sobre o valor total de cada operação de crédito que realizar sem levar em conta as amortizações do principal. Os juros deverão sempre ser calculados sobre os saldos devedores. As taxas de juros e de comissões, assim como as de desconto aplicadas, não poderão ser superiores às que fixar o organismo competente;

18) Conceder financiamento, na oportunidade de venda de qualquer de seus ativos, por prazos superiores aos permitidos em lei;

19) Pôr em circulação na Venezuela a moeda estrangeira que receba.

Igualmente se propõe que formem parte do regime transcrito as normas seguintes:

1. A sucursal estará submetida ao regime local aplicável à atividade bancária, particularmente no tocante a capital mínimo exigível; encaixes especiais, globais e seletivos; variação dos prazos, percentagens, condições, formalidades e limitações estabelecidas em lei, inspeção, vigilância, fiscalização e sanções aplicáveis.

2. A autorização para o aumento do capital destinado à sucursal estará sujeita às seguintes condições:

a) que se capitalize o total das reservas;

b) que o aumento permita manter ou lograr nível de lucros equilibrado com o que obteria a sucursal do banco venezuelano no Brasil.

3. Em caso de reclamação judicial interposta contra a sucursal em decorrência de operações que lhe são inerentes, o banco demandado não poderá invocar no processo, nem na etapa de execução da sentença respectiva, nenhuma imunidade por soberania, da qual pudesse estar investido.

4. Quando as circunstâncias assim o determinarem, os Governos do Brasil e da Venezuela procederão, de mútuo acordo, à modificação dos termos do regime de reciprocidade. Sem prejuízo do disposto na respectiva legislação local, a autorização outorgada para o estabelecimento da sucursal poderá ser revogada no caso de que tenham variado

as condições de reciprocidade e as partes não haviam chegado a acordo sobre os novos termos da mesma.

Em conseqüência, caso o Governo do Brasil esteja de acordo, a presente nota e a de Vossa Excelência, da mesma data, determinam o acordo de ambos os Governos para o estabelecimento da sucursal de banco brasileiro na Venezuela ou de uma sucursal de banco venezuelano no Brasil.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração."

2. Em resposta, informo a Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual juntamente com a presente, passa a constituir um Acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

TROCA DE NOTAS PONDO EM VIGOR O ACORDO COMPLEMENTAR AO CONVÊNIO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A Sua Excelência o Senhor

Doutor Simón Alberto Consalvi,

Ministro das Relações Exteriores da República da Venezuela

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência do cumprimento, por parte do Brasil, das formalidades necessárias para a entrada em vigor do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, assinado em Brasília, no dia 16 de novembro de 1977, entre os Presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Brasil, e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CONICIT), da Venezuela.

2. Em conseqüência, a presente Nota e a de Vossa Excelência, da mesma data e idêntico teor, determinam a entrada em vigor do referido Acordo Complementar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

ACORDO PARA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO BRASIL (CNPq) e o CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DA VENEZUELA (CONICIT), de acordo com o previsto no Convênio Básico de Cooperação Técnica, firmado pelo Brasil e Venezuela, em 20 de fevereiro de 1973, resolveram celebrar o seguinte Acordo Complementar.

artigo 1.º

O CNPq e o CONICIT se comprometem a executar um programa de desenvolvimento e fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica no âmbito de seus respectivos países.

artigo 2.º

Para a realização deste programa, as Partes poderão utilizar qualquer dos seguintes mecanismos de cooperação:

- a. Intercâmbio de pesquisadores, cientistas ou tecnólogos e pessoal docente especializado;
- b. Realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica;
- c. Organização de seminários e cursos de formação em qualquer área da ciência e da tecnologia; e
- d. Qualquer outro mecanismo de intercâmbio que permita consultas recíprocas e intercâmbio de experiências.

artigo 3.º

Os mecanismos de cooperação a que se refere o artigo anterior, assim como os correspondentes cronogramas de execução, serão estabelecidos mediante atas das reuniões dos delegados de ambos os Conselhos e aprovados de comum acordo por via diplomática. Os mecanismos e cronogramas serão revisados quando seja considerado conveniente.

artigo 4.º

As Partes acordam a promoção e o intercâmbio de informação sobre seus projetos de pesquisa, assim como de publicações e documentos científicos e tecnológicos relacionados com os mesmos.

artigo 5.º

As Partes se comprometem a estabelecer e coordenar conjuntamente com as instituições interessadas no respectivo país, as medidas necessárias para o andamento normal de cada projeto.

artigo 6.º

No referente ao intercâmbio de pessoal especializado, cada uma das Partes signatárias receberá

anualmente visitantes qualificados, mediante prévio acordo das mesmas, por meio de troca de notas diplomáticas.

artigo 7.º

Cada Parte cobrirá os gastos de transporte internacional do pessoal especializado que enviar. Os gastos de estada e transporte interno correrão por conta da Parte anfitriã.

artigo 8.º

As Partes abrirão anualmente créditos recíprocos em moedas nacionais para cobrir os gastos das atividades previstas dentro do presente Acordo.

artigo 9.º

A instituição que receber os visitantes deverá garantir a assistência médica apropriada de acordo com as normas existentes no país anfitrião. No caso de não existirem tais normas, a instituição correspondente tomará sob sua responsabilidade os gastos decorrentes de acidentes ocorridos com visitantes, durante sua estada para a realização de atividades programadas, oferecendo-lhes uma proteção equivalente à recebida em seu país de origem.

artigo 10

Quando os projetos conjuntos de pesquisas e outros mecanismos de intercâmbio derem lugar à importação de equipamentos e materiais, a Parte anfitriã gestionará perante as Autoridades competentes de seu país, a isenção dos pagamentos de direitos alfandegários e taxas de importação, de acordo com o disposto no Convênio Básico de Cooperação Técnica, entre o Brasil e Venezuela, firmado em 20 de fevereiro de 1973.

artigo 11

Os casos não previstos no presente Acordo, reger-se-ão pelas disposições contidas no Convênio Básico de Cooperação Técnica, do qual é complemento.

artigo 12

O presente Acordo terá a duração inicial de três anos. Será tacitamente renovável por períodos iguais, a menos que seja denunciado por qualquer das Partes, com pelo menos três meses de antecedência.

artigo 13

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos Governos das Partes mediante notifica-

ção escrita por via diplomática. A denúncia vigorará seis meses após a data da notificação.

A denúncia do Acordo não afetará os programas e projetos em execução, exceto se diferentemente seja acordado pelas Partes.

artigo 14

O presente Acordo poderá ser ampliado ou modificado por decisão conjunta das Partes, acordado por via diplomática. As alterações que forem acordadas pelas Partes serão incorporadas ao texto do Acordo através de troca de notas diplomáticas.

artigo 15

O presente Acordo redigido em português e em espanhol, ambos os textos com igual validade, entrará em vigor mediante troca de notas diplomáticas.

Firmado em Brasília aos 16 dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e sete, em dois exemplares autênticos.*

o acordo comercial brasil-libéria

Acordo Comercial entre o Brasil e a República da Libéria, assinado no Palácio Itamaraty de Brasília, em 21 de novembro de 1977, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e pelo Ministro liberiano da Indústria, Comércio e Transportes, William E. Dennis Jr.

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República da Libéria,

Desejosos de promover numa base mutuamente vantajosa a cooperação econômica e comercial entre os dois países,

convieram no seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes adotarão todas as medidas necessárias para facilitar, estimular e desenvolver o intercâmbio comercial direto entre o Brasil e a Libéria, orientando-o para benefício mútuo e no sentido do interesse econômico dos dois países.

* Na seção **Comunicados e Notas**, página 135, o do Presidente da Venezuela ao Brasil; na seção **Mensagens**, página 141, o telegrama de Pérez a Geisel agradecendo a acolhida no Brasil.

Comunicado do Itamaraty à imprensa sobre a visita **Mensagens**, página 141, o telegrama de Pérez a

artigo II

As Partes Contratantes concedem-se mutuamente o tratamento de nação mais favorecida em todos os assuntos relacionados com importação e exportação. Esta cláusula de nação mais favorecida não se aplicará, no entanto, a:

(1) vantagens, concessões e isenções que cada Parte Contratante tenha concedido ou venha a conceder a países limítrofes com o objetivo de facilitar o trânsito fronteiriço, ou a países com os quais forma uniões aduaneiras, zona de livre comércio ou zona monetária já estabelecida ou que possa vir a ser estabelecida;

(2) benefícios especiais que cada uma das Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a terceiro país, em virtude de sua participação em acordos comerciais multilaterais entre países em desenvolvimento;

(3) produtos importados do Brasil ou da Libéria, totalmente originários de terceiros países, sem prévia autorização escrita entre as Partes Contratantes.

artigo III

As Partes Contratantes conceder-se-ão, em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos, todas as facilidades possíveis para exportação e importação em seus respectivos territórios dos bens relacionados nos anexos "A" e "B" do presente Acordo. As listas de mercadorias constantes dos anexos "A" e "B" não têm caráter exaustivo e não impedem as Partes Contratantes de comercializar produtos não relacionados em qualquer dos anexos.

Para os fins deste Acordo, serão considerados originários do território de cada uma das Partes Contratantes os bens produzidos ou manufaturados naquele território, ou as mercadorias acabadas que tenham sido submetidas naquele território a um processo de transformação final ou essencial que resulte numa alteração substancial de suas características ou de seu valor.

artigo IV

A fim de facilitar as relações comerciais recíprocas, as Partes Contratantes convieram em:

(1) fornecer, mediante pedido, em conformidade com as leis e regulamentos vigentes em seus respectivos territórios, toda informação necessária sobre as possibilidades de fornecer bens e produtos originários de seus respectivos territórios;

(2) conceder liberdade de trânsito aos produtos originários do território de uma das Partes e transportados através do território da outra Parte, em conformidade com as leis vigentes em seus respectivos territórios;

(3) conceder liberdade de trânsito para produtos originários ou procedentes de um terceiro país e

transportados através do território de uma das Partes Contratantes tendo como destino o território da outra Parte Contratante, em conformidade com as leis e regulamentos que regem o trânsito de mercadorias em cada um dos territórios;

(4) a fim de desempenhar as atividades relacionadas no Artigo IV § 2 e § 3, cada uma das Partes Contratantes concederá à outra todo o tipo de facilidades para utilização das instalações portuárias, de armazenamento e de transportes, e, em geral, para a utilização dos serviços de todas as organizações e estabelecimentos que contribuam para o desempenho daquelas atividades.

artigo V

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os dois países, as Partes Contratantes, em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos, e nas condições acordadas pelas autoridades competentes de ambas as Partes, permitirão a realização de feiras e exposições comerciais e conceder-se-ão reciprocamente todas as facilidades para a organização e operação daqueles certames.

artigo VI

Os bens fornecidos no âmbito deste Acordo não poderão ser reexportados para um terceiro país, em escala comercial, sem o prévio consentimento das autoridades competentes do país de origem de tais bens.

Cada uma das Partes Contratantes se reserva o direito de informar à outra Parte, através dos canais diplomáticos de praxe, sua intenção de restringir a reexportação, em escala comercial, de qualquer de seus produtos.

artigo VII

Todos os pagamentos entre os dois países relativos às transações previstas pelo presente Acordo serão efetuados em moedas conversíveis mutuamente acordadas, através dos canais bancários normais, em conformidade com os regulamentos cambiais vigentes em seus respectivos territórios.

As duas Partes Contratantes convêm em trocar, mediante pedido, informação entre as autoridades competentes sobre circulação de meios de pagamento e assuntos relacionados com controle de câmbio.

artigo VIII

Mediante solicitação de uma das Partes, as Partes Contratantes consultar-se-ão reciprocamente sobre medidas destinadas a promover uma cooperação econômica e comercial mais estreita, e/ou para resolver qualquer problema que possa surgir em decorrência da implementação do presente Acordo.

A fim de assegurar eficiência na exportação e importação de bens entre os dois países, as autoridades competentes das Partes Contratantes se comprometem a cooperar no fornecimento de toda informação e documentação pertinentes.

artigo IX

As Partes Contratantes, em conformidade com as leis e regulamentos vigentes em seus países, permitirão a livre importação e exportação dos seguintes produtos:

(1) amostras de bens e material publicitário necessários tão-somente para a feitura de encomendas e para publicidade;

(2) bens, produtos e ferramentas a serem utilizados na instalação de feiras e exposições, sob condição de que tais bens e produtos não serão vendidos, salvo em caso de pagamento de todos os impostos e taxas vigentes nos seus respectivos territórios.

artigo X

As disposições deste Acordo não derrogarão as obrigações internacionais vigentes em cada uma das Partes Contratantes.

artigo XI

O presente Acordo terá validade por um período de 3 (três) anos e continuará em vigor por períodos anuais sucessivos ulteriores, enquanto o Governo de uma das Partes Contratantes não houver dado ao outro, ao menos 3 (três) meses antes do término de um dos referidos períodos, notificação, por escrito, de sua intenção de denunciar o Acordo.

Cada uma das Partes Contratantes poderá solicitar à outra Parte, por escrito, através dos canais diplomáticos de praxe, uma revisão do presente Acordo.

artigo XII

A implementação do presente Acordo será assegurada por uma Comissão Mista, constituída por representantes dos dois Governos.

Essa Comissão Mista, que se reunirá a pedido de qualquer das Partes Contratantes, será incumbida de implementar toda medida suscetível de favorecer a expansão do intercâmbio comercial mútuo e de remover, dependendo de aprovação dos dois Governos, quaisquer dificuldades que venham a surgir na aplicação do presente Acordo.

artigo XIII

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca de Notas confirmando a sua aprovação, de acordo com os preceitos constitucionais das Partes Contratantes.

artigo XIV

O término do presente Acordo não prejudicará os direitos e as obrigações contraídas, segundo suas disposições, anteriormente à data efetiva de seu término.

Feito em Brasília, a 21 de novembro de 1977.

Em dois exemplares, cada um nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ANEXO "A"

PRODUTOS LIBERIANOS PARA EXPORTAÇÃO AO BRASIL

1. Borracha
2. Minério de ferro
3. Madeira
4. Diamantes
5. Produtos agrícolas
 - café
 - cacau
 - óleo de palma
 - amêndoas de palma
 - óleo de amêndoa de palma
 - tortas de amêndoas de palma
 - piaçava
 - mandioca
 - frutas tropicais
6. Peixes e camarões
7. Explosivos
8. Cerveja e bebidas alcoólicas
9. Tintas
10. Pregos
11. Mármore e azulejos
12. Utensílios de plástico
13. Cosméticos e produtos de perfumaria
14. Álcool para fins medicinais e óleo para banha
15. Cigarros
16. Baterias
17. Fósforos
18. Vassouras e escovas
19. Móveis
20. Objetos de artesanato
21. Tecidos tinturados
22. Descolorantes
23. Inseticidas
24. Pneumáticos e produtos de borracha (produtos em potencial)
25. Biscoitos
26. Derivados de petróleo e gás de uso doméstico
27. Farinha de trigo
28. Açúcar
29. Sabão para fins industriais
30. Sapatos de plástico e lona
31. Cimento
32. Outros

ANEXO "B"

PRODUTOS BRASILEIROS PARA EXPORTAÇÃO A LIBÉRIA

1. Açúcar refinado
2. Peixes e crustáceos preparados ou congelados
3. Sucos de frutas
4. Bebidas alcoólicas
5. Arroz e milho
6. Goma de milho
7. Glúten e farinha concentrada
8. Produtos petroquímicos, inclusive borracha sintética
9. Borracha e artigos processados de borracha
10. Colas
11. Celulose e derivados
12. Extrato de piretro
13. Negro de fumo
14. Alcool e derivados
15. Mentol
16. Vitaminas
17. Hormônios
18. Cafeína e café solúvel
19. Penicilina e estreptomicina
20. Óleos essenciais
21. Outros produtos farmacêuticos
22. Cloranfenicol
23. Ácido oxálico
24. Laminados e lambris de madeira para construção
25. Polpa de madeira
26. Tabaco e manufaturados de tabaco
27. Rami em bruto
28. Couros e peles
29. Têxteis de algodão
30. Telas de juta
31. Outros tecidos
32. Roupas e sapatos
33. Vidro em lâmina e tubos de vidro
34. Ferro-gusa e barras de ferro fundido
35. Ferro-manganês
36. Ferro-níquel
37. Outras ligas de ferro
38. Laminados e barras de aço e de ferro
39. Artigos de aço e ferro, inclusive ferramentas, partes e acessórios para veículos a motor e motores
40. Utensílios elétricos de uso doméstico
41. Equipamento para construção rodoviária e para mecanização agrícolas, inclusive veículos e máquinas
42. Ônibus e outros veículos a motor
43. Máquinas de calcular e escrever
44. Células elétricas
45. Ferramentas e máquinas, ferramentas eletromecânicas
46. Condensadores eletrônicos
47. Tubos, válvulas e lâmpadas para equipamentos elétricos
48. Móveis e componentes
49. Equipamento elétrico pesado
50. Instrumentos musicais
51. Instrumentos e equipamentos para dentistas
52. Equipamento para indústria petrolífera
53. Máquinas automáticas de processamento de dados

protocolo modifica convenção nipo-brasileira sobre bitributação

Ata da troca dos instrumentos de ratificação do Protocolo que modifica e complementa a Convenção entre o Brasil e o Japão destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, realizada no Palácio Itamaraty de Brasília, em 28 de novembro de 1977, pelo Chanceler brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira, e pelo Embaixador japonês, Kenzo Yoshida; e o texto do Protocolo, assinado em Tóquio, a 23 de março de 1976.

A ATA

Os abaixo-assinados, Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e Sua Excelência o Senhor Kenzo Yoshida, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão na República Federativa do Brasil, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, reuniram-se no Palácio Itamaraty a 28 de novembro de 1977, com o fim de proceder à troca dos instrumentos de ratificação do Protocolo que Modifica e Complementa a "Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre Rendimentos", assinado em Tóquio a 23 de março de 1976.

E, tendo achado os respectivos instrumentos de ratificação em devida forma, efetuaram a sua troca. Em testemunho do que, no local e data acima declarados, assinaram a presente Ata em dois exemplares, nas línguas portuguesa e japonesa, e a selaram.

O PROTOCOLO

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão,

Desejando modificar e complementar a "Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos", assinada em Tóquio, a 24 de janeiro de 1967, Acordaram no seguinte:

artigo 1

O parágrafo (2) do Artigo 9 deve ser eliminado e substituído pelo seguinte:

"(2) Esses dividendos podem, no entanto, ser tributados no Estado Contratante onde reside a companhia que os paga, e de acordo com a legislação desse Estado Contratante, mas o imposto respectivo não poderá exceder 12,5 por cento do montante bruto dos dividendos."

artigo 2

O parágrafo (2) do Artigo 10 deve ser eliminado e substituído pelo seguinte:

"(2) Esses juros podem, contudo, ser tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado Contratante, mas o imposto correspondente não poderá exceder 12,5 por cento do montante bruto dos juros."

artigo 3

1. O parágrafo (2) do Artigo 11 deve ser eliminado e substituído pelo seguinte:

"(2) No entanto, tais **royalties** podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado Contratante, mas o imposto assim cobrado não poderá exceder:

(a) 25 por cento do montante bruto dos **royalties** provenientes do uso ou da concessão do uso de marcas de indústria ou comércio;

(b) 15 por cento do montante bruto dos **royalties** provenientes do uso ou da concessão do uso de direito de autor sobre filmes cinematográficos e filmes ou fitas de gravação de programas de radiodifusão ou televisão;

(c) 12,5 por cento em todos os demais casos."

2. O parágrafo (3) do Artigo 11 deve ser eliminado e substituído pelo seguinte:

"(3) o termo **royalties** empregado neste Artigo designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso, ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, inclusive de filmes cinematográficos e filmes ou fitas de gravação de programas de radiodifusão ou televisão, qualquer patente, marcas de indústria ou comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processos secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico, ou por informações concernentes a experiência industrial, comercial ou científica."

artigo 4

Os subparágrafos (a), (b) e (c) do parágrafo (2) do Artigo 22 devem ser eliminados e substituídos pelos seguintes:

"(a) (i) Quando um residente do Japão auferir rendimentos provenientes do Brasil que sejam tributáveis no Brasil, de acordo com as disposições da presente Convenção, a quantia do imposto brasileiro exigível em relação àqueles rendimentos será computado como um crédito contra o imposto japonês incidente sobre aquele residente. O montante do crédito, entretanto, não excederá aquela parcela do imposto japonês relacionada àqueles rendimentos."

(ii) Quando os rendimentos auferidos do Brasil forem dividendos pagos por uma companhia residente do Brasil a uma companhia residente do Japão que detenha pelo menos 10 por cento, quer das ações com direito a voto da companhia que pagá esses dividendos, quer do total de ações emitidas por esta companhia, o crédito referido no subparágrafo (i) acima levará em conta o imposto brasileiro exigível da companhia que paga os dividendos com relação aos seus rendimentos.

(b) (i) Para os fins do crédito referido no subparágrafo (a) (i) acima, o imposto brasileiro será sempre considerado como tendo sido pago:

(A) A alíquota de 25 por cento no caso dos dividendos a que se aplicam as disposições dos parágrafos (2) e (5) do Artigo 9, e no caso dos **royalties** a que se aplicam as disposições dos subparágrafos (b) e (c) do parágrafo (2) do Artigo 11;

(B) A alíquota de 20 por cento no caso de juros a que se aplicam as disposições do parágrafo (2) do Artigo 10.

(ii) Para os fins do crédito referido no subparágrafo (a) acima, o imposto brasileiro deverá incluir o montante do imposto brasileiro que deveria ter sido pago se não houvesse a isenção ou redução do imposto brasileiro de acordo com as medidas especiais de incentivo visando a promover o desenvolvimento econômico do Brasil, vigentes em 23 de março de 1976, ou que possam ser introduzidas posteriormente na legislação tributária brasileira, modificando ou ampliando as medidas existentes, desde que a extensão do benefício concedido ao contribuinte por tais medidas seja acordado pelos Governos de ambos os Estados Contratantes.

(c) Na aplicação do disposto no subparágrafo (b) (ii) acima, não será considerado, em hipótese alguma, como tendo sido pago um montante de imposto mais elevado do que aquele que, não fosse pela isenção ou redução de imposto em virtude das medidas especiais de incentivo, resultaria da aplicação da legislação tributária brasileira em vigor em 23 de março de 1976."

artigo 5

A expressão "Estados Unidos do Brasil", sempre que empregada na mencionada Convenção deverá ser eliminada e substituída pela expressão "República Federativa do Brasil".

artigo 6

1. O presente Protocolo deverá ser ratificado e os instrumentos de ratificação deverão ser trocados em Brasília, DF, o mais cedo possível.

2. O presente Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia após a data da troca dos instrumentos de ratificação e produzirá efeitos com relação aos rendimentos obtidos durante os anos fiscais que começarem no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano-calendário imediatamente seguinte àquele em que o presente Protocolo entrar em vigor, desde que, no que concerne aos rendimentos obtidos durante os anos fiscais anteriores aos anos

fiscais acima mencionados, continuem a ser aplicados os dispositivos relevantes da Convenção acima mencionada.

3. O presente Protocolo continuará em vigor enquanto a mencionada Convenção permanecer em vigor.

Em testemunho do que, os abaixo assinados para isso devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Protocolo.

Feito em duplicata em Tóquio a 23 de março de 1976, em língua portuguesa, japonesa, e inglesa, sendo cada texto igualmente autêntico. No caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto em língua inglesa.

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos promulgados

Protocolo relativo a uma Emenda do Artigo 56 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Viena a 7 de julho de 1971. (Decreto n.º 80.486/4-10-77).

Protocolo relativo a uma Emenda ao Artigo 48 (a) da Convenção sobre Aviação Civil Internacional concluído em Roma a 1.º de dezembro de 1964. (Decreto n.º 80.487/4-10-77).

Acordo Cultural Brasil-Suriname. (Decreto n.º 80.571/17-10-77).

Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, 1965. (Decreto n.º 80.672/7-11-77).

Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, 1976. (Decreto n.º 80.977/12-12-77).

Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. (Decreto n.º 80.978/12-12-77).

Acordo de Cooperação Econômica e Técnica Brasil-Iraque, celebrado em Bagdá a 11 de maio de 1977. (Decreto n.º 81.136/29-12-77).

atos diplomáticos aprovados pelo congresso nacional

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, assinado em Brasília, a 28 de abril de 1977 (Decreto Legislativo n.º 102/23-11-77).

Convênio de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, firmado em Brasília a 17 de agosto de 1977 (Decreto Legislativo n.º 107/25-11-77).

Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista Federal da Iugoslávia, assinado em Brasília em 8 de julho de 1977 (Decreto Legislativo n.º 108/25-11-77).

Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim) e Protocolo para o Aproveitamento nos Recursos Hídricos do trecho limítrofe do Rio Jaguarão, anexo ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão) concluídos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em Brasília, a 7 de julho de 1977 (Decreto Legislativo n.º 109/25-11-77).

Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), celebrado em Washington, a 19 de junho de 1970 (Decreto Legislativo n.º 110/30-11-77).

Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, assinado em Brasília, a 17 de agosto de 1977 (Decreto Legislativo n.º 113/1-12-77).

Convênio de Sanidade Animal em Áreas de Fronteiras entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, firmado em Brasília a 17

de agosto de 1977 (Decreto Legislativo n.º 115/2-12-77).

Acordo, Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Império do Irã, firmado em Brasília a 22 de junho de 1977 (Decreto Legislativo n.º 116/2-12-77).

Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque, assinado em Bagdá a 11 de maio de 1977 (Decreto Legislativo n.º 117/2-12-77).

atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional

Acordo de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista da Tchecoslováquia, celebrado em Brasília a 19 de julho de 1977 (Mensagem n.º 376/5-10-77).

Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, firmado em Brasília a 17 de novembro de 1977 (Mensagem n.º 506/24-11-77).

Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, em Brasília a 17 de novembro de 1977 (Mensagem n.º 525/1-12-77).

comunicados e notas comunicadas

a visita do presidente da venezuela ao brasil

Em 22 de outubro de 1977, o Itamaraty divulgou o seguinte comunicado de imprensa:

Atendendo a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, Sua Excelência o Doutor Carlos Andrés Pérez, Presidente da República da Venezuela, visitará oficialmente o Brasil nos próximos dias 16 a 19 de novembro.

2. O Presidente Carlos Andrés Pérez, além de Brasília, visitará São Paulo e Rio de Janeiro.

3. A vinda de Sua Excelência ao Brasil se insere no quadro das cordiais e fraternas relações existentes entre os dois países e se constituirá em oportunidade para que, no mais alto nível, sejam tratados assuntos de interesse bilateral e focalizados temas regionais e internacionais.

a reunião tripartite sobre itaipu-corporus

Comunicado à imprensa, distribuído em Assunção, em 28 de outubro de 1977:

Durante os dias 26, 27 e 28 de outubro, reuniram-se os grupos de assessores técnicos dos três países, conforme o mandato da reunião de delegados realizada em Assunção, em setembro próximo passado.

Continuou-se com o intercâmbio de informações técnicas e, em geral, chegou-se a um nível satisfatório nesse sentido e se alcançou uma interpretação uniforme destas informações técnicas. As informações técnicas englobaram dados e estudos topográficos, hidrológicos, energéticos e outros temas afins. As informações e os estudos se basearam nos trabalhos realizados no âmbito dos projetos de Itaipu e Corpus. Igualmente, foram apresentadas informações sobre os projetos de aproveitamento dos afluentes no trecho Itaipu-Corpus. Também foram apresentados estudos próprios baseados em diversos modelos matemáticos que se encontram implementados nos computadores de cada país e que foram realizados pelos grupos técnicos participantes. Toda esta informação será posta à disposição das delegações nacionais respectivas.

príncipe herdeiro do japão visitará o brasil

Comunicado do Itamaraty à imprensa, em 31 de outubro de 1977:

No dia 18 de junho de 1978 celebrar-se-á o 70.º aniversário da chegada, ao Brasil, dos primeiros imigrantes japoneses. O Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, convidou Suas Altezas Imperiais o Príncipe Herdeiro do Japão Akihito e a Princesa Michiko a realizarem visita oficial ao Brasil naquela importante oportunidade.

O convite foi aceito por Suas Altezas Imperiais, que manifestaram o prazer que lhes dará estar no Brasil por ocasião dos festejos da data.

135

proibição de crédito para venda de armas norte-americanas

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado, em Brasília, em 2 de novembro de 1977:

A propósito das notícias veiculadas na imprensa de hoje, sobre a aprovação, pelo Presidente dos Estados Unidos da América, do programa de ajuda externa do Governo norte-americano para o ano fiscal de 1978, no qual são proibidos créditos para a venda de armas a certos países, inclusive o Brasil, o Itamaraty esclarece que, no dia 4 de março do corrente ano, antes mesmo portanto da tramitação da lei de ajuda externa no Congresso dos Estados Unidos da América, o Governo brasileiro comunicou, por Nota, ao Governo norte-americano que não tinha a intenção de pleitear ou receber qualquer ajuda militar norte-americana.

No dia 11 de março, denunciou o Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos da América, ao abrigo do qual aquela cooperação se vinha processando. Posteriormente, em consequência dessa denúncia, foram denunciados igualmente, no dia 19 de setembro, os demais Acordos que instrumentavam a cooperação nesse setor entre os dois países.

o adiamento da visita do presidente carter a Brasília

O Itamaraty divulgou, em 7 de novembro de 1977, o seguinte Comunicado à imprensa:

O Presidente Carter, por carta do último dia 5, comunicou ao Presidente Geisel o adiamento da viagem que pretendia realizar ao exterior em fins do corrente mês.

Nessa carta, o Presidente Carter declara que o fortalecimento dos laços já estreitados entre os dois países reveste, para ele, a mais alta prioridade, acrescentando que continua muito empenhado em visitar o Brasil, para o que, oportunamente, sugerirá novas datas.

O Presidente Geisel respondeu à carta, no mesmo dia, agradecendo a atenção e manifestando que registrava, com satisfação, a prioridade que o Presidente Carter atribuiu ao fortalecimento das relações entre os dois países, objetivo que com ele plenamente compartilha. Acrescentou que compre-

endia a difícil decisão tomada pelo Presidente Carter e que considerará, com o maior interesse, uma indicação de possíveis novas datas para a visita.

a reunião preparatória sobre cooperação multilateral na Amazônia

Comunicado do Itamaraty à imprensa, em 14 de novembro de 1977, a propósito da Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica:

Tendo os países interessados aceito as datas propostas pelo Governo brasileiro, realizar-se-á em Brasília, a partir do dia 28 do corrente, reunião entre representantes governamentais da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Brasil, a fim de iniciar conversações sobre a iniciativa brasileira para instituição de um processo de cooperação entre os países amazônicos. A reunião se segue às consultas preliminares encaminhadas pelo Governo brasileiro às Chancelarias dos referidos países, cujas respostas indicaram um consenso em favor da realização de negociações sobre o assunto. A Delegação brasileira à reunião do dia 28 será chefiada pelo Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas do Itamaraty.

geisel visita o uruguaí e o México

O Itamaraty divulgou, em 24 e 28 de novembro de 1977, os seguintes Comunicados à imprensa, sobre a visita do Presidente Geisel ao Uruguai e ao México:

NOTA DO DIA 24

A convite do Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Aparício Méndez, o Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, visitará oficialmente o Uruguai nos dias 25, 26 e 27 de janeiro próximo.

NOTA DO DIA 28

Atendendo a convite que lhe dirigiu o Doutor José Lopez Portillo, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, o Presidente Ernesto Geisel visitará oficialmente o México, entre 14 e 18 de janeiro de 1978.

na despedida, embaixador do iraque recebe a cruz do sul

**Do discurso do Ministro de Estado das
Relações Exteriores, Antonio F.
Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de
Brasília, em 11 de outubro de 1977,
durante a solenidade de entrega da
Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro
do Sul ao Embaixador iraquiano, Jihad
C. Karam, que deixou suas funções
no Brasil.**

"Durante a permanência de Vossa Excelência no Brasil, intensificou-se nosso relacionamento em diversos campos, sobretudo no que tange à cooperação técnica e econômica. Exemplo expressivo dessa cooperação foi a concessão outorgada, em 1972, pelo Governo iraquiano à Braspetro para, em conjunto com a INOC, pesquisar petróleo na região de Basrah. A primeira descoberta de óleo ali verificada, no ano passado, foi a mais promissora que a Braspetro jamais realizou. O campo de Majnoon constituiu-se numa das maiores descobertas de petróleo nos últimos anos em todo o mundo.

A assinatura do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, em maio último, quando da visita do Ministro Ângelo Calmon de Sá a Bagdá, além de institucionalizar os esforços que já vínhamos empreendendo há vários anos, abrirá grandes perspectivas para a cooperação entre nossos países.

Outro fator de maior aproximação entre o Brasil e o Iraque é representado pelo Acordo sobre Transportes Aéreos, firmado por Vossa Excelência e por mim, aqui em Brasília, em janeiro último.

Cabe ressaltar ainda que, no período de sua permanência entre nós, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Iraque registrou notável incremento, alcançando hoje a expressiva cifra de um bilhão, cento e três milhões de dólares. Embora auspicioso, esse volume de comércio constitui também um desafio, pois, para que sejam duradouros os seus benefícios, devemos buscar que seja mais equitativa, a longo prazo, a sua repartição.

Senhor Embaixador,

Espero que, no exercício das novas atribuições a que foi convocado pelo seu Governo, Vossa Excelência haverá de se recordar sempre do Brasil com o mesmo afeto e respeito que sua lembrança deixará entre os que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Em sinal do reconhecimento pelos relevantes serviços prestados às relações entre o Brasil e o Iraque, incumbiu-me Sua Excelência o Senhor Presidente da República de entregar a Vossa Excelência as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, conferida somente a Ministros de Estado e aos Embaixadores de nações amigas que tenham sobressaído no desempenho de suas funções. Ao ter a honra de assim proceder, é-me grato formular a Vossa Excelência os meus melhores e mais sinceros votos de saúde, de felicidade e de êxito em suas novas funções."

governo brasileiro condecora embaixador da costa do marfim

**Do discurso do Chanceler Azeredo da
Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 18 de outubro de 1977, durante a
solenidade de despedida e entrega da
Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro
do Sul ao Embaixador da Costa do Marfim,
Seydou Diarra; e do discurso (tradução
não-oficial) do representante marfiniano.**

azeredo da silveira

"Nestes últimos anos, o incremento do intercâmbio comercial, econômico, cultural e técnico entre os dois países muito deve à pertinaz ação de Vossa Excelência, que, no exercício de sua missão, per-

correu o Brasil de ponta a ponta. Graças ao profundo conhecimento do Brasil e dos brasileiros que Vossa Excelência soube adquirir, foram ampliadas as perspectivas de cooperação e as áreas de relacionamento mútuo.

Entre as incontáveis realizações de Vossa Excelência à testa da representação diplomática marfiniana no Brasil, permito-me salienta a contribuição que deu para o êxito das visitas oficiais do então Chanceler Arsène Assouan Usher e do ex-ministro do Planejamento, Mohammed Diawara, em 1973, dos Ministros das Minas e Energia, Paulo Gui Dibo, e da Formação Profissional, Barry Battesti, em 1975, bem como da presente visita oficial do Ministro da Educação Nacional, Senhor Paul Akoto Yao, com quem tive, há poucos dias, a satisfação de manter proveitoso encontro.

Desejo igualmente, recordar minha visita oficial a Abidjan, em junho de 1975, e testemunhar, uma vez mais, meu reconhecimento a Vossa Excelência pela cooperação prestada para o bom resultado das conversações que mantive com as mais altas autoridades de seu país, na bela e moderna capital marfiniana. Foi com grande honra que, naquela oportunidade, me encontrei com Sua Excelência o Presidente Félix Houphouët-Boigny, ao qual seu nobre país deve, em grande parte, permita-me dizê-lo, seu progresso e sua estabilidade.

A atuação de Vossa Excelência não foi apenas a do profissional competente e a do diplomata exímio. Foi também — com o auxílio inestimável da personalidade marcante e atraente da Senhora Paule Diarra — a presença de um grande amigo que soube conquistar as simpatias e a mais sincera afeição dos brasileiros.

Senhor Embaixador,

Como símbolo do reconhecimento do Governo brasileiro pelos serviços altamente relevantes prestados às fraternais relações entre o Brasil e a Costa do Marfim, em nome de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, tenho a satisfação de impor a Vossa Excelência as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul."

seydou diarra

"O Presidente Houphouët-Boigny, ao receber Vossa Excelência em Yamoussoukro em junho de 1975, afirmou: "Nossa união é de razão e não de circunstâncias". Quem melhor que o Primeiro-Magistrado da Costa do Marfim poderia, tão bem, trazer a vontade e a intensidade das relações que ele desejava imprimir entre o Brasil e a Costa do Marfim?

Os anos aqui passados me permitiram ver de perto e compreender como o Brasil se dedica a construir com energia, a custo de esforços constantes e sábia determinação, um país novo, para um futuro brilhante e promissor.

Ao mesmo tempo, minha estada no Brasil terá sido a ocasião para perceber, descobrir e verificar o legado africano incrustado não somente na parte tropical deste belo país, mas também na sua parte setentrional.

Assim, eu não preciso dizer que, na memória de cada um dos marfinianos, existe a presença contínua de um Brasil, não apenas do Brasil como realidade geográfica do outro lado do Atlântico que nos é comum, não apenas do Brasil que contribuiu a preço de penosos esforços para a ocupação de imensos espaços vazios, mas também do Brasil que recebeu e, mais ainda, que integrou africanos. E digo que o Brasil fez mais que integrar, porque, mesmo longe de sua terra de origem e depois de várias gerações, eles hoje não vivem mais a necessidade de ter "saudade".

Eu me demoro sobre esse ponto, porque é de atualidade. Com efeito, nós vivemos num mundo em crise. Não quero absolutamente falar de crise econômica, que terá com certeza sua solução, confiantes que estamos em nossos negociadores. Quero falar, mais particularmente, do assunto sobre o qual estão concentrados todos os fogos da atualidade: o racismo, que é praticado da maneira mais selvagem, mais desumana e mais bárbara. Sem dúvida, será oportuno, para tranquilizar as más consciências, convidá-las para visitar este país que os Senhores souberam construir com um perfeito equilíbrio, a fim de que os Senhores possam dar suas receitas de integração, mas reclamando um retorno para sua fórmula. Os Senhores tiveram tanto êxito nessa integração que, às crianças trazidas da África para o Brasil, foram dados exemplos de amor e de liberdade. Essa herança africana contribuiu de maneira decisiva para formar o povo brasileiro e lhe imprimir os traços fundamentais de sua personalidade, dando-lhe uma nova e vigorosa percepção do mundo, despertando sua sensibilidade para o maravilhoso, a fantasia e a vibração da vida.

A memória histórica e a consciência de que, entre brasileiros e marfinianos os elementos afetivos são semelhantes, abrem amplas perspectivas ao horizonte de nossa já existente cooperação mútua e desejamos, sempre que necessário, estendê-la e aprofundá-la sobre a base de uma amizade franca e incondicional, que respeite as razões de cada país sem exigir um assentimento permanente, embora procurando sempre o entendimento, inspirando-se sem cessar na concórdia, na união de esforços e na coincidência de objetivos.

O Brasil e a Costa do Marfim sempre tiveram a vocação para o diálogo. Na Costa do Marfim é tradição a crença de que não há conflito que não possa ser solucionado pela negociação, pela paciência e a flexibilidade nas atitudes. Cremos no valor da perseverança, da conciliação, da apresentação reiterada das razões, mesmo quando as respostas favoráveis se fazem esperar. Ficamos felizes ao constatar que essa é a arma de um dos Chefes prestigiosos do continente americano, Sua

Excelência o Presidente Ernesto Geisel, um desses homens que fazem a História com a consciência inquebrantável de que a matéria-prima de sua obra é o porvir. As dimensões da cooperação entre o Brasil e a Costa do Marfim são das mais vastas. Os princípios de nossas políticas são idênticos e coincidem em suas intenções. Nossa vontade de vencer o subdesenvolvimento é a mesma.

Agora, reencontramos uma nova vizinhança através do Atlântico. Apercebemo-nos novamente de que as águas que nos unem são estreitas e que, se no passado essa proximidade favorecia o tráfico vergonhoso, devemos colocá-la atualmente a serviço das grandes aspirações humanas de progresso integrado, de prosperidade compartilhada, de boa vizinhança e de paz permanente.

É nosso dever transformar as coincidências dessa herança em uma alavanca para o nosso progresso comum. Temos a tarefa irrevogável de instaurar formas de cooperação permanente, de buscar sem cessar o entendimento com a paciência e a perseverança, sem ilusões exageradas, mas com a certeza de que devemos trabalhar com tenacidade e com coragem a fim de estabelecer entre nossas duas nações laços cada vez mais estreitos. Só com essa determinação é que conseguiremos atingir esta cooperação horizontal geradora de uma "cooperação universal", isto é, a interdependência entre nações, entre continentes e entre sistemas.

O Atlântico nos aproxima como um rio. Nós temos em comum os princípios essenciais da ação externa: a Costa do Marfim repudia a violência nas relações internacionais. Ela rejeita o racismo sob todas as suas formas e se opõe a todos os tipos de preconceitos culturais. Ela se recusa a assinar tratados pelos quais alguns países têm a intenção de se conceder privilégios. Ela reafirma sua crença na solução pacífica das controvérsias e renova sua convicção de que toda a atividade internacional seja desenvolvida em benefício dos povos que, como os nossos, aspiram ao progresso pacífico, ao acesso e à conquista da ciência e da tecnologia, ao desenvolvimento e à supressão da miséria.

O Brasil e a Costa do Marfim muito podem fazer juntos, para acelerar a concretização dos objetivos comuns. Muito podemos fazer para dinamizar nossas relações bilaterais e elevá-las ao ponto que caracteriza as relações entre países unidos pelo espírito e pelo coração, pela vizinhança e pela solidariedade."

embaixador australiano deixa suas funções em Brasília

**Do discurso do Chanceler Azeredo da
Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 8 de novembro de 1977, por ocasião
da solenidade de despedida do
Embaixador da Austrália, John Kelso.**

"Os três anos de permanência de Vossa Excelência entre nós, presenciaram o mútuo despertar da Aus-

trália e do Brasil para as amplas perspectivas de colaboração que existem entre nossas nações. Países jovens, ambos, de dimensões continentais, possuímos, não obstante, uma vasta gama de experiências passadas que lastreiam a seriedade de nosso desenvolvimento futuro. Nesse contexto, cada qual tem muito a oferecer e muito a aprender do outro. O intenso intercâmbio de delegações governamentais e privadas, que se tem verificado entre os dois países nos últimos tempos, atesta a existência de uma variedade de setores passíveis de cooperação conjunta. Estou certo de que esses contatos vêm propiciando um conhecimento mais acurado das realidades e virtualidades recíprocas que, até época recente, a distância geográfica dificultava.

O Brasil e a Austrália têm interesses convergentes e economicamente complementares. Temos ambos empenho em ver realizadas as aspirações legítimas de todos os povos ao desenvolvimento através de uma ordem mundial equitativa e harmônica; respeitamos a independência política dos Estados e reconhecemos a interdependência comunitária das nações. Em nossas atuações externas, pugnamos pelos valores da sociedade ocidental. É baseado nesses parâmetros que nos propomos a aprofundar nosso relacionamento bilateral.

Senhor Embaixador,

Vossa Excelência regressa a seu país deixando assentadas as bases para uma sólida e duradoura cooperação entre o Brasil e a Austrália. Cabe agora maximizarmos as oportunidades que se abrem para desenvolver esse diálogo, tanto no nível governamental como no privado. O futuro mostrará que esta etapa do relacionamento bilateral, que Vossa Excelência ajudou a construir, transcende o plano dos interesses imediatos para se inserir numa perspectiva global de fortalecimento da atuação externa de nossos respectivos países através da colaboração benéfica de dois parceiros iguais. Somos gratos a Vossa Excelência pela grande contribuição que aportou para esta magnífica obra."

ordem de rio-branco para secretário de estado de guiné-bissau

**Do discurso do Ministro de Estado das
Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da
Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 28 de novembro de 1977, ao condecorar,
com a Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco,
o Secretário de Estado das Pescas de
Guiné-Bissau, Joseph Turpin.**

É com a maior satisfação que saúdo a presença de Vossa Excelência em Brasília. Não me parece necessário, nesta ocasião, insistir nas profundas afinidades entre nossos dois países, nem tampouco sublinhar a crescente aproximação entre o Brasil e a Guiné-Bissau independente. Mais eloquente do que quaisquer declarações é a viagem de Vossa

Excelência ao Brasil, reflexo de desenvolvimentos concretos do programa de cooperação que nossos países vêm executando no quadro do Memorando de Entendimento assinado em Bissau, em 21 de junho de 1976.

A visita de Vossa Excelência é, portanto, uma visita de trabalho, integrada no grande esforço que o povo guineense, sob a liderança de Sua Excelência o Presidente Luiz Cabral, vem empreendendo pelo desenvolvimento econômico e social do país.

Como dirigente de um setor de importância fundamental para os projetos e programas do Governo guineense, recaem sobre Vossa Excelência pesadas responsabilidades. Para nós, brasileiros, é motivo de orgulho e satisfação termos sido convidados a colaborar com a administração guineense em uma área de tanta significação para o futuro do país.

Vossa Excelência inicia uma viagem que o levará a muitas regiões do Brasil e lhe proporcionará um conhecimento direto de diversos aspectos da realidade brasileira. Poderá avaliar nossos êxitos e nossas dificuldades. Verificará o trabalho e a determinação dos brasileiros ao enfrentar os desafios do desenvolvimento. E estou certo de que, acima de tudo, Vossa Excelência poderá, mais uma vez, comprovar a disposição do Brasil de colaborar na

criação de mecanismos de solidariedade e cooperação horizontais, que contribuam para eliminar os entraves internacionais ao progresso das nações. Através de um esforço comum, nossas experiências poderão somar-se, de maneira a acelerar o processo de criação e aperfeiçoamento de uma tecnologia que atenda às nossas condições peculiares de países em desenvolvimento.

Senhor Secretário,

As afinidades entre o Brasil e a Guiné-Bissau são um fato histórico. A aproximação efetiva entre os nossos países é responsabilidade de nossos Governos, como decorrência natural da compreensão de que unidos nos fortaleceremos.

O Governo brasileiro reconhece em Vossa Excelência um dos artífices dessa aproximação. Sabemos quão relevante é a sua dedicação à causa do estreitamento das relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

Desejou o Senhor Presidente da República deixar constância do apreço do Brasil pela contribuição de Vossa Excelência em favor do crescente entendimento entre nossos países, concedendo-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco. É minha honra impor-lhe as insígnias correspondentes, como testemunho desse reconhecimento."

Em face dos problemas generalizados de desemprego e subemprego em nossos Estados Membros, o desenvolvimento dos recursos humanos da Região é uma alta prioridade do processo de desenvolvimento. Eu, pessoalmente, estou profundamente empenhado em todas as medidas positivas que possam ser adotadas para melhor preparar o homem para o mundo do trabalho e creio que as deliberações desse Seminário podem ser de suma importância para otimizar a coordenação tanto dos sistemas de educação formal dos Países da América Latina, como dos mecanismos que têm sido desenvolvidos para proporcionar treinamento específico para o trabalho aos trabalhadores da Região. Lamentando que não me tenha sido possível participar pessoalmente desse Seminário, venho apresentar-lhes meus melhores votos por frutuossas discussões nesse esforço conjunto.

Alejandro Orfila
Secretário-Geral da OEA

videla e geisel trocam mensagens de ano novo

**Mensagem do Presidente da Argentina,
Jorge Rafael Videla, à Nação brasileira,
em 15 de dezembro de 1977; e a resposta
do Presidente Ernesto Geisel:**

MENSAGEM DE VIDELA

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Ernesto Geisel.

Estimado Senhor Presidente:

A proximidade do novo ano, suas expectativas e esperanças, tornam particularmente grata a oportunidade para transmitir meus maiores desejos de felicidade a Vossa Excelência e a seu nobre povo.

Da mesma forma, adquirem maior força nesta ocasião os valores permanentes da amizade e do entendimento entre argentinos e brasileiros.

Esses valores terão, no futuro, não tenho nenhuma dúvida, expressão cabal nos fatos para o recíproco benefício espiritual e material de nossos países.

Seu cordialmente,

Jorge Rafael Videla
Presidente da Nação Argentina

RESPOSTA DE GEISEL

Excelentíssimo Senhor
Tenente-General Jorge Rafael Videla,
Presidente da Nação Argentina.

Estimado Senhor Presidente,

Recebi, com grande satisfação, a carta de 15 deste mês, em que teve Vossa Excelência a gentileza de enviar-me, a mim e ao povo brasileiro, votos de felicidades para o próximo ano de 1978.

Ao agradecer sua cordial mensagem, é-me particularmente grato retribuir a Vossa Excelência e à nobre Nação Argentina os votos de um novo ano próspero e feliz.

Compartilho plenamente com Vossa Excelência a convicção de que, em momentos como este, adquirem especial sentido os valores da amizade e do entendimento entre nossos países, que continuarão a concretizar-se em fatos expressivos para o desenvolvimento e o bem-estar de nossos povos.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração com que me subscrevo, de Vossa Excelência,

muito cordialmente,

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

mensagens mensagens mensagens

papa agradece telegrama de geisel

**Telegrama de Sua Santidade o Papa
Paulo VI ao Presidente Ernesto Geisel,
em 10 de outubro de 1977:**

Agradecemos penhorado a Vossa Excelência as deferentes felicitações apresentadas em seu nome próprio e no do povo brasileiro por ocasião do nosso aniversário natalício. Em retribuição formulamos votos de prosperidades para Vossa Excelência e para todos os brasileiros sob as bênçãos de Deus.

Paulo VI

mensagem de pérez a geisel destaca hospitalidade brasileira

**Mensagem do Presidente da Venezuela,
Carlos Andrés Pérez, ao Presidente
Ernesto Geisel, em 20 de novembro de
1977:**

A Sua Excelência
Ernesto Geisel
Brasília.

Ao deixar o território de seu grande e fraternal país, onde, durante minha visita oficial, fui coberto com as melhores demonstrações de cordialidade e simpatia, quero expressar-lhe o meu mais profundo agradecimento. Deixo o Brasil emocionado e convencido do papel que este grande país terá no processo de unidade e integração de nossas pátrias.

Todos os meus acompanhantes, como eu, estamos seguros de termos fortalecido nossos vínculos e de termos aberto uma etapa de particular fecundidade nas relações venezuelano-brasileiras. Ao reiterar meu reconhecimento por tão cordial recepção, desejo-lhe toda a sorte de ventura pessoal e formulo votos pela grandeza do Brasil dentro da grande família latino-americana. Regresso com minha fé intacta no Brasil, agora fortalecida pela inesquecível experiência que vivi.

Seu amigo,

Carlos Andrés Pérez,
Presidente da Venezuela

o seminário sobre a coordenação do treinamento de recursos humanos

**Mensagem do Secretário-Geral da OEA,
Alejandro Orfila, aos delegados e
participantes do Seminário sobre a
Coordenação do Treinamento para o
Trabalho com a Educação Formal,
realizado no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 28 de novembro de 1977:**

Como Secretário-Geral da OEA, desejo expressar minhas cordiais boas-vindas e saudações a todos os delegados e participantes do "Seminário sobre a Coordenação do Treinamento para o Trabalho com a Educação Formal," que temos a satisfação de co-patrocinar com o Governo do Brasil e com o Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação sobre a Formação Profissional da Organização Internacional do Trabalho — OIT.

reunião pentapartite sobre transportes

Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai realizaram em outubro de 1977, no Palácio Itamaraty de Brasília, uma reunião para a discussão do tema "Transportes em trânsito por terceiros países e aspectos correlatos". Os trabalhos foram presididos pelo Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais das Relações Exteriores do Brasil.

Cerca de 40 representantes, a maioria deles ligados ao setor de transportes em seus países, perfizeram o total das cinco delegações participantes da reunião, que, entre outras coisas, analisou a distribuição do tráfego bilateral, a fixação de percursos e itinerários no transporte internacional, a padronização de informações contábeis e estatísticas, além de outros assuntos de interesse. As delegações foram chefiadas pelos seguintes membros: Conselheiro Hélcio Tavares Pires, Chefe da Divisão de Transporte e Comunicações do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, representando o Brasil; Engenheiro Luis J. Fernández Alonso, Diretor Nacional de Transportes Terrestres da Secretaria de Estado de Obras Públicas da Argentina; Engenheiro Juan Coeymans, Assessor de Transporte da Secretaria Executiva para Assuntos da ALALC do Ministério das Relações Exteriores do Chile; Doutor Juan Carlos Delgadillo, Chefe da Diretoria de Transporte Terrestre, do Ministério

de Obras Públicas e Comunicações do Paraguai; e Coronel Pedro Julio Aranco Garagorry, Diretor Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes e Obras Públicas do Uruguai.

brasil eleito para conselho executivo da comissão oceanográfica

O Brasil foi eleito para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, órgão da UNESCO, sediado em Paris, com 61 votos, em um total de 71. Somente a Índia, com 69 votos, conseguiu superar o Brasil. Os outros países mais votados foram os Estados Unidos e a União Soviética. Entre os países latino-americanos que obtiveram maior número de votos depois do Brasil, destacaram-se a Venezuela e a Argentina. A reunião do Conselho Executivo daquela Comissão foi realizada em novembro de 1977.

a visita de michel poniatowski ao brasil

O ex-Ministro do Interior e Assessor Especial do Governo francês, Michel Poniatowski, visitou o Brasil entre os dias 26 de outubro e 3 de novembro de 1977, tendo, nesse período, além dos contatos

com as autoridades brasileiras e com empresários, acertado a data provável (maio ou junho de 1978) para a vinda do Presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing.

Em Brasília, onde chegou no dia 26 — depois de uma visita à Argentina — o enviado especial do Governo francês teve uma audiência com o Presidente da República, Ernesto Geisel, e entrevistas com os Ministros de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, Minas e Energia, Shigeaki Ueki, e da Justiça, Armando Falcão, tendo ainda participado de um almoço no Palácio Itamaraty, presidido pelo Secretário-Geral, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro.

No dia 28 de outubro, Michel Poniatowski seguiu para São Paulo, onde manteve contatos com os dirigentes das Federações das Indústrias e do Comércio do Estado, além de ter sido homenageado com um almoço oferecido pela Câmara de Comércio Francesa. Ele fez uma visita ao Governador paulista em exercício, professor Manuel Gonçalves Ferreira Filho, e ofereceu um coquetel para a colônia francesa de São Paulo. Da Capital paulista, Poniatowski seguiu para Manaus, onde ficou até o dia 31 — tendo também se entrevistado com o Governador em exercício, João Bosco Barros de Lima — e, de lá, foi para o Rio de Janeiro, tendo também se avistado com o Governador Floriano Peixoto Faria Lima. O ex-Ministro do Interior francês voltou a Paris no dia 3 de novembro.

brasil e paraguai fazem reunião técnica sobre itaipu

Representantes dos Governos do Brasil e do Paraguai reuniram-se, no dia 5 de novembro de 1977, para manterem conversações técnicas sobre a frequência da hidrelétrica de Itaipu. O encontro teve lugar no Itamaraty, onde a missão paraguaia, chefiada pelo engenheiro Enzo Debernardi, debateu diversos aspectos técnicos do assunto com a delegação brasileira.

Acompanharam o engenheiro Enzo Debernardi, durante a reunião no Itamaraty, o Senador Carlos Saldivar e o engenheiro Guillermo Krauch, representando o Paraguai. Os representantes brasileiros, na ocasião, foram: Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, Doutor Lycínio Seabra, da Eletrobrás, e Conselheiro José Nogueira Filho.

Ao final da reunião entre as missões brasileira e paraguaia, o Itamaraty distribuiu a seguinte nota à imprensa:

“Durante a reunião que teve lugar no Itamaraty, na manhã de hoje, 5 de novembro, entre representantes brasileiros e paraguaios, foram considerados pontos técnicos a respeito do tema frequência, relacionado com o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu. Estes pontos serão submetidos aos respectivos Governos”.

ministro de trinidad e tobago visita o brasil

A convite do Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, chegou ao Brasil, no dia 8 de novembro de 1977, para uma visita de alguns dias, o Ministro da Pesca, Terra e Agricultura de Trinidad e Tobago, Senhor George Chambers, com o objetivo de manter contatos comerciais e diplomáticos com diversas autoridades brasileiras. Chambers, que é também Ministro da Indústria e do Comércio de seu país, cumprindo parte de sua programação, reuniu-se em Brasília com os Ministros de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, e da Agricultura, Alysso Paulinelli.

Acompanhado de cinco funcionários de seu país, o Ministro da Pesca, Terra e Agricultura de Trinidad e Tobago, George Chambers esteve também no Rio de Janeiro, onde visitou a Interbrás, e em São Paulo, na **Feira Brasil Export**. A programação da viagem de Chambers, efetuada pelo Ministério da Agricultura, incluiu ainda uma visita à Estação Experimental Agrícola, situada nas proximidades de Planaltina, no Distrito Federal.

os 150 anos do tratado de comércio e navegação brasil-alemanha

Uma solenidade realizada no dia 17 de novembro, no Itamaraty, em Brasília, marcou a passagem dos 150 anos da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, primeiro acordo firmado entre os dois países. Ao ato estiveram presentes empresários e autoridades estaduais alemãs, integrantes de uma delegação daquele país, liderada pelo Vice-Governador de Hamburgo, Senhor Dieter Biallas.

No mesmo dia, na República Federal da Alemanha, comemorou-se também o sesquicentenário da assinatura daquele tratado, numa cerimônia que contou com a presença do Governador de Hamburgo e do Embaixador brasileiro naquele país, Jorge de Carvalho e Silva. O Tratado de Comércio e Navegação, de 1827, lançou as bases do desenvolvimento e da estruturação das incipientes relações econômicas entre o Brasil e as cidades da Liga Hanseática de Lubeck, Bremen e Hamburgo. O referido tratado deu início também a relações de Direito Internacional e de política comercial entre o Brasil e a Alemanha.

Albrecht von Gleich, no prefácio da publicação **Handels und Schifffahrtsvertrag** — Tratado de Comércio e Navegação — editada pelo **Instituto de Estudos Ibero-americanos de Hamburgo** declarou, para assinalar a data, que “o Tratado marca o começo do desenvolvimento de uma cooperação germano-brasileira cada vez mais estreita em todos os domínios da economia, da técnica e da cultura”.

brasil e japão ratificam protocolo

Em cerimônia realizada no Palácio Itamaraty de Brasília, a 29 de novembro de 1977, o Chanceler Azeredo da Silveira e o Embaixador Kenzo Yoshida efetuaram a troca dos instrumentos de ratificação do Protocolo que modifica e complementa a Convenção Brasil-Japão destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, assinada em Tóquio, a 24 de janeiro de 1967.

O Protocolo, que entrou em vigor a 29 de dezembro de 1977, começa a produzir efeitos sobre os rendimentos gerados a partir de 1.º de janeiro de 1978. Através desse documento, os dividendos, juros, **royalties** e rendimentos de assistência técnica gerados em um dos Estados contratantes e pagos a residentes, pessoa física ou jurídica, do outro Estado contratante, ficam sujeitos a uma carga tributária reduzida, no Estado de fonte do rendimento, constituindo importante instrumento de atração de investimentos e capitais estrangeiros.

O Protocolo instituiu também o sistema de crédito fiscal fixo, concedido ao beneficiário dos rendimentos no Estado do qual é residente. Assim, os investidores japoneses no Brasil poderão abater do seu imposto de renda devido no Japão, por rendimentos recebidos do Brasil, parcela equivalente ao montante do imposto de renda brasileiro incidente sobre estes mesmos rendimentos, calculado sempre à alíquota vigente antes da redução da carga tributária pelo Protocolo.

250 anos da introdução do café no brasil

Como parte das comemorações dos 250 anos da introdução do café no país, reuniu-se de 12 a 19 de dezembro de 1977, no Brasil, a Junta Executiva da Organização Internacional do Café, atendendo a um convite do Governo brasileiro. Além das reuniões realizadas no Palácio Itamaraty de Brasília, os membros da Junta mantiveram encontros com autoridades cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, durante os quais foram visitadas fazendas, cooperativas, fábricas, armazéns e centros de pesquisa do produto.

A sede da Organização Internacional do Café — OIC, situa-se em Londres, onde normalmente são

efetuadas as reuniões de sua Junta Executiva, cuja presidência é ocupada pelo Reino Unido e a vice-presidência pela Suíça. A Junta é integrada, atualmente, pelos seguintes membros do lado exportador: Brasil, Colômbia, Guatemala, El Salvador, México, Quênia, Angola e a OAMCAF (Organização Africano-Malgaxe do Café, que congrega Benin, Camarões, Império Centro-Africano, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Togo e Madagascar); e pelo lado importador: Estados Unidos, Itália, República Federal da Alemanha, Finlândia, Suíça, Nova Zelândia, França e Países Baixos.

a reforma do sistema consular brasileiro

O Ministério das Relações Exteriores assinou, recentemente, um convênio com a Secretaria de Planejamento, cujo objetivo é a elaboração de um projeto para a reformulação do sistema consular brasileiro. A medida, que visa entre outras coisas a uma redução de despesas para o Governo brasileiro, baseia-se na existência de repartições consulares que aos poucos se tornaram menos necessárias, devido a um declínio da demanda de atividades consulares nos locais onde estão situadas.

Os trabalhos estão a cargo do Departamento Consular e Jurídico do Itamaraty, juntamente com a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — SUBIN, da Secretaria de Planejamento. Os objetivos do projeto consistem na reorganização e modernização do sistema consular brasileiro, no sentido de utilizá-lo de maneira mais eficaz no apoio às exportações brasileiras, na difusão da nossa cultura através do mundo, e na assistência aos nacionais brasileiros no exterior.

Em setembro deste ano, o Presidente da República, Ernesto Geisel, assinou decreto extinguindo os Consulados Gerais do Brasil em Cobe, no Japão; na Cidade do Cabo, África do Sul; em Dublin, na República Irlandesa; o Consulado em Cingapura, na República de Cingapura; e os Consulados Honorários em Aalborg, no Reino da Dinamarca, o de Calcutá e o de Madras, na Índia, e o de Melbourne, na Austrália. Pelo mesmo Decreto presidencial foram criados o Consulado em Dublin, os Vice-Consulados em Cobe e em Cingapura, e o Consulado Honorário em Aarhus, na Dinamarca.

discursos sobre relações exteriores

Os discursos citados encontram-se, na íntegra, no **Diário do Congresso Nacional (DCN)**.

senado federal

José Sarney — (ARENA-Maranhão) — Nota do Ministério das Relações Exteriores sobre ajuda externa dos Estados Unidos. **Diário do Congresso Nacional** n.º 137/4-11-77/Seção II.

Osires Teixeira (ARENA-Goiás) — Saudação em nome do Senado Federal ao Presidente Senghor. **DCN** n.º 136/5-11-77/Seção II.

Dirceu Cardoso (MDB-Espírito Santo) — Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. **DCN** n.º 138/8-11-77/Seção II.

Virgílio Távora (ARENA-Ceará) — Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. **DCN** n.º 138/8-11-77/Seção II.

Dirceu Cardoso (MDB-Espírito Santo) — Acordo Brasil-Cabo Verde. **DCN** n.º 139/9-11-77/Seção II.

Danton Jobim (MDB-Rio de Janeiro) — Política externa brasileira. **DCN** n.º 140/10-11-77/Seção II.

Virgílio Távora (ARENA-Ceará) — Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. **DCN** n.º 143/15-11-77/Seção II.

Dirceu Cardoso (MDB-Espírito Santo) — Tratado sobre Tráfico Ilícito de Drogas Brasil-Bolívia. **DCN** n.º 147/23-11-77/Seção II.

José Sarney (ARENA-Maranhão) — Visita do Presidente da Venezuela ao Brasil. **DCN** n.º 148/24-11-77/Seção II.

câmara dos deputados

Olivir Gabardo (MDB-Paraná) — Saudação em nome do Senado Federal ao Presidente Senghor. **Diário do Congresso Nacional** n.º 136/5-11-77/Seção Conjunta.

Daso Coimbra (ARENA-Rio de Janeiro) — Acordo de Cooperação Econômica e Técnica Brasil-Iraque. **DCN** n.º 139/10-11-77/Seção I.

Antônio Bresolin (MDB-Rio Grande do Sul) — Acordo de Cooperação Econômica e Técnica Brasil-Iraque. **DCN** n.º 139/10-11-77/Seção I.

Celio Marques Fernandes (ARENA-Rio Grande do Sul) — Acordo de Cooperação Econômica e Técnica Brasil-Iraque. **DCN** n.º 139/10-11-77/Seção I.

Antônio Bresolin (MDB-Rio Grande do Sul) — Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela. **DCN** n.º 140/11-11-77/Seção I.

Homero Santos (ARENA-Minas Gerais) — Hidrelétrica de Itaipu. **DCN** n.º 141/12-11-77/Seção I.

Aroldo Carvalho (ARENA-Santa Catarina) — Hidrelétrica de Itaipu. **DCN** n.º 141/12-11-77/Seção I.

Eloy Lenzi (MDB-Rio Grande do Sul) — Hidrelétrica de Itaipu. **DCN** n.º 142/15-11-77/Seção I.

Pedro Faria (MDB-Rio de Janeiro) — Sesquicentário da assinatura do primeiro tratado firmado entre o Brasil e as cidades hanseáticas de Lubeck, Bremen e Hamburgo. **DCN** n.º 142/15-11-77/Seção I.

Walter Silva (MDB-Rio de Janeiro) — Visita do Presidente da Venezuela ao Congresso Nacional. DCN n.º 144/18-11-77/Seção I.

Israel Dias Novaes (MDB-São Paulo) — Visita do Presidente da Venezuela ao Brasil. DCN n.º 145/19-11-77/Seção I.

Siqueira Campos (ARENA-Goiás) — Visita do Presidente da Venezuela ao Brasil. DCN 149/25-11-77/Seção I.

Florim Coutinho (MDB-Rio de Janeiro) — Acordo de Cooperação Econômica e Técnica Brasil-Iraque. DCN n.º 139/10-11-77/Seção I.

Celso Marques Fernandes (ARENA-Rio Grande do Sul) — Relações entre o Brasil e o Uruguai. DCN n.º 145/19-11-77/Seção I.

João Menezes (MDB-Pará) — Pacto Amazônico. DCN n.º 148/24-11-77/Seção I.

Alberto Hoffmann (ARENA-Rio Grande do Sul) — Experiências nucleares. DCN n.º 150/26-11-77/Seção I.

índice

síntese

a visita do presidente da venezuela, carlos andrés pérez

introdução à visita do presidente da venezuela ao brasil

7

geisel aos venezuelanos: todos nós professamos a ideologia democrática

entrevista do presidente ernesto geisel à televisão venezuelana

9

silveira explica política externa brasileira à tv da venezuela

entrevista do ministro de estado das relações exteriores, antonio f. azeredo da silveira, à televisão venezuelana

11

entre brasil e venezuela, idêntico espírito de cooperação

discursos dos presidentes ernesto geisel e carlos andrés pérez, durante banquete realizado no palácio itamaraty de Brasília

15

acordos não esgotam oportunidades de cooperação

discursos dos presidentes brasileiro e venezuelano durante a solenidade de atos entre os dois países

21

pérez no congresso nacional: muito mais nos une do que nos separa

discurso do presidente pérez no congresso nacional

23

integração e desenvolvimento, pontos comuns entre brasil e venezuela

tradução não-oficial do discurso de carlos andrés pérez no supremo tribunal federal

27

ministro do exterior da dinamarca em Brasília

discursos dos chanceleres brasileiro, antonio f. azeredo da silveira, e dinamarquês, knud borge andersen, no palácio itamaraty. 69

comunicado de imprensa brasileiro-dinamarquês

comunicado de imprensa distribuído pelo itamaraty à imprensa, ao final da visita do chanceler dinamarquês 73

a ix reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

discurso de silveira na abertura dos trabalhos da ix reunião de chanceleres dos países da bacia do prata, realizada em assunção 75

visita de vance dá seqüência ao memorando de entendimento

cronologia da visita do secretário de estado norte-americano, cyrus vance, ao brasil 79

a chegada de cyrus vance a Brasília

apresentação do secretário de estado norte-americano, feita pelo chanceler azeredo da silveira na base aérea de Brasília; e saudação de vance ao povo brasileiro 81

silveira a vance: o brasil é um país pacífico e orgulhoso de sua nacionalidade

discursos de azeredo da silveira e cyrus vance, no palácio itamaraty de Brasília 82

azeredo da silveira fala sobre a diplomacia do brasil no painel da câmara

discurso do ministro de estado das relações exteriores na sessão de encerramento do segundo painel de assuntos internacionais da comissão de relações exteriores da câmara dos deputados 85

acordo comercial fortalece relações com a libéria

discurso de silveira ao assinar, com o ministro liberiano da indústria, comércio e transportes, william e. dennis jr., o acordo comercial brasil-libéria 91

forum de debates sobre o desenvolvimento da tecnologia nacional

discurso do chanceler brasileiro por ocasião do encerramento do forum de debates sobre o desenvolvimento e a importância da tecnologia nacional, na comissão de ciência e tecnologia da câmara dos deputados 93

nova chancelaria brasileira em assunção

discurso do ministro de estado das relações exteriores, antonio f. azeredo da silveira, ao inaugurar a nova chancelaria brasileira em assunção 99

diplomacia pragmática favorece comércio externo brasileiro

discursos de azeredo da silveira e lindberg aziz cury durante solenidade em que a associação comercial do distrito federal prestou homenagem ao ministro de estado das relações exteriores 101

azeredo da silveira analisa aspectos da política exterior do brasil	
entrevista do chanceler brasileiro ao jornalista rené arteaga, do jornal mexicano <i>uno más uno</i>	105
protocolo aperfeiçoa convenção brasileiro-japonesa sobre bitributação	
discursos do secretário-geral do ministério da fazenda, josé carlos freire, e do embaixador japonês, kenzo yoshida, por ocasião da troca dos instrumentos de ratificação do protocolo que modifica a convenção brasil-japão sobre bitributação	107
câmara dos deputados publicará documentos do conselho de estado imperial	
discurso de azeredo da silveira ao assinar o convênio com a câmara dos deputados para a publicação das consultas da seção de estrangeiros do conselho de estado imperial	109
relações diplomáticas	
brasil cria missão diplomática nos emirados árabes unidos	111
designação de embaixadores brasileiros	111
entrega de credenciais	111
intercâmbio cultural	
sucesso na mostra de burle marx em caracas	113
pianista brasileiro apresenta-se em georgetown	113
haroldo valladão faz palestra no itamaraty	113
relações comerciais	
brasil participa de 103 mostras internacionais em 1978	115
46 empresas representam o brasil na feira de argel	115
produtos brasileiros na feira de cochabamba	116
visita de astrom intensifica intercâmbio comercial com a suécia	116
comissão de coordenação chileno-brasileira reúne-se em Brasília	117
empresas brasileiras vendem US\$ 22 milhões na feira de santiago	117

são paulo e rio de janeiro recebem o presidente carlos andrés pérez

discurso do presidente da associação de comércio e indústria brasileiro-venezuelana, wilson quintella; tradução não-oficial da resposta do presidente pérez; e discurso do governador do estado do rio de janeiro, floriano peixoto faria lima

29

comunicado de imprensa brasileiro-venezuelano

comunicado de imprensa divulgado ao final da visita do presidente pérez ao brasil

33

brasil recebe léopold sédar senghor

introdução à visita do presidente do senegal ao brasil

37

geisel a senghor: diálogo contribui para a cooperação

discurso do presidente ernesto geisel no banquete oferecido ao presidente senegalês; e tradução não-oficial da resposta de léopold senghor

39

congresso nacional e stf homenageiam o presidente léopold sédar senghor

discursos do senador osíres teixeira e do deputado olivir gabardo, no congresso nacional, reunido em sessão solene conjunta, e do ministro cordeiro guerra, no supremo tribunal federal

42

comunicado de imprensa brasil-senegal

comunicado de imprensa divulgado pelo itamaraty ao final da visita de senghor a brasília

50

silveira abre a primeira reunião preparatória do pacto amazônico

discurso do chanceler azeredo da silveira na sessão de abertura da reunião preparatória sobre cooperação multilateral na região amazônica

53

êxito na reunião preparatória sobre cooperação multilateral na amazônia

comunicado do itamaraty à imprensa, ao final da primeira reunião do pacto amazônico

55

os objetivos do pacto amazônico

entrevista de azeredo da silveira ao programa *painel*, da *rede globo de televisão*

56

a viagem do chanceler brasileiro a trinidad e tobago

discurso do ministro de estado antonio f. azeredo da silveira, em port-of-spain

61

comunicado conjunto destaca os campos de cooperação com trinidad e tobago

comunicado conjunto assinado ao final da visita do chanceler azeredo da silveira a port-of-spain

62

os resultados da visita do chanceler brasileiro a nova york, port-of-spain e caracas

63

declaração de azeredo da silveira à imprensa, pouco depois de desembarcar de regresso de sua viagem aos estados unidos, trinidad e tobago e venezuela

65

são paulo e rio de janeiro recebem o presidente carlos andrés pérez

discurso do presidente da associação de comércio e indústria brasileiro-venezuelana, wilson quintella; tradução não-oficial da resposta do presidente pérez; e discurso do governador do estado do rio de janeiro, floriano peixoto faria lima

29

comunicado de imprensa brasileiro-venezuelano

comunicado de imprensa divulgado ao final da visita do presidente pérez ao brasil

33

brasil recebe léopold sédar senghor

introdução à visita do presidente do senegal ao brasil

37

geisel a senghor: diálogo contribui para a cooperação

discurso do presidente ernesto geisel no banquete oferecido ao presidente senegalês; e tradução não-oficial da resposta de léopold senghor

39

congresso nacional e stf homenageiam o presidente léopold sédar senghor

discursos do senador osires teixeira e do deputado olivir gabardo, no congresso nacional, reunido em sessão solene conjunta, e do ministro cordeiro guerra, no supremo tribunal federal

42

comunicado de imprensa brasil-senegal

comunicado de imprensa divulgado pelo itamaraty ao final da visita de senghor a Brasília

50

silveira abre a primeira reunião preparatória do pacto amazônico

discurso do chanceler azeredo da silveira na sessão de abertura da reunião preparatória sobre cooperação multilateral na região amazônica

53

êxito na reunião preparatória sobre cooperação multilateral na amazônia

comunicado do itamaraty à imprensa, ao final da primeira reunião do pacto amazônico

55

os objetivos do pacto amazônico

entrevista de azeredo da silveira ao programa **painel**, da **rede globo de televisão**

56

a viagem do chanceler brasileiro a trinidad e tobago

discurso do ministro de estado antonio f. azeredo da silveira, em port-of-spain

61

comunicado conjunto destaca os campos de cooperação com trinidad e tobago

comunicado conjunto assinado ao final da visita do chanceler azeredo da silveira a port-of-spain

62

os resultados da visita do chanceler brasileiro a nova york, port-of-spain e caracas

declaração de azeredo da silveira à imprensa, pouco depois de desembarcar de regresso de sua viagem aos estados unidos, trinidad e tobago e venezuela

65

tratados, acordos, convênios

os acordos brasil-venezuela

convênio de amizade e cooperação	119
convênio para cooperação sanitária	121
acordo para repressão do tráfico ilícito de drogas	122
troca de notas sobre intercâmbio bancário	123
troca de notas pondo em vigor o acordo complementar ao convênio básico de cooperação técnica	126
acordo para cooperação científica e tecnológica	126

o acordo comercial brasil-libéria

acordo entre o brasil e a república da libéria para intercâmbio comercial	127
---	-----

protocolo modifica convenção nipo-brasileira sobre bitributação

ata da troca dos instrumentos de ratificação do protocolo sobre dupla tributação	131
protocolo que modifica e complementa a convenção brasileiro-japonesa sobre bitributação	131

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos promulgados	132
atos diplomáticos aprovados pelo congresso nacional	132
atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional	133

comunicados e notas

a visita do presidente da venezuela ao brasil	135
a reunião tripartite sobre itaipu-copus	135
príncipe herdeiro do japão visitará o brasil	135
proibição de crédito para venda de armas norte-americanas	136
o adiamento da visita do presidente carter a Brasília	136
a reunião preparatória sobre cooperação multilateral na amazônia	136
geisel visita o uruguai e o méxico	136

excertos e ênfases

na despedida, embaixador do iraque recebe a cruzeiro do sul	137
governo brasileiro condecora embaixador da costa do marfim	137
embaixador australiano deixa suas funções em Brasília	139
ordem de rio-branco para secretário de estado de guiné-bissau	139

mensagens

papa agradece telegrama de geisel	141
mensagem de pérez a geisel destaca hospitalidade brasileira	141
o seminário sobre a coordenação do treinamento de recursos humanos	142
videla e geisel trocam mensagens de ano novo	142

notícias

reunião pentapartite sobre transportes	143
brasil eleito para conselho executivo da comissão oceanográfica	143
a visita de michel poniatowski ao brasil	143
brasil e paraguai fazem reunião técnica sobre itaipu	144
ministro de trinidad e tobago visita o brasil	144
os 150 anos do tratado de comércio e navegação brasil-alemanha	144
brasil e japão ratificam protocolo	145
250 anos da introdução do café no brasil	145
a reforma do sistema consular brasileiro	145

congresso nacional

discursos no senado federal	147
discursos na câmara dos deputados	147